Semanário

ISSN 0870-1865 Preço: 180\$00 (IVA incluído) 26 de Outubro de 2000 N.º 1404 **Director: José Casanova**



Governo vende maioria na EDP

«Apagão» premiado



Com a 4.ª fase da privatização, o Estado perdeu o controlo do sector eléctrico e a alta finança obteve a preços de saldo a possibilidade de acentuar a lógica do lucro à custa do desinvestimento que está a degradar o serviço público de electricidade.

Págs. 5 e 6

A farsa trágica de Belgrado

Contra o que se pretendeu «demonstrar», as cenas transmitidas de Belgrado foram o prólogo de um processo contra-revolucionário que abriu as portas do governo a forças reaccionárias e cujo desfecho ficará a assinalar a recolonização da Sérvia e a destruição do último Estado que nos Balcãs mantinha uma relativa independência.

Miguel Urbano Rodrigues

Págs. 14 e 19

Candidatura do PCP

António Abreu em Aveiro

Perante uma sala cheia, o candidato do PCP e o seu mandatário distrital, Fausto Neves, falaram da luta por uma alternativa de esquerda e da realidade dos problemas da região.

Pág. 10



XVI Congresso

A Tribuna do Congresso

O «Avante!» continua a publicar os textos que vão chegando ao nosso jornal visando contribuir para o debate preparatório do XVI Congresso, e uma agenda das reuniões e plenários das organizações do Partido.

Págs. 15 a 18



Bento Gonçalves

Uma vida de combate

Carlos Carvalhas deslocou-se a Montalegre para participar na homenagem ao dirigente histórico do PCP e no lançamento, promovido pela Câmara Municipal, do livro Bento Gonçalves – Uma vida, um combate, de José Enes Gonçalves.

Pág. 9

Marcha Europeia

Trinta mil em Bruxelas

Mulheres de todos os países da União Europeia e de outros do resto da Europa, da África e da Ásia manifestaram-se em Bruxelas contra a pobreza e a violência e pela defesa dos direitos das mulheres.

Ana Goulart

Págs. 26 e 27

Avante!

PROPRIEDADE Partido Comunista Portuguê R. Soeiro Pereira Gomes, 3 1600 - 196 Lisboa Tel. 21 781 38 00

ADMINISTRAÇÃO Editorial «Avantel», SA 7.º-A, - 1169-161 Lisboa Capital social CRC matrícula: 47058 NIF - 500 090 440

DIRECÇÃO E REDAÇÇÃO R. Soeiro Pereira Gomes, 3 1600 – 196 Lisboa Tel. 21 781 71 90/91 Fax: 21 781 71 93

avante.pcp@mail.telepac.pt

José Casanova

http://www.pcp.pt

Chefe de Redacção Leandro Martins

Chefe Adjunto Anabela Fino

Carlos Nabais Domingos Mealha Henrique Custódio Isabel Araújo Branco João Chasqueira Lígia Calapez Manuel Jorge Veloso Margarida Folque

Grafismo José Araújo

Fotografia Jorge Caria Sérgio Morais

Secretaria da Redacção Ivone Dias Lourenco Noémia Presúncia

DISTRIBUTÇÃO DISTRIBUIÇÃO ADE'S Editorial Avante Av. Gago Coutinho, 121, 1700 Lisboa Tel. 218 429 836

Alterações de remessa Até às 17 horas de cada sexta-feira Tel. 218 429 836

DISTRIBUIÇÃO COMERCIAL DELTAPRESS Delegação Lisboa: Tapada Nova - Capa Rota Linhó - 2710 Sintra Tel. 21 924 04 47 Delegação Norte: Zona Industrial da Maia Sector IX Rua B Lt. 227 - 4470 Maia Tel. 22 941 76 70

ASSINATURAS Av. Gago Coutinho, 121, 1700 Lisboa Tel. 218 429 836

TABELA DE ASSINATURAS*

PORTUGAL (Continente e Regiões 50 números: 8 100\$00 25 números: 4 200\$00 **EUROPA** 50 números: 21 850\$00 **EXTRA-EUROPA**

50 números: 30 600\$00 GUINÉ-BISSAU, S. TOMÉ E PRÍNCIPE e MACALI 50 números: 23 000\$00

*Enviar para Editorial «Avante!» nome, morada com código Postal e telefone a acompanhar cheque

ou vale de correio.

Composição e impressão Heska Portuguesa, SA 2710 - 139 Sintra Depósito legal n.º 205/85



António Abreu critica a liberalização dos serviços postais

Resumo

18 Quarta-feira

Auxiliares de educação da Santa Casa da Misericórdia de Lisboa concentram-se junto ao edifício da Secretaria de Estado para a Segurança Social, para reivindicar a aplicação do diploma das carreiras • O presidente da Câmara de Oeiras, Isaltino Morais, é eleito vice--presidente do PSD na reunião do Conselho Nacional do partido • O Parlamento turco elege para a sua presidência Omer Izgi deputado de extrema-direita • Martine Aubry é substituída na pasta francesa do Emprego e Assuntos Sociais por Elisabeth Guigou · A Amnistia Internacional lança em Paris uma campanha mundial contra a tortura • Mário Soares é designado como observador especial do Forum 2000 para o conflito no Médio Oriente.

Quinta-feira

A lei de descriminalização do consumo de drogas é aprovada na Assembleia da República com os votos contra do PSD e do PP • Jorge Sampaio apresenta a sua recandidatura à Presidência da República • O ministro de Estado e dos Negócios Estrangeiros, Jaime Gama, anuncia o aumento de militares portugueses em Timor-Leste • Três mortos, dois dos quais palestinianos, é o balanço dos confrontos em Nablus (Norte da Cisjordânia). • No primeiro dia da reunião ministerial preparatória da cimeira árabe, os países envolvidos no processo da paz apelam ao boicote e ao congelamento das relações com Israel.

20 Sexta-feira

O Tribunal de Contas recusa o visto ao contrato de prestação de serviços entre o Ministério do Ambiente e a Parque Expo no âmbito do programa Polis • Os 66 arguidos do caso dos pilotos da barra são absolvidos pela juíza Teresa Féria, do Tribunal da Boa Hora • Os confrontos entre israelitas e palestinianos provocam mais nove mortos e cerca de 200 feridos • Na Grã--Bretanha, a vacina contra a poliomielite é retirada do mercado por não cumprir as regras de segurança na prevenção da nova variante da doença das vacas loucas.

21 Sábado

O candidato do PCP à Presidência da República, António Abreu, visita em Oeiras o Bairro da Outurela/Portela e reúne--se com as estruturas associativas, nas instalações da Associação de Moradores 18 de Maio • O presidente indonésio, Abdurrahman Wahid, compromete-se

a reprimir a acção das milícias em Timor-Leste • Milhares de pessoas participam em Paris num fórum europeu contra a pena de morte nos Estados Unidos • Os mergulhadores russos começam a analisar o exterior do submarino Kursk numa tentativa de recuperar os corpos dos 118 marinheiros naufraga-

22 Domingo

Um atentado da ETA provoca a morte do chefe de serviço da prisão de Nanclares de la Oca (Alava), Máximo Casado Carera • O primeiro-ministro canadiano, Jean Chrétien, anuncia a dissolução do Parlamento e a realização de eleições legislativas antecipadas • Na sua visita à Bosnia-Herzegovina, o presidente jugoslavo Vojislav Kostunica admite uma normalização nas relações entre os dois paí-

Segunda-feira

É concretizada na Bolsa a 4.ª fase da privatização da EDP • As dívidas da Saúde às farmácias, laboratórios farmacêuticos, médicos e enfermeiros já ultrapassam os 250 milhões de contos revela o DN . Xanana Gusmão é eleito presidente do Conselho Nacional de Timor--Leste • A secretária de Estado americana, Madeleine Albright, encontra-se em Pyongyang com Kim Jong-Il o líder comunista da Coreia do Norte • O Tribunal de Instrução Criminal de Lisboa confirma a prescrição do caso dos hemofílicos em que Leonor Beleza é acusada • Beit Jala (na Cisjordânia) é bombardeada pelas tropas israelitas.

24 Terça-feira

António Abreu visita os CTT em Cabo Ruivo e pronuncia-se sobre a liberalização dos serviços postais • Na Comissão Parlamentar da Saúde, a ministra Manuela Arcanjo anuncia um corte de 40 milhões de contos na despesa total do Ministério em 2001 • Caso o Orçamento de Estado «chumbe», não vai ser possível pagar os subsídios de risco aos agentes da PSP, afirma Nuno Severino Teixeira, ministro da Administração Interna, ao apresentar o Orçamento Sectorial para o próximo ano • Milhares de jordanos manifestam-se contra a violência israelita • Os dois chefes do Executivo da Irlanda do Norte, David Trimble e Seamus Mallon, apresentam o primeiro programa de governo formulado sem a tutela de Londres • Por terem escondido uma vaca contaminada com o vírus da BSE, um produtor francês e o seu filho são presos.

Aconteceu BSE leva a tribunal políticos britânicos

hoje, quinta-feira, a apresentação pública do relatório final ordenado pelo Governo inglês sobre toda a questão da BSE (a tristemente célebre responsável pela «doença das vacas loucas»), mas a totalidade da imprensa britânica já teve acesso às principais conclusões e é unânime na previsão de que vão ser formalmente acusados no relatório mais de 30 pessoas, entre ministros dos governos conservadores à época dos acontecimentos e trabalhadores dos serviços públicos, todos responsabilizados – em maior ou menor grau, conforme as respectivas funções não apenas pelas consequências devastadoras da proliferação da doença na econo-

mia britânica, como na morte de 73 pessoas infectadas pela doença desde 1985 através do consumo de carne de vaca, ano em que as autoridades britânicas assumiram pela primeira vez a existência do problema. Ao que tudo indica, o relatório (que foi exaustivo e pormenorizado) deverá denunciar que durante os anos imediatos à detecção da variante humana da BSE (entre 1985 e 1988) houve veterinários. ligados ao Estado e subordinados ao governo conservador de John Major, que terão dado ordens específicas aos investigadores científicos para que estes omitissem dados fundamentais sobre a perigosidade da doença para a saúde pública, com o objectivo de proteger os interesses dos grandes industriais da carne de vaca, É a primeira vez que, na Grã-Bretanha, governantes e políticos são colocados na iminência de responderem em tribunal por actos considerados como gestão criminosa. Entretanto, prevêse igualmente que este processo desemboque no pagamento, pelo Estado, de pesadas indemnizações aos familiares das vítimas.

Sampaio formaliza candidatura à Presidência

O Dr. Jorge Sampaio, actual Presidente da República, formalizou esta semana a sua candidatura a um segundo mandato nas eleições presidenciais que se realizarão a 14 de Janeiro próximo. Acompanhado apenas pela família e pelo seu mandatário nacional, o neurocirurgião João Lobo Antunes, Jorge Sampaio fez o anúncio da sua candidatura num hotel da capital afirmando, nomeadamente, que o fazia «porque quero continuar a dar o meu contributo ao país», um

contributo «assente numa ética republicana, nos valores da justiça e da equidade sociais e no meu entendimento do exercício da função presidencial». O actual inquilino de Belém deixou igualmente claro, na sequência da interpelação dos jornalistas, que não aceitará debates televisivos a dois - como pretende o candidato do PSD, Ferreira do Amaral - aceitando apenas debates onde participem todos os candidatos a este acto eleito-



«Tolerância Zero» a perder eficácia

Segundo um relatório do Observatório de Segurança Rodoviária, publicado esta semana sobre sinistralidade rodoviária registada na primeira metade deste ano (de Janeiro a Agosto), «em termos absolutos, não se observam efeitos positivos da operação "Tolerância Zero"». Segundo o documento, o balanço negativo desta operação indicia a insuficiência das acções das polícias naqueles trajectos sujeitos à chamada «Tolerância Zero» (e diagnosticados como os mais perigosos no que toca à sinistralidade rodoviária), atribuindo a baixa de eficácia à quebra de IC-2/EN-1 e IC-1.

rigor que inicialmente caracterizou estas acções e decorrente aumento das manobras e comportamentos perigosos dos condutores, ao se aperceberem da diminuição da vigilância. O caso de maior insucesso verifica-se no IC-1, onde, em comparação com o período homólogo do ano passado, se passou de 24 feridos graves para 39 e de 12 para 20 mortos, só neste trajecto. A «Tolerância Zero» iniciou-se a 13 de Outubro de 1998 no IP-5 e alargou-se posteriormente, com carácter permanente, à EN-125, EN-10,

Dívidas na Saúde: 300 milhões de contos

Também segundo um trabalho no Diário de Notícias, as dívidas do Ministério da Saúde às farmácias, laboticos, medicina convencionada, médicos e enfermeiros já ultrapassam os 250 milhões de contos, preven-

do-se que no final do ano já tenham atingido os 300 milhões de contos. A manter-se esta tendência de cresratórios farmacêu- cimento, afirma o DN, os gastos com a Saúde serão superiores à inflação e à despesa orçamentada, situação agravada pelo



facto de este ano não haver orçamento rectificativo nem a possibilidade de «transferir» Dívida Pública. A situação é tão grave que a ministra já conduz pessoalmente a contenção nas despesas, onde se inclui o congela-

mento de verbas destinadas a investimento, havendo já administrações hospitalares a praos calotes para a ticarem «uma verdadeira engenharia financeira» para conseguirem assegurar o pagamento dos vencimentos e dos subsídios do próximo Natal.

Dinheiros públicos para «privados» da GALP



Segundo o Diário de Notícias, o Governo de António Guterres «isentou» os sócios privados da Petrocontrol do pagamento de impostos sobre as mais-valias de 105 milhões de contos obtidos com a venda da participação na holding energética Galp, o que se terá traduzido na apropriação de cerca de 33 milhões de contos de impostos que deveriam ter entrado

nos cofres do Estado e acabaram nas contas bancárias dos privados da Petrocontrol porque foram «perdoados» pelo Executivo do PS. O DN relata que a operação foi legitimada por um despacho assinado em Julho deste ano pelo secretário de Estado dos Assuntos Fiscais, Manuel Baganha, cuja legalidade levanta sérias dúvidas aos fiscalistas consultados pelo DN. O ministro Pina Moura veio a público desmentir a notícia sem, contudo, pedir contas ou explicações ao

Crónica Internacional • Ângelo Alves

«Tomar partido!»

ais de 130 mortos e 5000 feridos, na sua esmagadora maioria jovens e crianças. Este é o balanço do drama que hoje vive o povo da palestina. Um drama que se arrasta há quase 50 anos.

Apenas por lutar pelo direito à sua pátria, este povo sente na pele a repressão, a violência, a arrogância do ocupante israelita.

De um lado pedras de revolta e de indignação, mas também de coragem e convicção. Do outro metralhadoras, mísseis, helicópteros, tanques, muitos, muitos soldados.

Centenas de mortes, milhares de feridos, mas só de um lado. Do lado mais fraco, do lado dos que não têm os EUA como amigos e indefectíveis apoiantes!

Cerca de quatrocentas resoluções das Nações Unidas foram aprovadas condenando o governo israelita, reconhecendo a ilegalidade da ocupação e o direito do povo palestiniano à sua pátria. Ao seu incumprimento, por parte de Israel, os EUA responderam sempre com silêncio e cumplicidade.

À falta de argumentos que justifiquem tais acções surgiu o poder. O puro e horrível poder de deter o mais poderoso exército do Médio Oriente e de ter como aliado uma superpotência, que

sustenta a impunidade daquele que

Apetece dizer como Arafat: «Eles que vão para o inferno!»

Bata é a realidade revoltante que a hipocrisia e o jogo de interesses da classe dominante nos tenta impedir de ver. Nos órgãos de comunicação social as palavras nascem da boca do poder imperialista e do seu chefe, Bill Clinton: «cessar fogo»; «fim

da violência»; «negociações»; «imparcialidade»

Qual «cessar fogo»? Se o fogo é só de um lado e se as vítimas

israelitas confirmadas até agora são 6?

«Fim da violência»? Qual violência? A de pedras arremessadas por jovens e crianças contra fortalezas apinhadas de soldados armados até aos dentes? A das balas de «borracha» acima da cintura e à cabeça que matam mesmo? Ou a dos bombardeamentos feitos por esse mesmo exército israelita?

«Negociações»? Sem dúvida. Mas o que há mais a negociar se os palestinianos já cumpriram as resoluções das Nações Unidas que Israel «esqueceu», se ao fim de cinco anos do chamado período transitório os palestinianos deveriam deter cerca de 90% dos territórios da Faixa de Gaza e da Cisjordânia e detêm apenas 43% e se põe em causa Jerusalém como capital do estado da Palestina?

Imparcialidade? A que passa a mão na cabeça do Governo Israelita desculpando-o pelos mortos e feridos de que é responsável? A que esquece os mil e quinhentos prisioneiros políticos nas cadeias israelitas? A que põe a CIA a «supervisionar» o suposto fim da violência?

Não! Neste e em muitos outros casos há que ser parcial, tomar partido. Há que estar do lado da paz, do lado de quem sofre a exploração e a opressão. Há que estar contra e lutar contra quem mata, quem oprime. Contra o Governo Israelita, os EUA e o imperialismo. Há que ter coragem e determinação!

o «Herald Tribune», Robert Kaplan (um membro da New America Foundation) escrevia sobre a Jugoslávia: «Milosevic saiu derrotado não só por causa dos seus erros de cálculo e da aspiração a um vida melhor por parte dos sérvios, que só surgiria com uma mudança de regime, mas também porque os ideais democráticos americanos foram apoiados por uma pressão militar e económica.» Referia ainda que: «a propagação de sociedades abertas nos Balcãs ou em qualquer outro lugar é necessariamente um desenvolvimento natural: é fruto da expansão da autoridade americana(...)». E concluía: «Será tarefa da próxima administração (americana) expandir a NATO para o mar Negro e assim prevenir que os Balcãs se tornem noutro Médio Oriente.»

Elucidativo... Ao mesmo tempo que à custa de vidas humanas os EUA mantém o seu incondicional apoio a Israel defendendo assim os seus interesses na região, prosseguem o seu plano de dominação nos Balcãs sustentado pela NATO.

Apetece dizer como Arafat: «Eles que vão para o inferno!»

A petece perguntar: afinal quem de facto ganhou as eleições na Jugoslávia?

Não esquecendo as responsabilidades do próprio regime, a reposta passará pelos bombardeamentos da NATO e seus «danos colaterais», pelos 100 000 milhões de dólares de prejuízos direc-

a reposta passará pelos hombardeamentos da NATO e seus «danos colaterais», pelos 100 000 milhões de dólares de prejuízos directos e indirectos dos bombardeamentos, pelas sanções económicas, pressões, ingerências e chantagens de Madeleine Albright, dos EUA e da UE sobre o povo jugoslavo, pelos milhões de dólares entregues à oposição.

Poderão nestas condições os resultados eleitorais espelhar a vontade do povo Jugoslavo? Neste momento um dado é certo: a hipocrisia americana reina em ambos os casos e os interesses dos EUA estão a ser bem defendidos nos Balcãs e no Médio Oriente.

Para defender os interesses dos povos estamos cá nós e muitos outros, connosco, como nós. Contra a hipocrisia e pelo direito dos povos à sua autodeterminação há que lutar, há que tomar partido! Editorial

LIBERDADE DE DESINFORMAÇÃO

omo não podia deixar de ser, o «Avante!» constitui um dos alvos preferenciais da desenfreada vaga anticomunista impulsionada por vários dos principais órgãos da informação escrita. Tratando-se do Orgão Central do PCP, é natural que assim seja, tanto mais que, como a realidade mostra, sempre assim foi e, como o futuro confirmará, assim continuará a ser. Importa dizer - desde já e para que fique claro - que, vindos de quem vêm, muito nos honram tais ataques: ficaríamos preocupados, isso sim, se em vez das rajadas de insultos, mentiras e calúnias fossemos objecto de poluentes louvores e elogios. Em todo o caso, não podemos deixar de assinalar esses ataques e de os qualificar devidamente.

Encerrados num conceito de democracia profundamente carenciado (e em alguns casos totalmente desprovido) de conteúdo democrático, os referidos órgãos da imprensa escrita entendem e utilizam a liberdade de informação como se de liberdade de desinformação se tratasse. É assim em relação à generalidade dos acontecimentos que ocorrem no Mundo e é-o, igualmente, no que res-

A «Tribuna do Congresso» tem sido o pretexto para múltiplos disparos desferidos contra o nosso jornal

peita à situação nacional, especialmente quando se trata do PCP.

Percebe-se tal postura: sendo propriedade dos donos do País, dessa minoria que acumula milhões à custa da exploração da maioria, incomoda-os a existência de um Partido Comunista que luta contra essa exploração e é portador de um projecto transformador da sociedade.

«Tribuna do Congresso» – espaço aberto, no «Avante!», ao debate em torno do Proiecto de Resolução Política para o XVI Congresso do PCP - tem sido o pretexto para múltiplos disparos desferidos, nas últimas semanas, contra o nosso jornal. Começando por insinuar ou afirmar peremptoriamente que o «Avante!» não iria «abrir» a Tribuna, mal ela teve infcio fingiram que nada haviam insinuado ou afirmado e trataram de mudar de agulha, passando a sublinhar as «limitações que se sabe», as «práticas censórias» os «métodos estalinistas» e outros mimos tão carregados como estes de objectividade, verdade, seriedade... Acrescia, como agravante dessa já tão grave violação da liberdade de informação, o facto terrível e sinistro de que «em última análise é o director do jornal quem decide sobre o que é ou não é publicado», coisa que, por si só e segundo o

linguajar de alguns desses escalrachos do jornalismo, era sinal iniludível de tenebrosas perversidades. É claro que escrevendo o que escreviam estão, no essencial e em boa parte dos casos, a verse ao espelho dos jornais onde trabalham e a fingir que julgam que a «Tribuna do Congresso» no «Avante!» funciona à imagem e semelhança das suas secções de «cartas dos leitores»...

aralelamente a essa deformação congénita, esses órgãos ditos de informação independente exibem outros inesgotáveis atributos, aliás claramente detectáveis na sua campanha mais vasta e geral visando o enfraquecimento - e, se possível, o fim - do PCP. Recorrendo a imaginacões doentias ou bebendo em fontes que à partida sabem ser pútridas, constroem cenários sobre os quais, por vezes, é difícil decidir o que neles mais impressiona: se o disparate se a provocação. Desinformam organizadamente, mentem, falsificam, caluniam - e, não raras vezes, recusam-se (democraticamente, é claro) a publicar a denúncia dessa desinformação, dessa falsificação, dessa mentira, dessa calúnia. Descem amiúde muito abaixo do grau zero da seriedade - e amiúde entram pelos enlameados caminhos da insensibilidade e da desumanidade. E, sempre satisfeitos consigo próprios, sempre desvanecidos com as qualidades supremas que a Providência houve por bem outorgar-lhes; sempre na posse de inabaláveis certezas absolutas sobre tudo e sobre todos; e, especialmente, sempre convictos (desta vez com razão) de que o patrão está satisfeito... enlameiam--se deleitados no seu muito específico conceito de «liberdade de informação».

ncomoda-os a dignidade, a coerência, os ideais, o apego à democracia e aos seus valores, patentes nos 80 anos de luta que fazem a história do PCP. Têm razões muitas para tal incómodo. Tanto mais que todos eles – patrões e fiéis executores das ordens dos patrões – sabem, certeza certa, que estão perante um partido que não desiste de assumir com determinação e frontalidade a sua condição de comunista, que não desiste de lutar contra as injustiças, as desigualdades e os crimes intrínsecos ao sistema capitalista, que nãovira costas às dificuldades e aos obstáculos que se deparam ao seu projecto de construção de uma sociedade liberta de todas as formas de opressão e de exploração.

O «Avante!» ocupou, ocupa e ocupará sempre o lugar que lhe compete. Órgão Central do PCP, partido da classe operária e de todos os trabalhadores - e que, portanto e por isso, defende os interesses de todas as classes e camadas antimonopolistas - o «Avante!» está, naturalmente, com os trabalhadores e com o povo, com os explorados e contra os exploradores, com as vítimas do capitalismo e contra o capitalismo. E posiciona-se, assim, nos antípodas do espaço ocupado por jornais que, sendo propriedade de grandes grupos económicos, existem no essencial para defender os interesses da minoria exploradora que os sustenta - e que, para bem cumprirem a tarefa a que estão obrigados, não hesitam em recorrer a práticas e métodos de desinformação organizada que ferem de morte a liberdade de informação.

Actual Pobreza de política

• Jorge Cordeiro

notícia caiu com a crueza e a A dimensão que encerra. Portugal ocupa o primeiro lugar no ranking da pobreza entre os países da União Europeia. São cerca de dois milhões os portugueses que vivem abaixo de um limiar que lhes assegure uma vida com um mínimo de recursos necessários à satisfação das suas necessidades sociais básicas. Enganam-se os que identificavam como incluídos nesta situação apenas os que se encontravam sujeitos às situações mais extremas de marginalidade e exclusão. Os baixos salários praticados e os valores de uma parte significativa das pensões de reforma concorrem, a par do desemprego, para uma substancial parcela do universo dos que foram atirados para o limiar da pobreza.

Esta é uma realidade incontornável que marca a sociedade portuguesa e que deveria exigir a reflexão dos que inundam o imaginário deste país com

os discursos do sucesso, da glorificação do consumo e da vida fácil. Esta é uma realidade que deveria tingir de vergonha os que abrem a porta à criação de fortunas a partir da acção parasitária e especulativa. Esta é uma realidade que não pode deixar de corroer aquela réstia de consciência cívica e humana, que porventura ainda os habite, aos que assistem ao acumular dos lucros na base do mais aviltante proteccionismo de que é exemplo a actividade bancária, como ainda esta semana ficou evidenciado ao ser conhecida a ridícula percentagem de impostos a que a sua actividade é sujeita. Esta é uma realidade que não deveria deixar dormir os que regateiam até ao tostão os custos que esta ou aquela actualização do valor das reformas ou dos salários sem que pestanejem quando se trata de fixar em muitos milhões o valor de isenções fiscais ou indemnizações aos que já muito têm. Esta é uma realidade que deveria

desassossegar os que
escoam rios
de tinta a invocar os direitos
humanos sempre
que as circunstâncias
e interesses, bastas
vezes não humanitários, são
tidos como convenientes.

Façamos votos para que perante a evidência dos números e a dimensão do problema, o Governo retire a ilação que não é com base em discursos róseos sobre o país e em cíclicas citações sobre justiça social que se esconde o que em cada dia resulta das opções e orientações de uma política orientada para favorecer a concentração da riqueza e a disseminação das dificuldades e da pobreza.

Cavaco revisitado

• Edgar Correia

A s declarações anteontem produzidas pelo antigo chefe do governo Cavaco Silva a respeito do «monstro» despesista e da necessidade do regresso a uma política neoliberal pura e dura — de passagem com o «aviso» saído das alfurjas salazaristas de que seria difícil explicar à União Europeia uma reforma fiscal com o apoio dos comunistas — evidencia a pressa com que a direita está a elaborar o «programa» político com que quer apresentar-se ao país num cenário de uma crise cada vez mais iminente.

Enfatizando sem novidade a necessidade de medidas de emergência tais como a extinção de serviços públicos e a redução do peso do sector público na economia, Cavaco

Silva tem o desplante de recomendar aos socialistas e ao Governo que «deixem a ideologia à porta dos hospitais» e que os «entreguem à gestão privada».

Relembrando que a entrega à gestão privada de um dos maiores e mais modernos hospitais públicos portugueses — o Amadora-Sintra — constituiu exactamente uma das últimas decisões tomadas pelo último governo de Cavaco Silva de má memória, logo se pode concluir, pois, que o exlíder do PSD pretende é que seja prosseguida a sua acção governativa exactamente a partir do ponto em que o eleitorado, e muito bem, decidiu terminá-la.

O governo do PS, na área da saúde, não está a enfrentar e a resolver os problemas estruturais que atingem o Serviço Nacional de Saúde, tendo abandonado medidas conducentes à sua reforma democrática de e retomado uma filosofia privatizadora, o que está a conduzir a um ponto nunca visto a indignada insatisfação de muitos utentes e a luta dos profissionais da saúde unidos na Plataforma das Organizações Sindicais do Sector.

Não é evidente que é afinal esta política do Governo

que está a criar condições objectivas para o reaparecimento «salvador» das velhas receitas privatizadoras de natureza neoliberal? E não evidencia, também, este reaparecimento do professor Cavaco, que urge sustentar a necessidade de uma alternativa de esquerda, de política e de governo, que liberte os portugueses da falsa alternativa em que têm vivido, oscilando entre políticas de direita conduzidas pelo PS ou levadas à prática directamente pelos partidos da própria direita, PSD e PP?



Ao nosso lado

• Leandro Martins

les andam aí... Damos conta deles em muitos lugares. Não pelo aspecto físico nem pela maneira de vestir, porque não são assim tão diferentes da média do que costumamos ser, nem se apresentam espampanantes como turistas. E falam discretamente entre si, um som onde não distinguimos palavras, um rumor como o que é costume ouvir. Quando nos não calhou algum deles ao lado no trabalho, vêmo-los na rua, nos transportes, nos supermercados. Às vezes fazem perguntas. E então estranhamos vagamente um ligeiro sotaque que não conseguimos distinguir entre aqueles estrangeiros que nos são familiares. Aprendem depressa a falar a nossa língua, a usar costumes. A ser como nós. São como nós. Mas...

Estamos a falar dos imigrantes do Leste europeu. Já nas nossas páginas falámos deles. A apontar o escândalo da superexploração a que estão sujeitos. A mostrá-los como exemplo das desgraçadas consequências da derrota do socialismo. Hoje, e a pro-

pósito do Encontro sobre Trabalhadores de Leste na Construção Civil, realizado no passado domingo no Porto, a destacar a solidariedade que merecem por parte dos seus camaradas de trabalho.

É que eles são como nós, mas... mais explorados e oprimidos ainda.

Num documento de apoio do Encontro, divulgado pelo Sindicato dos Trabalhadores da Construção e Madeiras do Norte e Viseu, encontramos o traço geral da sua história:

O cidadão de Leste necessitado de trabalho - pode ler-se - recorre a «agentes» do seu país que a troco de milhares de dólares lhe arranja



emprego em Portugal, visto de entrada (o simples visto de turista) e o transporte para chegar a Portugal. Chegado a Espanha, diversas redes cobram 25 000\$00 aos homens e 10 000\$00 às mulheres para que possam entrar em Portugal sem serem molestados. Uma vez em Portugal, o, agora, trabalhador de Leste é entregue ao pseudo-empreiteiro que lhe dá trabalho e o aloja, geralmente em péssimas condições.

As condições péssimas são agravadas pela constante ameaça de expulsão e pela sujeição às redes mafiosas que lhes cobram 10 por cento do ordenado a troco de «protecção», denuncia ainda o documento. Tudo até ao dia em que o trabalhador de Leste já nenhuma utilidade tem para o pseudo-empreiteiro e este o denuncia às autoridades levando à sua expulsão do País, muitas vezes sem o dinheiro que lhe haviam prometido e de que tanto necessitava.

Eles andam aí. São como nós. Mas... necessitam de mais solidariedade ainda.

Frases

66 Em matéria de política externa, a história recente da União Europeia mostra bem não só a sua total incoerência como uma completa e absoluta vassalagem aos desígnios estratégicos dos Estados Unidos.??

(António Ribeiro Ferreira, Diário de Notícias, 23.10.00)

66 Não se sabe bem o que é mais abjecto, se o voyeurismo cúmplice do Grande Espectador, se a obscena coroação do Homem Rasca?

(António Rego Chaves, Diário de Notícias, 24.10.00)

66 Manuela Arcanjo promete défice nulo da Saúde em 200199

(Título no Diário Económico, 24.10.00)

66Dívida [na Saúde] salta para 300 milhões??

(Título no Diário de Notícias, 24.10.00)

⁶⁶Por obra e graça de Paulo Portas, a Aliança Democrática está transformada numa espécie de Aspirina Democrática a que se recorre sempre que há uma dor de cabeça??

(Miguel Coutinho, Focus, 23.10.00)

66No PS não há um xadrez político, há um magma caótico de funcionamento incontrolável e futuro imprevisível?

(Pedro Baptista, O Comércio do Porto, 20.10.00)

⁶⁶Ferreira do Amaral é o candidato de4, 5 pessoas do PP??

(Narana Coissoró, o Diabo, 24,10.00)

66 Cavaco Silva não avança porquê? Por que não avançam outros, mais chamativos que Ferreira do Amaral? Adormeceu-os a fatalidade. O fado do respeitinho é muito bonito. Não o esqueçamos: na nossa democracia, o Poder nunca perde eleições??

(João Carreira Bom, Diário de Notícias, 22.10.00)

66A única grandeza que poderá existir em nós é a de sermos iguais aos outros. Com o tempo aprende-se a ser humilde. Percebi isso tarde. E, além disso, diante da morte nada tem importância??

> (António Lobo Antunes, Diário de Notícias, 21.10.00)

66 Toda a nossa vida é como escrever sem borracha?

(idem, ibidem)



Governo vende maioria na EDP

«Apagão» premiado

om a 4.º fase da privatização, o Estado perdeu o controlo do sector eléctrico e a alta finança obteve, a preços de saldo, a possibilidade de acentuar a lógica do lucro, à custa do desinvestimento que está a degradar o serviço público de electricidade.

0 que conta mais?

Os sorrisos

escondem o

mau negócio

De 1979 a 1988, foram electrificados pela EDP pública, em profunda colaboração com as autarquias, 6250 lugares, beneficiando 350 mil habitantes. Destes, 110 mil viviam em 4350 lugares com menos de 50 habitantes.

Desde há meia dúzia de anos, foram encerrados quase 150 postos de atendimento, prejudicando mais de 800 mil pessoas. Foram extintos, reduzidos e concentrados armazéns, oficinas, piquetes... As áreas de intervenção foram

alargadas e os recursos diminuíram.

Metade dos postos de trabalho foram liquidados, adiantando já a administração que o corte vai prosseguir, dos actuais 11 mil para apenas 9 mil. Também caiu para menos de metade o investimento, que rondava os cem milhões de contos e ia apenas para a electricidade. Entretanto, proliferam os empreiteiros e alugadores de mão-de--ohra, com trabalhadores a quem são negados direitos elementares e salários dignos.

Com a venda de cerca de 70 por cento da participação pública, o Estado «encaixou» 1200 milhões de contos. Em cinco anos (de 1995 a 1999), a EDP deu cerca de 480 milhões de contos de lucros líquidos e pagou ao Estado 335 milhões de contos de IRC. No primeiro semestre de 2000 os lucros subiram quase 10 por cento. Mas os portugueses continuam a pagar um preço exagerado pela electricidade.

Em vez dos almejados 430 milhões de contos, os cofres do Estado ficam com cerca de 360. Em vez de uma empresa em que poderiam valer desígnios de política e interesse nacional, no sector estratégico da produção e distribuição de energia eléctrica, a EDP vai acelerar o percurso rumo ao lucro máximo com o custo mínimo. Em vez de investimentos na manutenção e renovação de instalações e equipamentos, vai aprofundar-se uma política de cortes nas despesas, de concentração de serviços, de afastamento entre a EDP e os consumidores, de redução de pessoal e ataque aos direitos dos trabalhadores.

Com tais resultados, os ministros Joaquim Pina Moura e Mário Cristina de Sousa exibiam na Bolsa, segunda-feira de manhã, no final da sessão especial, largos sorrisos e fartas declarações de satisfação. Mais discreto, mas sem sombra de preocupação, também se apresentou no edifício negro-espelhado da Rua Soeiro Pereira Gomes o presidente da administração da EDP, Francisco Sanchez.

Completamente escondidos e ainda mais satisfeitos hão-de estar, a esta hora, os grandes «investidores insti-

tucionais», que são apontados como os responsáveis pela queda abrupta das acções da EDP, sobretudo na semana que definiu os preços para a sessão especial de dia 23. Em duas semanas, os títulos da EDP caíram cerca de 14 por cento, mas o «mau momento» invocado pelo ministro da Economia teve, no índice geral PSI20, uma quebra de cerca de 6 por cento. O preço final acabou por ser fixado no mínimo de 3,10 euros, por exigência dos «institucionais» - o nível mais baixo

deste ano e, pela primeira vez numa «reprivatização», inferior ao preço de venda da anterior fase.

investimento A Comissão responsável (CMVM) já disse que vai averiguar, mas o negócio está feito, o Governo satisfeito e as acções da EDP retomaram a subida. Admitem especialistas no negócio que possam chegar aos 3,8 euros; ainda no próprio dia da OPV foram transaccionadas mais de 16 milhões de acções da EDP, já com um ganho de quase 2 por cento apenas em algumas horas.

O mercado está aberto. Desta vez, a afluência, embora elevada (uma procura quase 23 vezes superior às acções disponíveis na OPV), foi muito inferior a 1997 (37 vezes) ou 1998 (52 vezes). Também já está a ficar claro que o «capitalismo popular» é sobretudo uma maneira de levar mais riqueza para os cofres do grande capital.

As cegonhas?

A degradação do

serviço resulta de

brutais cortes no

Nestas contas de multiplicar capital, a EDP deixa cada vez mais de ter como

> principal objectivo fornecer electricidade, como denunciaram os representantes dos trabalhadores. «Em

vez de garantir electricidade para o desenvolvimento do País e o bem-estar das populações, obrigações inquestionáveis de um prestador de serviço público, a EDP vai ter, ainda mais, como principal preocupação a cotação na Bolsa e o lucro dos grandes accionistas», previne a FSTIEP/CGTP-IN, num folheto que distribuiu à população durante a semana passada.

Salientando que «os fabulosos lucros» da EDP, nos

últimos anos, «resultam de um brutal desinvestimento», a federação, que reúne os sindicatos representativos da maioria dos trabalhadores das empresas do Grupo EDP, denuncia que «o "apagão" de 9 de Maio, que deixou uma grande parte do País sem electricidade, tal como sucessivos cortes de energia noutras ocasiões, mostraram as consequências da corrida cega ao lucro». Por isso, a FSTIEP fez questão de salientar, nas acções que realizou durante a semana passada, que «a culpa não é das cegonhas».

Essa mensagem levou também para a rua o PCP, denunciando em faixas e folhetos que «mais privatização é igual a mais apagões».

O Governo não contrariou os argumentos de quem se opôs à privatização. Ignorando os factos postos a nu pela cegonha electrocutada na Figueira da Foz, recusou--se a dar razão a quem demonstrou as graves consequências desta política para os consumidores, os trabalhadores da empresa e o País. O Governo do PS cedeu ao capital e premiou o

• DM



Regresso ao passado

A formação da EDP, em 1976, é uma emanação das excepcionais transformações económicas e sociais ocorridas com o 25 de Abril, afirma-se no documento em que a FSTIEP/CGTP exige que «não privatizem mais a nossa energia».

Antes da fusão das 14 principais empresas do sector eléctrico (posteriormente, a EDP integrou também a pequena distribuição, a cargo de autarquias e privados), apenas estavam concentrados na Companhia Portuguesa de Electricidade os sectores da produção e do transporte. A «profunda irracionalidade»

do sector deixava milhão e meio de portugueses sem possibilidade de acesso à electricidade e não previa quaisquer medidas específicas de apoio ao desenvolvimento económico, enquanto faltava capacidade de investimento e conservação das

Muitas das empresas que vieram a integrar a EDP tinham dificuldades de sobrevivência. Verificavam--se diferenças profundas nos preços da energia, com tarifas que variavam entre 62 centavos por kwh, nos grandes centros urbanos, e 3\$08 em regiões com menor grau de

desenvolvimento. A disparidade verificava-se igualmente na remuneração e demais condições dos trabalhadores, com carências de formação profissional e equipas de pessoal frequentemente abaixo do necessário.

Com a «reestruturação» de 1988, o Governo de Cavaco Silva e do PSD marcou um período de retrocesso, com o desmembramento e, em 1994, a cisão da EDP. Com a primeira operação de privatização, a 16 de Junho de 1997, o PS e António Guterres ignoraram as críticas, persistiram no erro e aceleraram a concretização da velha política.



O seminário culminou uma semana de luta, travada com meios muito desiguais, contra a política de privatização

Lutar com razões

Desde o Governo de Cavaco Silva e do PSD, os ataques à EDP avançaram sem qualquer justificação económica ou técnica e permanentemente rompendo compromissos e promessas.

Os trabalhadores apresentaram motivos fundamentados para recusarem a via da privatização. Nestas razões, confirmadas pela evolução da empresa, encontram a unidade e a firmeza que têm marcado a luta desenvolvida desde 1988 e que também mostraram agora, contra a 4.ª fase.

«Os trabalhadores não se calam e não se calarão, mesmo em situações muito difíceis», salientou o deputado comunista Vicente Merendas, ao intervir no seminário que, na passada sexta-feira, culminou uma semana de campanha levada a cabo pelas estruturas da CGTP nas empresas do Grupo EDP.

Em reuniões e plenários, em milhares de folhetos distribuídos na empresa e à população, em faixas e pendões colocados nas principais localidades, no abaixo-assinado promovido pelas CTs e subCTs, os trabalhadores da EDP deram continuidade à luta que vem sucessivamente retardando a privatização e denunciando os seus prejuízos. O coordenador da FSTI-EP, José Machado, enumerou alguns momentos mais marcantes deste combate, salientando a greve de 24 horas e a concentração de milhares de trabalhadores da empresa, em 1994, em Lisboa.

Pelo serviço público

Também chegou ao seminário a solidariedade da Associação Portuguesa de Direito de Consumo, com Mário Frota a lamentar que, como sucedeu noutros países, os consumidores e os trabalhadores não tivessem conseguido concretizar fortes accoes conjuntas em defesa do serviço público. O dirigente da APDC acusou a DECO de se confundir «com o próprio poder» e com uma multinacional belga, daí resultando o silenciamento do protesto contra a EDP.

João Proença, presidente da CM de Borba, protestou contra os termos da renegociação da concessão da rede eléctrica municipal, que não pode processar-se agora como quando a EDP era uma empresa pública. A ANMP deu um acordo de princípio, mas agora «temos o piquete a 80 quilómetros».

Desmentindo a campanha da privatização, a FSTIEP afirma no documento-base do seminário que «tudo o que a EDP pública tinha de positivo não tem parado de descer» e «o que não tem parado de crescer é a corrida ao lucro a todo o custo... e à custa dos consumidores, do País e dos trabalhadores».

As estruturas da CGTP afirmam que vão continuar a lutar «em defesa de valores mais importantes do que o gráfico das cotações na Bolsa: um serviço público de qualidade, à altura das necessidades do País e dos consumidores, prestado por uma empresa sólida, moderna e eficiente, onde os direitos dos trabalhadores sejam respeitados».

Declaração de Carlos Carvalhas sobre a EDP e a política de privatizações

Leilão sem norte

A alienação de mais uma importante fatia do capital público na EDP vai contra o interesse das populações e contra o interesse nacional acusou o secretário-geral do PCP.

Numa declaração à comunicação social, segunda-feira, Carlos Carvalhas referiu que «o Estado perde o controlo deste importante sector estratégico».

«Depois de ter entregue a Petrogal a grandes bancos e importantes empresas ao controlo estrangeiro, ficando o País cada vez mais dependente e mais incapaz de imprimir uma estratégia de desenvolvimento assente na coesão nacional e na defesa dos interesses nacionais, o Governo perde agora o controlo da EDP», sublinhou o

dirigente comunista, responsabilizando o executivo PS «por mais uma decisão que fere os interesses do País, com o silêncio cúmplice do PSD e do PP».

Ao insistir «neste grave erro político, depois de durante muito tempo ter garantido que não privatizava a EDP em mais de 50 por cento», «mais uma vez, o Governo PS dá o dito por não dito, comprometendo o futuro do País e os interesses das populações nomeadamente, das mais isoladas»

«Com dificuldades orçamentais em consequência de uma política eleitoralista (preço dos combustíveis, adiamento da reforma fiscal) que pôs os interesses parti-0 Governo

dários à frente dos interesses das pessoas e das popula- do PS cometeu ções, o Governo não olha a meios para atingir os fins.

E o leiloar de tudo que possa fazer dinheiro.

«È uma política desastrada. No plano ético o Governo não tem legitimidade para comprometer o futuro do povo

«Como dizem os trabalhadores, vamos ter mais "apagões" e "a culpa não é da cegonha"

«Depois de 23 de Outubro, não vamos só, ter mais uma fatia da empresa entregue ao capital privado vamos, sobretudo, ter uma EDP completamente diferente. Diferente nas suas opções, na sua gestão, nos seus objectivos. Não será mais uma empresa ao serviço da economia nacional e dos portugueses, mas sim, uma empresa ao serviço dos interesses dos grupos económicos detentores da maioria do capital social, onde o lucro é a prioridade das prioridades.»

Com a direita

«O Governo PS, tal como uma família sem "norte" e fortemente endividada, anda a vender as "jóias e as pratas herdadas". É sabido como estas coisas acabam.

«Não é com uma política neoliberal tão ao gosto dos "boys de Chicago" que Portugal dá resposta aos graves problemas de desenvolvimento com que está confronta-

«Um Governo que negoceia o segredo bancário com Ferraz da Costa, que já foi o

padrinho da aprovação de um Orçamento pelo PP e que prossegue com a privatização de empresas básicas e estratégicas, 400 milhões de contos neste Orçamento, é obvio que está a prosseguir uma política de direita e a contar com os votos da direita para aprovar o seu Orçamento.

«A perda do controlo da EDP pelo Estado português, importante sector estratégico da economia nacional é ina-



Com uma política de direita, o Governo do PS só pode contar com os votos da direita para o OE, disse Carlos Carvalhas, acompanhado na conferência de imprensa por Jorge Pires, da Comissão Política do Partido

mais um grave

atentado

«Desde a sua constituição em 1976, a EDP realizou uma obra a todos os títulos única e impensável numa empresa privada. Milhares de locais deste país,

com menos de 50 habitantes, passaram a ter acesso a este bem de primeira necessidade, que é a energia eléctrica. Foi criado uma tarifário único para todas as regiões, foi realizado um grande investimento na diversificação e

remodelação de inúmeras redes. Os trabalhadores da empresa viram as suas condições de trabalho uniformizadas. Foram criadas as condições para um desenvolvimento industrial harmonioso em todo o país.

Só nos últimos dois anos a EDP teve de lucros líquidos mais de 200 milhões de contos, enquanto os resultados líquidos do 1.º semestre de 2000 e de acordo com números avançados na comunicação social, sobem a 9,7 por cento relativamente ao ano de 1999.

«Mas nesta privatização há ainda pontos muito obscuros. O Governo fica também responsável por deixar vender "gato por lebre", pois a rede eléctrica nacional não pertence à EDP e esta não pode privatizar aquilo que não lhe pertence. A rede nacional é do domínio público. Será que o Estado vai fazer de conta que a rede pertence à EDP e depois vai comprar a dita rede numa negociata que se calcula em cerca de 300 milhões de contos? Era interessante que o primeiro-ministro dissesse ao povo português a quem pertence a rede eléctrica nacional.

«O PCP responsabiliza e acusa o Governo PS deste atentado à economia nacional e aos interesses nacionais», concluiu Carlos Carvalhas.

Vigília na Defesa

Por aumentos salariais, revisão do sistema retributivo e das carreiras dos trabalhadores civis dos estabelecimentos fabris do Exército e contra discriminações salariais, pela participação do Arsenal do Alfeite no Plano de Modernização da Armada e na construção dos navios--patrulha oceânicos, decorreu uma vigília, frente ao Ministério da Defesa Nacional, nos dias 18, 19 e 20, entre as 9 e as 17 horas. Promovida pela Sindicato dos Trabalhadores dos Estabelecimentos Fabris das Forças Armadas, a vigília contou com a participação de dirigentes, delegados e activistas sindicais que, na sexta-feira, entregaram ao ministro «um lembratório, para que, quando estiver a navegar na Net, não se esqueça dos compromissos assumidos para com os trabalhadores».

Gráfica não negoceia A associação patronal da indústria gráfica continua a recusar-se a negociar a revisão do contrato colectivo com os representantes dos trabalhadores, reafirmou o sindicato do sector, desmentindo uma notícia publicada no «JN» de dia 13. O Sindicato das Indústrias de Celulose, Papel, Gráfica e Imprensa recorda o processo que decorre desde Fevereiro, «perante o silêncio do Ministério do Trabalho e dos seus responsáveis». Naquela altura, foi entregue à APIGTP a proposta sindical de revisão do contrato para este ano, que produz efeitos a partir de Abril. Em vez dos 30 dias exigidos por lei, só em meados de Abril a associação patronal respondeu, com uma proposta nova e global para o clausulado, prometendo para final de Julho uma proposta de revisão total de carreiras e categorias profissionais. O sindicato propôs que fosse dada prioridade à actualização dos salários mínimos do sector, uma vez que a negociação de um novo contrato será necessariamente demorada. Em Maio e Junho decorreram reuniões entre as partes, mas os representantes patronais não aceitaram rever salários sem que fique concluída a negociação de todas as propostas globais, o que, para o sindicato, é «inaceitável» e configura mesmo «uma manobra para impedir a actualização dos salários sectoriais no corrente ano». Foi requerida pelo sindicato a intervenção do Ministério do Trabalho, onde se realizaram reuniões tripartidas no mês de Julho e a APIGTP teimou na sua indisponibilidade para negociar salários prioritariamente. O Ministério comprometeu-se a voltar a contactar as partes em Setembro, mas ainda não o fez. O compromisso ficou nas actas e foi recordado pelo

sindicato ao ministro, em

Outubro.

Agosto e, novamente, já em

Governo adia contraproposta

Frente Comum de indignação

O Governo faz depender da votação do Orçamento de Estado a apresentação da sua contraproposta salarial para a Administração Pública, atitude repudiada pela Frente Comum de Sindicatos.

Na reunião de segunda--feira, com os representantes dos trabalhadores, o Governo veio dizer que só depois de 8 de Novembro responderá às propostas sindicais de actualização salarial para 2001. Para a Frente Comum de Sindicatos da Administração Pública, isto é visto como «o desplante de condicionar a apresentação de uma contraproposta à viabilização pela Assembleia da República do Orçamento de Estado».

Numa nota distribuída anteontem à comunicação social, a Frente Comum considera que tal postura «é reveladora de má-fé negocial, pretende instrumentalizar os trabalhadores e usá-los como arma de arremesso» perante a AR. Para além de repudiar «veementemente» a atitude do Governo, a Frente Comum considera que ela «merece adequada resposta por parte dos traba-Ihadores». Precisamente para preparar essa resposta, os sindicatos da Frente Comum vão reunir amanhã.

Corte escondido

A estrutura sindical representativa da larga maioria dos trabalhadores da admi-

nistração Central, Regional e Local e dos seus diferentes sectores, acusando o Governo de «instrumentalizar um processo negocial que deve ser regido pelo princípio da boa-fé», denuncia que «a intenção evidente» do executivo de António Guterres é «ocultar dos trabalhadores, durante o maior tempo possível, a sua intenção de prosseguir uma política de redução do poder de compra dos trabalhadores».

Reafirma ainda que o Governo «persiste numa política de dois pesos e duas medidas, pois, enquanto para os salários dos trabalhadores se afirma autolimitado por eventuais decisões da AR, não assumiu a mesma atitude

face aos grandes grupos económicos, quando lhes concedeu milhões de contos de benefícios após o aumento dos combustíveis».

Em declarações aos jornalistas, após a reunião, Paulo Trindade, porta-voz da Frente Comum, lembrou que as negociações salariais sempre se iniciaram em Outubro, durante a discussão do OE.

A Comissão Executiva do

0 desplante do Governo merece resposta adequada dos trabalhadores

STAL/CGTP, reunida anteontem, considerou que o comportamento do Governo é «sintomático da política de desrespeito para com os trabalhadores». «O Governo pretende,

numa atitude de total submissão aos interesses do patronato, mais uma vez, penalizar fortemente os salários dos trabalhadores, nomeadamente através de aumentos que não têm em conta a recuperação do poder de compra», diz o STAL, criticando os governantes por nem sequer terem aproveitado a reunião com os sindicatos para discutir outras matérias pendentes.

Depois do embuste do ano passado e da recusa de uma justa correcção salarial este ano, o Governo usa agora os trabalhadores para pressionar a AR (foto de arquivo)

Carris pune autarca

«Por causa da luta em torno do circuito da carreira 60, um vogal da Junta da Ajuda, trabalhador da Carris, é alvo de processo disciplinar por exercício de funções autárquicas», denunciou o presidente da autarquia.

Numa nota à comunicação social, distribuída na semana passada, Joaquim Granadeiro recorda que a Carris propôs, em Maio, um novo percurso para a carreira 60, que lesava as populações utentes do autocarro, e avançou com uma alternativa, procurando «ir ao encontro de um anseio muito antigo e uma necessidade dos moradores do Casa-

Ignorando a posição da Junta de Freguesia, a que a CML «também não deu a devida atenção», a Carris pôs em prática o novo percurso em Agosto, «sem se preocupar com os prejuízos que causava», o que provocou «imensas reacções», sobretudo no Casalinho.

«Retomou-se af uma luta das populações da Ajuda, com total solidariedade da Junta», e que levou a que, no dia 8 de Setembro, 3 autocarros fossem retidos no bairro, recorda o eleito comunista.

A Carris «comprometeu--se a encontrar e propor uma solução». A Junta de Freguesia, na sequência deste compromisso, deslocou-se à sede da transportadora lisboeta, onde foi recebida por técnicos que disseram não ter solução e que o «60» não podia passar pelo Casalinho. Os autarcas decidiram então subir ao andar da administração, interlocutor com poderes, para lhe exporem as suas razões.

Sucede que um dos membros da Junta de Freguesia também é trabalhador da Carris... e está a ser alvo de um processo disciplinar na empresa. Este é «um acto de repressão e intimidação gratuito, já que o eleito local estava nas suas funções autárquicas e não como trabalhador da empresa», protesta Joaquim Granadeiro. Mas, para o presidente da Junta da Ajuda, «é também um gesto de fraqueza da administração da Carris», que «sabe que a Junta e as populações não desistem».

Se «toda a gente sabe»...

A FNSFP/CGTP exigiu «transparência» e questionou publicamente o silêncio do Governo face a declarações de Ferraz da Costa no «Expresso» de 14 de Outubro. O presidente da CIP disse que «toda a gente sabe» que a possibilidade de não existência de controlo fiscal sobre as designadas «despesas confidenciais» das empresas é porque estas visam, nomeadamente, facilitar o andamento mais célere de processos de licenciamento nos serviços da Administração Pública, recorda uma nota de imprensa da federação da Fun-

«O sr. Ferraz da Costa está a fazer uma gravíssima acusação ao Governo e à Assembleia da República», que propõem e aprovam o Orçamento de Estado, pelo que «é inadmissível que o Governo, enquanto entidade responsável pela Administração Pública, não accione de imediato os mecanismos de que dispõe para apurar o fundamento de tais acusações», protesta a federação.

«É que, se "toda a gente sabe", então esse facto será também do conhecimento do Governo, pelo que a sua passividade só poderia ser interpretada, no mínimo, como uma pactuação face a acusações que visam denegrir, perante a opinião pública, a Administração Pública e o próprio Estado democrático», acusa a FNSFP, que se recusa a transigir com «acusações que veiculem uma imagem generalizada de corrupção na Função Pública e, muito menos, que indiciem que ser um trabalhador da Função Pública é sinónimo de corrupto ou de pactuar com corrupção».

A federação exige que o Governo se defina quanto ao enquadramento fiscal das despesas confidenciais e que proceda ao apuramento de responsabilidades – também quanto à forma como foram usados os dez mil milhões de contos dos Le II QCA, atribuídos a empresas que o presidente da CIP diz representar mas que, «como toda a gente sabe», não tiveram adequada correspondência no desenvolvimento do País.

Fimper

O encerramento no final de Outubro foi anunciado pela administração da Fimper, que já em Julho do ano passado tinha eliminado 27 postos de trabalho, assim despedindo, sobretudo, mulheres, o que também sucederá com o fecho da empresa. Segundo o Sindicato dos Metalúrgicos de Lisboa, a maior parte dos trabalhadores tem mais de 20 anos de antiguidade nas empresas do grupo, pois alguns vêm da Previdente e passaram também pela Prevembal ou Pecape. Em plenário realizado dia 12, no Sobralinho (Vila Franca de Xira), os trabalhadores do grupo Previdente analisaram a situação nas empresas e decidiram exigir das gerências das empresas medidas sérias para manter a laboração e os postos de trabalho. Com o apoio do sindicato, estão a contactar órgãos do poder, «no sentido da sua responsabilização, neste processo que se avizinha difícil», refere a resolução aprovada no plenário.

Galamas

A luta dos trabalhadores é o caminho para que a Empresa de Transportes Galamas pague salários de acordo com o trabalho e a produtividade, garanta condições de higiene e segurança e instalações sanitárias condignas, respeite as pausas entre saídas dos motoristas, conceda o tempo necessário a que seja feita a revisão das viaturas. Num comunicado aos trabalhadores da Galamas, o sector de empresas de Cascais do PCP denuncia a situação do pessoal da transportadora, salientando que esta «tem uma carteira de bons clientes, tanto nacional como internacional e, portanto, uma boa situação económica», pelo que o desenvolvimento da luta garantirá que os problemas não vão continuar sem solução e os direitos vão ser respeitados.

Guardas

Há um profundo descontentamento entre os profissionais da GNR, gerado por «situações anómalas e vergonhosas» e pela «incompreensível falta de medidas para contrariar tão absurda e inadequada situação». Uma resolução aprovada dia 17, em Lisboa, no final de um encontro nacional da Associação dos Profissionais da Guarda, aponta, entre outros aspectos, a consagração legal no associativismo socioprofissional, a instituição de um horário de serviço de 36 horas semanais e respectivo regime de folgas, a renovação das instalações e a dignificação da presença da mulher na GNR, a elaboração de um estatuto profissional, o fim das comissões de serviço dos oficiais do Exército e a ascensão dos oficiais da Guarda a todos os escalões de comando.

Valorizar a acção, estimular a luta

PCP com os trabalhadores

Em todos os distritos estão a decorrer acções de distribuição do folheto central em que o PCP diz que «basta de apertar o cinto» e «os trabalhadores têm direito a uma vida melhor».

Os comunistas pretendem, com a campanha em curso até 7 de Novembro, divulgar e o PCP quer também estimular a reivindicação e a luta dos próprios trabalhadores.



valorizar as propostas do Partido e as importantes iniciativas legislativas dos seus deputados na Assembleia da República. Sublinhando que, na sua acção política e não apenas em palavras e promessas, está do lado dos trabalhadores e procura responder às exigências e aspirações de quem vive do salário,

O Partido defende a valorização dos salários, uma reforma fiscal que «faça justiça onde há injustiça», a reposição da taxa de bonificação no crédito à habitação (com efeitos retroactivos a Abril), o efectivo cumprimento das leis do trabalho, o fim da discriminação das mulheres no emprego, na remuneração e nas carreiras.

A campanha tem encerramento marcado para dia 9 de Novembro, numa iniciativa marcada para as 18 horas, no Hotel Altis, em Lisboa, onde intervirá o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas. Durante esta iniciativa, em que participarão deputados e dirigentes do Partido, bem como muitos militantes que desenvolvem a sua acção em estruturas representativas de trabalhadores e em células de empresa – e para a qual estão a ser dirigidos convites a diversas personalidades do mundo do trabalho - deverá ser entregue um grande número de assinaturas de apoio à candidatura presidencial de António Abreu, muitas delas recolhidas precisamente neste período de campanha, iniciado dia 14.

Sobre rodas

Na campanha estão envolvidos militantes e dirigentes do PCP, aos vários níveis da organização. A nível central, a par da edição do folheto e de um «mupi» (reproduzido nesta página), foram constituídas duas equipas que, com carros de som, apoiam algumas das iniciativas regionais. Hoje e amanhã estão em Viana do Castelo e Vila Real, mas antes já passaram por Santarém, Viseu, Aveiro, Portalegre, Castelo Branco, Braga e Guarda. Nos próximos dias vão percorrer os distritos de Bragança, Porto, Faro, Beja, Évora, Leiria e Coimbra e o litoral

Créditos atrasados em debate no Porto

No âmbito da campanha e com a participação da deputada **Odete Santos**, tem lugar **amanhã**, sexta-feira, a partir das **18 horas**, no CT do PCP na **Avenida da Boavista**, uma reunião pública sobre a iniciativa legislativa com que o Grupo Parlamentar comunista procura dar solução ao drama de milhares de trabalhadores de empresas que abrem falência. O PCP defende para os trabalhadores a preferência em relação aos restantes credores das empresas encerradas e a possibilidade de receberem adiantamentos, por conta dos seus créditos, através do Ministério da Justiça.

Outras iniciativas

A partir de amanhã, no concelho do Seixal, estão marcadas iniciativas para os trabalhadores da Indelma, do Parque Industrial de Santa Marta de Corroios e da Siderurgia Nacional.

No distrito da Guarda, durante esta semana, a mensagem do PCP é levada aos trabalhadores da Gartêxtil, Fiação Tavares, Dura, Mey Têxtil, Rhode, Delphi, Sotave/Império, Beiralã, estaleiros municipais de Seia e de Gouveia, ARA, Têxteis da Searra da Estrela, Filmark e Glaciar.

Do vasto plano de trabalho divulgado pela direcção regional de Lisboa, de hoje até quarta-feira, constam iniciativas junto de empresas da Amadora (Proteu, a zona industrial de Alfragide e os Moinhos da Funcheira, Dinis e Cruz, Iriscor), da zona industrial de Mafra, de Cascais (Euronadel, Rauchert, Apadil, Suma, Jumbo e comércio da Rua Direita, Legrand e Fapal, Caixisol e Garland, a zona da Abóboda), Oeiras (empresas da Quinta da Fonte, Shereder, Lisgráfica, Autoindustrial, Computer World, Alsil, Serviços Municipalizados, Turbomar, Atlas Copco, Delphi), Sintra (Siemens, Panrico, Triunfo, Frina, Tabaqueira, Portucel, Novotipo, Galuchos, Melka, Paralux e Serlux, Lusiteca, Moore, Heska, Alva, Atecnic), Vila Franca de Xira (OGMA, Previdente, Fateleva, Henkel, Centralcer), Loures (Litografia Portugal, Sotécnica, Valorsul, Hovione, Avensis, MEC, Fima, Iglo, Fimaplas, Triunfo, Electroliber, oficinas municipais no Fanqueiro, zonas industriais de Frielas e Vale Figueira), Lisboa (Caterair, Petrogal, PT, comércio de Alvalade, ministérios das Finanças e da Educação, EDP, Mercauto e AM Almeida, Telecel, Centro Nacional de Pensões, Direcção-Geral das Florestas, EPAL, institutos públicos de Meteorologia, Tecnologia Nuclear, Investigação Agrária, Investigação Científica e Tropical.

PRESIDENCIAIS 2001

ANTÓNIO ABREU

Iniciativas com António Abreu

Quinta-feira, 26 – **Póvoa de Santo Adrião**, pelas 20 horas, Jantar de apoiantes no Restaurante «Floresta».

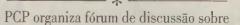
Sexta-feira, 27 – Coimbra – Instituto da Juventude, às 21.30 horas, sessão pública «A Presidência da República ao serviço de um Portugal independente e soberano».

Sábado, 28 – Palmela – Rio Frio, às 13.30 horas, almoço-convívio no Grupo Desportivo do Rio Frio, Herdade do Rio Frio.

Terça-feira, 31 – Sines, pelas 11 horas, visita à Câmara Municipal de Sines e almoço com trabalhadores no refeitório da Câmara; às 16 horas, encontro com pescadores na Lota de

Sines; às 17 horas, reunião com a União dos Sindicatos de Sines/Santiago; pelas 21 horas, sessão pública de apresentação da candidatura, em Sines.

Quartq-feira, 1 Novembro — **Serpa**, almoço de apoiantes na Casa do Povo, às 12.30 horas; **Alvito**, às 15.30 horas, visita à feira dos Santos.



Participação Juvenil - Construção na Democracia

com Carlos Carvalhas

A iniciativa tem lugar no sábado, 28, às 10 horas, no Ginásio de Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, em Lisboa.

«Relatório sobre o Algarve»

(Agosto de 1952) de Carlos Costa

A sessão de lançamento deste livro, editado pela Editorial «Avante!», terá lugar hoje, pelas 18.30 horas, no Centro de Trabalho do PCP, na Av. da Boavista, Porto.

A obra será apresentada por José Casanova.



Debate da JCP em Almeirim

Sábado, 28, 21 horas Centro de Trabalho do PCP em Almeirim Debate sobre o início do ano lectivo Música ao vivo

Outras iniciativas

Quinta-feira, 26 – **Coimbra** – Assembleia da Organização da Freguesia de Eiras.

Sexta-feira, 27 – Ameixoeira – Jornadas de Reflexão e Debate da Freguesia da Ameixoeira, com reunião com as Colectividades da Freguesia, pelas 21 horas, na Junta de Freguesia e, no sábado, concentração às 10 horas no CT do Lumiar, para contacto com as populações e, às 18 horas, encontro com as Associações de Moradores na Junta de Freguesia.

Sábado, 28 – **Alhandra** – Debate sobre problemas de saúde no concelho, às 15.30 horas, na sala de reuniões da Chabital, com José Neves.

Marinha Grande – Noite de Fados, na sala Abril PCP, pelas 21.30 horas, uma iniciativa que inclui fados, animação e petiscos, podendo as mesas ser reservadas no CT do PCP ou pelo tel. 244568676.

Coimbra – Assembleias das Organizações das Freguesias da Margem Esquerda (Ameal, Arzila, Ribeira de Frades e Taveiro), às 21 horas, em casa do camarada Jorge Mendes, Vila Pouca.

Domingo, 29 - Arganil - Assembleias das Organizações Concelhias de Arganil, Oliveira do Hospital e Tábua, às 15 horas, na Escola Primária de Arganil.

Segunda-feira, 30 – Matosinhos – Os deputados do PCP na Assembleia da República, eleitos pelo distrito do Porto, João Amaral e Honório Novo, vão estar no concelho de Matosinhos, onde se irão reunir com a Associação Lavrense de Apoio ao Diminuído Intelectual, em Lavra, com a Cooperativa de Habitação Económica de Matosinhos, em Leça da Palmeira, e ainda com a Associação Comercial do Concelho de Matosinhos e a administração do Hospital Pedro Hispano.



Livro editado em sua homenagem

Bento Gonçalves - uma vida de combate

Carlos Carvalhas deslocou-se a Montalegre para participar na homenagem à memória do dirigente histórico do PCP prestada por aquela Câmara Municipal.

No passado dia 19, o vice--presidente da Câmara Municipal de Montalegre, profes-

sor Orlando
Alves, recebeu
uma delegação
do PCP, dirigida por Carlos
Carvalhas,
secretário
Servalhas,
secretário
As gentes transmontanas
renderam homenagem
ao «lutador»
Bento Gonçalves

-geral do Partido, a fim de participar no lançamento do livro Bento Gonçalves - Uma vida, um combate, de José Enes Gonçalves, da iniciativa da Câmara Municipal.

Recebido com flores, o secretário-geral do PCP seguiu a visitar a Biblioteca Municipal e a exposição de desenhos da prisão de Álvaro Cunhal e a exposição de livros das edições «Avante!», visitando também o centro

Internet, existente na Biblioteca.

A delegação deslocou-se depois para Fiães do Rio,

onde foi recebida pelo Executivo da Junta de Freguesia, e onde pôde visitar o Monumento a Bento Gonçalves, inaugurado em 25 de Abril de 1998, no 25.º aniversário da Revolução dos Cravos.

Carlos Carvalhas, na presença de familiares de Bento Gonçalves e de muitos outros participantes, acompanhado

por Orlando Alves, descerrou uma placa assinalando a casa onde nasceu o histórico dirigente do Partido Comunista Português.

Na circunstância, o vice--presidente da Câmara Municipal de Montalegre afirmou o muito orgulho com que presta homenagem ao «grande barrosão que foi Bento Gonçalves».

A seguir ao jantar oferecido pela Câmara Municipal, ocorreu, no Salão Nobre da Autarquia, a sessão do lançamento do livro Bento Gonçalves — Uma vida, um combate. A sessão começou com os cantos do Orfeão de Montalegre, onde, entre outras canções, foi possível ouvir as Heróicas, de Fernando Lopes-Graça. Usou da palavra o professor Orlando Alves, em representação de Fernando

Gomes Rodrigues, Presidente da Câmara Municipal, que agradeceu a presença de todos, assinalando a dos representantes do PS, PSD e PP, passando a palavra a José Enes Gonçalves, autor do livro, a que se seguiu Carlos Carvalhas (ver nesta página).

O presidente da autarquia, ausente em representação da Associação de Municípios do Alto Tâmega, deixou uma mensagem em que realçou «a falha de tantos anos pelo esquecimento a que foi votado

um grande militante das causas da democracia, um lutador antifascista, um dirigente inteligente, um político corajoso, um mártir pela justiça e pelo progresso social do país», falha essa que afirma pretender colmatar ao «incluir o seu nome na toponímia da vila».

A iniciativa terminou com a oferta do livro a todos os participantes, cerca de duas centenas e uma grande sessão de autógrafos por parte do autor do livro e do secretáriogeral do PCP.

Carlos Carvalhas

A cultura democrática ficou mais enriquecida

Intervindo na sessão que o levou a Montalegre, na passada quinta-feira, o secretário-geral do PCP, Carlos Carvalhas, fez o discurso que a seguir publicamos na íntegra:

«Saudando todos os presentes, quero começar por agradecer a maneira amiga, fraterna, acolhedora e o convite que me foi formulado pelo Sr. Presidente da Câmara de Montalegre para participar no lançamento do livro Bento Gonçalves, uma Vida, um Combate de José Enes Gonçalves a quem queria expressar o meu apreço pelo seu valioso trabalho, que teve um dos seus impulsos, como se pode ler na nota introdutória, no desafio do Sr. Professor Orlando Alves, Vereador do Pelouro da Cultura, quando da inauguração do monumento em Fiães do Rio que perpetua a memória de um homem incomum que foi Bento Gonçalves.

A cultura portuguesa, a cultura democrática, a história do movimento operário em Portugal ficou mais enriquecida.

José Enes Gonçalves diz-nos na sua nota preliminar que constituiu para si uma grande satisfação fazer a coordenação e organização do seu trabalho porque foi a forma possível de dar a conhecer aos seus conterrâneos, aos conterrâneos de Bento "esta figura de barrosão que foi um dos mais lúcidos dirigentes políticos e sindicais do seu tempo".

Mas a partir de hoje não serão somente os cidadãos das terras barrosãs que poderão conhecer ou conhecer melhor o cidadão, o sindicalista, o revolucionário e humanista, o comunista que lutou até ao fim da vida pela transformação da sociedade.

Creio que nomeadamente a juventude encontrará no trabalho do camarada Enes importantes elementos de reflexão e de estímulo para a sua postura face à vida, e para perspectivar uma atitude revolucionária e humanista em relação à sociedade, tendo em conta que para realizar as ideias humanitárias é preciso tornar humanas as condições em que os homens vivem.

Bento é um dos Homens a quem Brecht poderia ter dedicado o seu conhecido poema:

Há homens que lutam um dia e são
[bons]
Há outros que lutam um ano e são
[melhores]
Há os que lutam muitos anos e são
[muito bons]
Mas há os que lutam toda a vida.
Esses são imprescindíveis.

Bento teve também, para além da iniciativa e intervenção política, uma grande preocupação, como assinala José Enes Gonçalves, com a tomada de consciência política e social da classe operária e dos trabalhadores quer através da luta de massas quer pela formação teórica. Deixou-nos inúmeros textos dedicados à organização partidária, à formação ideológica dos militantes e operários comunistas e à divulgação do materialismo dialéctico.

Esta sua preocupação é também testemunhada numa recente publicação de Alberto Vilaça sobre Bento de Jesus Caraça, onde Dias Lourenço nos relata que Bento de Jesus

Caraça foi professor em 1931/32 de um curso livre no Sindicato dos Arsenalistas da Marinha e que aqui aderiu ao PCP por uma via aberta por outro Bento, operário do Arsenal - Bento Gonçalves. Acrescenta Dias Lourenço que em 1936 na Cadeia de Angra do Heroísmo, Manuel Rodrigues, outro preso político, disse a Bento Gonçalves que tinha uns dinheiros e que não sabia o que fazer-lhe. Bento Gonçalves sugeriu-lhe que um bom "investimento" para os seus dinheiros "era criar uma editora virada para a cultura popular e que quando saísse da cadeia devia procurar Bento de Jesus Caraça a pessoa indicada para dirigir a editora". E assim nasceu a prestigiada editora Cosmos que tanta influência teve na formação de tantos cidadãos (...).

Os valores na actualidade

O mundo mudou e só um espírito dogmático pode querer meter a riqueza da vida nas formas do passado. Mas os valores por que se bateu Bento Gonçalves mantém toda a actualidade.

Numa época de fulgurantes conquistas científicas e técnicas, mesmo a Europa rica e os países ricos mantém no seu seio a mais profunda miséria.

E em condições históricas novas, o processo de reprodução do modo de produção capitalista regido pela apropriação da mais-valia e pela lei geral da sua acumulação, com a corrida ao máximo lucro continua a concentrar a riqueza num pólo, a acentuar as desigualdades e noutro a pobreza, a exclusão social e a insegurança social generalizadas.

Também no nosso país assistimos cada vez mais à concentração da riqueza. Mas estas são outras questões que não quero aqui introduzir, neste espaço plural em que generosamente me foi concedida a palavra.

Por isso, nestas breves notas quero terminar como comecei. Agradecer mais uma vez o convite que me foi formulado, que muito me honra, enaltecer esta iniciativa, que permitam-me os presentes também a tomo como uma homenagem ao meu Partido e às gerações de comunistas que ao longo destes 80 anos se bateram pela democracia, pela paz, pela emancipação humana, pelo socialismo.

Agradecer ao José Enes Gonçalves o seu importante contributo para o conhecimento da vida e da luta daquele que foi secretário-geral do Partido Comunista Português, organizador do Partido, prestigiado dirigente operário e cirdical

A todos muito obrigado, em meu nome e em nome do PCP.»



Na iniciativa estiveram presentes representantes dos principais partidos

PCP desmente «mais 10 demissões no Comité Central»

Na sua edição de hoje, o semanário «Expresso» titula em primeira página que «Carvalhas enfrenta mais 10 demissões no Comité Central» e refere depois no corpo da notícia ter apurado que, «pelo menos, mais 10 membros do Comité Central já comunicaram a Carlos Carvalhas a sua saída».

Face a esta notícia, o Gabinete de Imprensa do PCP salienta:

1. 0 «Expresso» noticia «mais 10 demissões no Comité Central» do PCP mas não as identifica, limitando-se a citar dois nomes que já tinham sido objecto de notícias anteriores. Com este método, a notícia do «Expresso» tem tanta credibilidade como se tivesse falado de 20 ou 30 demissões.

2. É completamente falso que se tenham registado «mais 10 demissões no Comité Central»

3. É uma pura desonestidade misturar com «demissões no Comité Central» em

funções as invocadas indisponibilidades de dirigentes para manter as suas actuais responsabilidades depois do XVI Congresso do PCP. Na verdade, e como é óbvio, os actuais dirigentes nacionais do PCP concluem no próximo Congresso o mandato para que foram eleitos no anterior e nenhum eventual facto posterior (como, por exemplo, a não continuidade nas actuais responsabilidades ou funções) pode ser apresentado como uma demissão do Comité Central.

4. Lamenta-se profundamente que, numa matéria desta responsabilidade, estações de televisão, sem qualquer espírito crítico e sobretudo sem qualquer diligência prévia junto do PCP com vista à sua confirmação ou desmentido, se tenham apressado a divulgar esta notícia infundada do «Expresso».

21.10.2000

O Gabinete de Imprensa do PCP

Perante uma sala cheia de jovens, sindicalistas, militantes e simpatizantes do PCP

António Abreu apresentado em Aveiro

O candidato e o seu mandatário distrital, Fausto Neves, assumiram em Aveiro uma candidatura de Esquerda, conotada com o progresso social e o socialismo.

O salão da Biblio-O candidato teca Municipal de do PCP Aveiro foi pequeno para acolher todos os é o que serve que ali se deslocaos interesses ram, na quarta-feira, dia 18, para assistir dos trabalhadores pal de Espinho, eleiao primeiro acto pú-

blico da candidatura de António Abreu no Distrito de Aveiro. Perante uma plateia onde era visível a presença de jovens, quadros do movimento sindical, militantes do PCP e outros democratas, coube ao pianista Fausto Neves, na qualidade de mandatário distrital, a apresentação do candidato presidencial.

Fausto Neves, que nasceu em Espinho e é professor do Ensino Superior e actual programador da Área Musical do

Porto 2001, Capital Europeia da Cultura e, a par de destacada actividade cultural, é ainda membro da

> to nas listas da CDU e da Comissão Executiva da DORAveiro do PCP, proferiu um breve discurso em que alertou para o facto de se pretender «desvalorizar estas eleições, quer pelas alegadas diminutas funções que o Presidente da República tem quer pela profética certeza nos resultados».

Assembleia Munici-

O mandatário distrital lembrou tratar-se da eleição para o primeiro órgão de soberania da nação e que sendo «da máxima importância esta próxima ida às urnas, é claro que os valores da Esquerda têm que estar presentes, obrigando os outros candidatos ao confronto real e sério de ideias, à argumentação das suas próprias».

Fausto Neves apelou ainda «à luta que todos precisamos travar para impormos e levarmos a bom termo esta candidatura, impormos e levarmos a bom termo "as razões de esquerda" para o distrito de Aveiro, para Portugal».

Terminou prometendo que «vamos trabalhar para que esta nossa candidatura, a candidatura de António Abreu, a candidatura do PCP, saia destas eleições fortalecida e obtenha o resultado que melhor sirva os. interesses dos trabalhadores e de todos aqueles que sabem e sentem que existe uma alternativa para esta sociedade desumanizada e monstruosa: a da Esquerda, a do Socialismo, a do Comunismo».



António Abreu tem levado as suas razões de esquerda a todo o País

António Abreu nos CTT

O candidato do PCP visitou as instalações dos CTT e encontrou-se com sindicatos e administração. A visita, efectuada na última terça--feira, proporcionou o contacto com as estruturas representativas dos trabalhadores dos CTT e com problemas que os afectam. Após um encontro

com a administração, o candidato deslocou-se às instalações de Cabo Ruivo, onde pôde contactar com os trabalhadores durante as horas de expediente. No final da visita, e após a reunião com o Sindicato Nacional dos Trabalhadores dos Correios e Telecomunicações e com a Comissão de Trabalhadores, fez um discurso sobre a liberalização dos serviços postais.

Tal como até aqui, o candidato do PCP pautou a sua intervenção pelo contacto directo com os trabalhadores e as populações, ouvindo os seus problemas e transmitindo as suas «razões de esquerda».

CAMARADAS FALECIDOS

Bento Joaquim Arias

Faleceu no passado dia 17 de Outubro, com 74 anos de idade, o camarada Bento Joaquim Arias. Foi funcionário do Partido nos anos de 1975/1976, tendo a responsabilidade do sector da Hotelaria em Cascais. Estava organizado na Freguesia da Parede.

Gabriel Alves Sousa

Faleceu recentemente, com 69 anos, o camarada Gabriel Alves Sousa, membro da célula dos CTT à qual se manteve ligado mesmo depois de reformado.

António Lopes Cruz

Faleceu no dia 29 de Setembro último, com 61 anos e após doença prolongada, o camarada António Lopes da Cruz.

Membro do Partido desde 1974, fazia parte da célula da EDP, dando destacada colaboração à Comissão de Organização do Sector Público.

Agostinho Gomes

Faleceu recentemente o camarada Agostinho Gomes. Estava organizado na freguesia da Cova da Piedade, onde já tinha sido membro do seu executivo. Foi um destacado participante, nos anos da Revolução, nas comissões de trabalhadores e de moradores. Foi ainda um activista do movimento associativo do concelho de Almada, tendo pertencido aos corpos gerentes da AIPI-CA, uma associação que lida com crianças.

Joaquim Rodrigues do Carmo

Faleceu o camarada Joaquim Rodrigues do Carmo. Militante há muitos anos, estava actualmente organizado na freguesia da Cova da Piedade.



Aos familiares e amigos dos comunistas falecidos, o colectivo do «Avante!» manifesta sentidas condo-

Aveiro e a Democracia

«As minhas primeiras palavras serão para manifestar o respeito pelas tradições democráticas de Aveiro», disse António Abreu ao iniciar o seu discurso de que damos hoje alguns excertos significativos. «Não poderei deixar de ter em linha de conta que a realização de sucessivos congressos da Oposição Democrática, em particular o 3°, reflectiu a pujança da oposição ao fascismo e foi momento para estabelecer plataformas e projectos políticos de todos quantos combatiam o regime e de preocupação na identificação dos contornos de um futuro regime democrático.

«Tive oportunidade de participar, com uma intervenção contra a guerra colonial, nos trabalhos do 3.º Congresso, que aqui decorreu entre 4 e 8 de Abril de 1973. Chegar a Aveiro foi uma luta constante contra as barragens que os fascistas organizaram pelo caminho. A manifestação desse dia 8 foi grandiosa, apesar da carga brutal da polícia de choque. Antes desses dias tinha sido preparado em todo o país com a elaboração das Teses e a colagem de cartazes. O Congresso venceu a intimidação e o silenciamento que os fascistas promoveram com prisões de activistas, censura à imprensa, encerramento do parque de campismo e campanhas de boatos sobre supostos ambientes de agitação e de insegurança. O Congresso, reflectindo o dinamismo da oposição democrática, definiu novos objectivos imediatos, susceptíveis de serem atingidos pela acção unida das forças democráticas, como o fim da guerra colonial, a luta contra o poder absoluto do capital monopolista e a conquista das liberdades democráticas e perspectivou a construção de uma sociedade justa e digna através do socialismo.»

A recordação das jornadas desse tempo, para o candidato do PCP, constituíram um modo de «salientar a coerência de uma luta e da afirmação de um projecto, aquilo que já então eram razões de esquerda para Por-

Falando a seguir dessas razões de esquerda, António Abreu lembrou que estas são «as razões de portugueses diariamente renovadas numa corrente de esperança e de luta por uma alternativa de esquerda».

«A candidatura que hoje apresento no distrito de Aveiro, com a característica da individualidade que decorre das eleições presidenciais, será porta-voz de milhares de mulheres e homens que sustentam um digno e honroso percurso individual e colectivo de dedicação aos interesses populares e à causa da liberdade e da democracia e cuja generosidade e esforço é inseparável dos principais combates e dos melhores avanços e conquistas que frutificaram na sociedade portuguesa ao longo do século XX.

Aveiro e o futuro

O candidato dedicou, mais adiante, boa parte do seu discurso às questões e aos problemas da região. «Faço-o», disse, «com a consciência da importância que tem esta região para o futuro do nosso país.»

«Aqui se desenvolvem importantes actividades económicas na área das indústrias do calçado, da cortiça, da metalúrgica e construção civil, cerâmica e das indústrias eléctricas e numa malha empresarial constituída essencialmente por pequenas e médias empresas. Mas, como noutras regiões, há um crescimento económico concentrado essencialmente no litoral, coexistindo com um interior envelhecido e com as dificuldades conhecidas da agricultura.

«Mas nesses sectores e actividades ocorrem também significativas distorções que têm que ser motivo de atenção do Presidente da República e da sua intervenção junto de outros órgãos de soberania. Numa convergência com as aspirações dos que trabalham e produzem, afirmando assim o seu dinamismo e potencial para o desen-

Apesar de não ser das mais penalizadas com os índices do desemprego, na região de Aveiro o emprego é muito precarizado, os ritmos de trabalho são brutais, generalizam-se os castigos e diversos tipos de violência laboral. O movimento sindical identificou, no mês de Setembro, cerca de 50 empresas que insistem em obrigar os trabalhadores a compensarem as pau-

«As distorções na determinação do rendimento produzido são aqui superiores a outros pontos do país com a prática de salários inferiores à média nacional e maiores diferenças salariais em função do sexo. A generalidade do patronato procura também tirar proveito do grande peso de jovens e da predominância da mão-de-obra feminina e é responsável por baixas condições de higiene e segurança no trabalho com a sequência de elevados índices de sinistra-

Por outro lado, as potencialidades agrícolas não são aproveitadas, diminuindo a produção e os rendimentos dos pequenos e médios agricultores na sequência desta integração europeia.

«Tem sido particularmente grave a descida dos preços médios pagos à produção pelo leite, pela carne e pelos cereais enquanto sobem os preços dos factores de

«O sector da produção do leite e carne, particularmente significativo no Baixo Vouga, enfrenta a crise resultante do baixo preço do leite, do embargo comunitário das exportações de carne bovina, da baixa de preços da carne suíno e da degradação da rede de distribuição e de abate. As multas impostas pela União Europeia aos agricultores pela ultrapassagem das quotas leiteiras atingiram muitos produtores.

«Os efeitos das políticas comunitárias têm também afectado o sector da pesca industrial devido à não aplicação dos fundos comunitários na competitividade necessária e à opção pelo abate sistemático das frotas. O recurso à emigração é o que resta aos pescadores, dois dos quais morreram recentemente num barco francês ao largo da Irlanda.

«O crescimento está, por outro lado, a ser feito à custa da afectação do ambiente da contaminação química e biológica, de um crescimento demográfico, com a correspondente multiplicação dos efluentes urbanos e dos resíduos sólidos não tratados adequadamente.

«O património florestal destruído pelos incêndios tomou mais complexa a sobrevivência em algumas zonas.

«Apesar destas consequências de uma continuada política de direita, a região de Aveiro é jovem e com potencialidades produtivas. Uma outra visão e uma política de esquerda tornariam a região um importante polo de desenvolvimento no atenuar das assimetrias regionais.

«O Presidente da República não pode deixar de ter uma tal visão e um tal pro-

COIMBRA **PIDDAC 2000** em balanço

Em encontro com a comunicação social, a Comissão Concelhia de Coimbra do PCP apresentou um balanço «objectivo e claro» do que foi a execução orçamental do PIDDAC durante o ano em curso. Partindo da análise de alguns factos e números referentes a obras novas, os comunistas de Coimbra concluíram por uma «baixíssima taxa de execução orçamental», com uma enorme aceleração de obras no último trimestre. O que legitimaria a acusação de o Governo do PS estar a «privilegiar o calendário eleitoral, em prejuízo dos interesses das populações e do desenvolvimento de Coimbra». Os comunistas de Coimbra alertam ainda para a possibilidade de o Governo poder vir a propor cortes significativos no investimento estatal, com grandes prejuízos para Coimbra. No quadro desta análise, a Comissão Concelhia de Coimbra «exige a concretização das obras e investimentos inscritos no PIDDAC para Coimbra e apela às instituições e aos cidadãos em geral para que intensifiquem a sua reivindicação junto das entidades responsáveis pelas obras em falta ou em atraso».

PALMELA As propostas da CDU

A unanimidade verificada à volta das propostas que os eleitos da CDU apresentaram na Câmara Municipal, com vista ao PIDDAC/2001, foi dos aspectos políticos locais que a Comissão Concelhia de Palmela do PCP mais realçou, na sua reunião da passada sexta-feira, 20 de Outubro.

Em comunicado de imprensa, aquela estrutura partidária refere que «a lista, já divulgada, de vinte e cinco obras e projectos a realizar no concelho, cujos investimentos dependem da responsabilidade da administração central, em infra-estruturas, equipamentos sociais e criação de serviços públicos de qualidade, abrangendo áreas tão diversas como acessibilidades e vias de circulação, ambiente, saúde, ensino, desporto, lazer, justiça e segurança, e enviada ao governo e a todos os grupos parlamentares, são uma base equilibrada para uma opção em sede da Assembleia da República que pode contribuir para uma melhoria do bem-estar das populações e a plena satisfação das suas necessidades».

OVAR Encerramento da Toyota

 $\acute{\mathbf{E}}$ com grande apreensão que a Comissão Concelhia de Ovar do PCP encara as ameaças de encerramento da unidade fabril de Salvador Caetano neste concelho, na sequência do anunciado propósito do Governo PS incluir no Orçamento de Estado para 2001 o agravamento drástico do Imposto Automóvel. A extinção desta fábrica afectaria não só os

cerca de 400 postos de trabalho desta unidade fabril, como também alguns outros milhares de trabalhadores que laboram no Grupo Salvador Caetano e seus fornecedores.

Face a esta situação, a Comissão Concelhia de Ovar condena mais esta tentativa de utilização dos trabalhadores como «forma de chantagem em querelas políticas de duvidosa credibilidade», manifesta a sua solidariedade aos trabalhadores da «Tovota» e compromete--se a envidar todos os esforços, nomeadamente junto dos órgãos do poder local e central, em defesa de todos os postos de trabalho.



Mandato da dignidade

José Casanova Membro da Comissão

ão raras as notícias sobre Cuba difundidas na comunicação social dominante que não abordem a questão dos «direitos humanos» naquele país.

A cassete contendo a visão dos Estados Unidos da América sobre Cuba é utilizada em todo o Planeta e difunde, naturalmente, a imagem que ao imperialismo norte-americano interessa que seja aceite como verdadeira: um povo vítima da mais brutal tirania, um país onde liberdades e direitos são coisa desconhecida e que, por isso, deve ser esmagado e metido à força no democraticissimo sistema fabricado e apresentado como modelo único pelos cérebros da Casa Branca e pelas armas do Pentágono...

Conhecido como é o poder do imperialismo norte-americano e do seu sistema ideológico, não é difícil perceber o impacto que essa imagem de Cuba fabricada nos EUA produz em segmentos importantes da população mundial. E se a tudo isso acrescentarmos o bloqueio e a multiplicidade de acções terroristas contra Cuba levadas a cabo pelos sucessivos governos norte-americanos, não poderemos dei-

do mundo» - sempre em nome da «democracia», da «liberdade», dos «direitos humanos», ou seja, sempre em nome dos exclusivos interesses dos

sistente do povo cubano, a sua capacidade de sonhar e lutar pelo sonho, a sua criatividade revolucionária, a sua disponibilidade para continuar a responder aos portadores de um

inventado «mandato divino» com um concreto e real mandato de dignidade. E, sublinhe-se, sem cedências ideológicas, sem abandono de princípios.

lizada por Noam Chomsky para designar

esse poder imperialista, para caracteri-

zar esse país onde cada presidente se

considera «portador de um mandato

divino» que lhe dá «todo o direito de

empregar a força e a violência para

alcançar os seus fins em qualquer parte

EUA. Mas con-

tinua a ser muita

e muito grande,

também, a de-

terminação re-

Exemplo dessa determinação, dessa capacidade, dessa dignidade foi a gigantesca manifestação realizada no passado dia 18, em Havana, com o objectivo de combater o bloqueio e de repor a verdade face à vaga de atoardas lançadas pelo governo dos EUA sobre uma suposta decisão do Congresso

daquele país de «levantar parcialmente» o bloqueio. A falsa notícia correra mundo, ao contrário do que viria a acontecer com a informação sobre a poderosa manifestação na qual participou mais de um milhão de habaneros - mulheres, homens, velhos, novos, jovens, crianças, estando ali porque ali queriam estar, em luta e em festa, e sabendo por que o faziam, conscientes da força da sua unidade, da sua determinação, da sua condição revolucionária de povo combatente. «Yo asisti a la patriotica marcha del pueblo combatiente», lia-se em milhares e milhares de pequenas tarjetas profusamente distribuídas no decorrer da manifestação - e era visível nos rostos dos manifestantes que, em massa compacta, desfilavam pelo Malecón, a consciência de que estavam a ser protagonistas de um acto singular à escala planetária.

Entretanto, o sistema ideológico dominante continua a encerrar Cuba e o seu povo no gheto dos violadores dos «direitos humanos» - gheto que, segundo a ridícula decisão dos árbitros da democracia made in USA, apenas tem como morador o regime cubano...

Entretanto, a imensa obra social levada a cabo pela Revolução apresenta-nos serviços de saúde e de educação de qualidade só existente nos países mais desenvolvidos - e não em todos: porque entre os que, nesse domínio, podem equiparar-se a Cuba, não se encontram nem os EUA, nem este paraíso de «solidariedade» e de «modernidade» construído graças à pia intervenção do engenheiro Guterres.

Entretanto, em Cuba, por todo o lado, encontramos um povo alegre e confiante - porque consciente da dimensão das dificuldades que lhe são impostas e convicto das suas possibilidades de lhes dar resposta.

Não creio que haja um só país no Mundo onde os direitos humanos sejam integralmente respeitados. Mas estou convicto que em nenhum país do Mundo se chegou tão longe nessa matéria como em-Cuba - nesse país onde, em 40 anos de Revolução, não ocorreu um único acto de repressão contra o povo.

// Cuba responde aos portadores de um «mandato divino» com um mandato de dignidade //

xar de sublinhar, por um lado, a importância da força crescente da solidariedade internacional com Cuba; por outro lado - e essencialmente - a determinação e a coragem heróicas do heróico povo cubano que há quarenta anos resiste com êxito à ofensiva do colosso imperialista.

Continuam a ser muitas e grandes as dificuldades com que o povo de Cuba se debate. E não poderia ser de outra forma tendo como inimigo o «principal governo terrorista do mundo», expressão uti-

Quanto custa um Euro?

Bernardino Soares

PCP apoiou a organização do Euro 2004 em Portugal, como iniciativa de forte impacto na vida desportiva nacional e que poderia contribuir para a promoção do desporto no nosso país.

Contudo, o Governo tem conduzido todo o processo em função da sua projecção mediática, de tal maneira que o ministro Armando Vara se comporta como o ministro do Euro 2004 e pouco mais, tal é a sua ausência de intervenção nas restantes matérias desportivas. Na

haverá afinal também um pacote de acessibilidades onde se gastarão, pelo menos, 10 a 12 milhões de contos; que também os parques de estacionamento nos lugares exigidos pela UEFA serão pagos pelo Estado; que poderá ainda existir uma linha de crédito bonificado ou até sem juros para os clubes cujos encargos seriam obviamente suportados pelo Estado. È legítimo portanto suspeitar que o Governo se prepara para arcar com o fundamental das despesas com a construção dos estádios, tentando de caminho disfarçar o facto o mais

> possível para não sofrer a crítica política que essa atitude obviamente merece. Outra questão

importante é o esclarecimento dos mecanismos de apoio. É preciso saber por exemplo se a entrega de verbas para estes projectos respeita o equilíbrio que tem de existir entre as

diversas autarquias locais, ou se os apoios atribuídos às que têm estádios a construir se farão à custa das que os

O mesmo deve dizer-se para o resto dos investimentos desportivos. Num tempo onde tantos se afligem agora com as prestações internacionais dos atletas portugueses, é preciso recordar que nos primeiros debates sobre o Euro 2004 o Governo garantiu que não haveria prejuízo para os restantes investimentos desportivos. Contudo, a primeira análise do Orçamento de Estado na área do desporto dá-nos sérias razões para temer que o já desastroso panorama financeiro das federações desportivas, das associações e dos clubes amadores piore ainda mais. O orçamento do desporto, que se degrada ano após ano, especialmente tendo em conta as necessidades do país, sofre este ano mais uma valente sangria. Diminui o investimento, o orçamento do Instituto Nacional do Desporto e a maioria dos rubricas específicas, com destaque para a rede integrada de infra-estruturas desportivas que cai mais de 18%, se contarmos com a inflação prevista. Não venha, portanto, o Governo com a chantagem de que quem faz críticas é porque não quer o Euro 2004. Não é aceitável que este projecto continue a não ser conhecido na totalidade dos seus contornos nem que à sua sombra se acobertem outros interesses bem distintos do interesse

nos investimentos desportivos, no apoio

É que, entretanto, sabe-se já que

não têm. prática, o Governo parece estar

cada vez mais enfeudado aos interesses de alguns intervenientes no processo, designadamente os clubes com estádios a construir, ou a lógicas eleitoralistas de algumas das autarquias envolvidas. Os compromissos de apoio e financiamento do Governo processam-se com a mais despudorada falta de transparência. Sucessivamente descobrem-se novidades sobre as intenções do Governo no que diz respeito ao envolvimento de dinheiros públicos neste projecto. Estarão todos provavelmente lembrados que na fase inicial o Governo assumiu o compromisso de comparticipar os estádios apenas em 25% de um custo pré-estabelecido sobre o número de lugares de cada um. Nessa altura repetiam incessantemente que o apoio do Estado não passaria daí. Recentemente, o presidente de um dos clubes envolvidos acabou por confidenciar aos deputados na comissão parlamentar de acompanhamento do Euro 2004 que o Governo tinha na altura

pedido a todos que os valores

que a comparticipação estatal

eventuais críticas por uma

certo que, depois, clubes e

câmaras seriam compensados

juram a pés juntos que não foi

assim. Mas a verdade é que a

evolução posterior parece

também o fosse.

orçamentados fossem baixos para

Tratava-se de evitar a todo o custo

excessiva atribuição de dinheiros

públicos para os estádios sendo

É evidente que o Governo e o PS

comprovar o acordo de bastidores.

O Euro 2004 não pode funcionar como um eucalipto que seca tudo à sua volta, à prática desportiva, ou ainda em projectos de autarquias de importância decisiva para as suas populações e que provavelmente serão agora preteridos. Defender o projecto do Euro 2004 é defender a seriedade, a transparência e a boa utilização dos recursos públicos, e exigir que ele se traduza num forte contributo para o desenvolvimento desportivo do país.

Comparticipação nos medicamentos

Nem racionalidade nem rigor

O decreto-lei que veio recentemente introduzir alterações ao regime de comparticipações do Estado no preço dos medicamentos foi submetido à ratificação do Parlamento.

Grupo comunista que a justificou com o facto de tais modificações ferirem o princípio da racionalidade nos gastos pú-Há poderosos blicos e não

A iniciativa partiu do

observarem interesses económicos critérios de que continuam decisão objectivos e com a ganhar com a política fundamento do medicamento científico.

No debate realizado na passada semana, a deputada Natália Filipe, em nome da bancada comunista, depois de lembrar a particular importância da política do medica-

mento no conjunto da prestação de cuidados de saúde, não escondeu a sua indignação perante o facto de estarem a ser criadas condições

«para continuar a alimentar os interesses dos grupos económicos que intervêm na área do medicamento».

> A acusação veio a propósito da criação de um novo escalão de comparticipação em que poderão dar entrada directa os novos medicamentos. Esta medida foi adoptada pelo

Governo-no quadro da reavaliação sistemática dos medicamentos comparticipados definida por Lei aprovada em Agosto passado por iniciativa do PCP. Sendo que para os comunistas, como sublinhou Natália Filipe, qualquer reavaliação da referida comparticipação deve resultar em benefício para os utentes.

Ora não é isso que acontece, no entender da bancada do PCP, que interpreta a criação do novo escalão como uma manobra destinada a que novos medicamentos, os mais caros, sejam automaticamente comparticipados. E o contrário da «tão propalada política de contenção e de rigor», da própria lei e do que está escrito no Programa do Governo, acusou Natália



É preciso preservar a vida dos nossos mares

Em defesa da Zona Económica Exclusiva

Não aos navios com cargas radioactivas

tivas pela costa portuguesa é defendida em projecto de lei do Partido Ecologista «Os Verdes». Debatido na semana transacta, o diploma será hoje submetido a votação. Face às posições assumidas pelo PS, PSD e CDS/PP, tudo indica, deverá ser inviabilizado. Para tanto, como fez o PS, invocada foi a alegada falta de razoabilidade da proposta face às convenções de direito internacional a que Portugal está sujeito, que impedem o país de proibir a passagem dessas mercadorias em toda a sua Zona Económica Exclusiva.

Entendimento oposto, para além do próprio partido proponente, teve a bancada comunista. O deputado Honório Novo considerou que tal proibição «é juridi-

de navios ou cargas radioac- camente irrecusável». Constitui mesmo, do seu ponto de vista, uma «medida que visa defender a preservação e a vida dos ecossistemas marinhos, que visa preservar a saúde ambiental dos nossos mares e das costas e a segurança das populações que aí vivem e trabalham».

Fundamentando a sua posição, lembrou os «modernos ordenamentos jurídicos» assentes no entendimento de que a protecção e preservação do meio marinho «devem radicar numa proibição genérica de toda a actividade humana que nele possa introduzir substâncias cujos efeitos possam fazer perigar a saúde e os ecossistemas vivos»

O próprio Governo, com base neste enquadramento, recordou ainda, apresentou

A proibição da passagem camente suportável e politi- em Maio passado um pedido de autorização legislativa para determinar as accões repressivas em matéria de simples poluição do meio marinho por substâncias não nucleares. Assim sendo, por maioria de razão, faz todo o sentido aplicá-lo à circulação em Portugal de material radioactivo, seja por via terrestre ou por via marítima na zona económica exclusiva em que o nosso país exerce jurisdição.

Tanto mais que, ainda de acordo com as palavras de Honório Novo, «em nome da segurança ambiental, da saúde pública e da própria vida» Portugal rejeitou na década de 70 a opção nuclear. Pelo que, sublinhou, devemos assumir as nossas responsabilidades pelo «não nuclear em todos os cantos da nossa própria casa, incluindo a ZEE».

Globalização capitalista gera protesto popular

Contra a pobreza e a exclusão social

«Dois mil e oitocentos milhões de pessoas, ou seja, quase metade da população mundial, continuam a viver na miséria, com um rendimento de menos de dois dólares por dia. Entre eles, 1200 milhões de pessoas devem sobreviver com menos de um dólar por dia, um dólar para a alimentação, para o alojamento, para o vestuário.»

As palavras são de Louise Frechette, representante do Secretário-Geral da ONU, que falava no dia 18 de Outubro para uma delegação de mulheres em representação da Marcha Mundial das Mulheres contra a Pobreza e a Violência, nesse dia com desfecho em Nova Iorque.

No dia seguinte, faz hoje uma semana, foi ainda a força destas palavras a ecoar no hemiciclo pela voz da deputada comunista Odete Santos. Em declaração política proferida em nome da bancada do PCP, a propósito do Dia Internacional da Eliminação da Pobreza, a parlamentar comunista citou aquele excerto da intervenção da representante de Kofi Anann para testemunhar até que ponto chegou, neste

fim de século, o «triunfo das desigualdades, com uma mole imensa de excluídos», a quem parcial ou totalmente são negados os mais elementares direitos do Homem.

Como sucede bem perto de nós, em plena União Europeia, onde o número de desempregados recenseados atinge os 18 milhões e onde as pessoas em situação de precariedade se situam entre os 50 e os 70 milhões, 25 milhões dos quais vivem em situação de pobreza persistente.

Uma realidade, como lembrou Odete Santos, igualmente presente em Portugal, que aparece em posição cimeira com a taxa de 12 por cento de pessoas em situação de pobreza crónica. Posição esta em que, aliás, se volta a afirmar pela negativa no que toca à remuneração do trabalho, aparecendo

de novo na cauda da Europa, ainda segundo as estatísticas da Eurostat.

Todos os dados apontam, pois, para o aprofundar da exclusão social e da pobreza, para o agrava-

mento das desigualdades. Essa é a realidade que se abate sobre o mundo, tornando imperativa «para o futuro do ser humano», como sublinhou Odete Santos, a necessidade de «dar um combate sem tréguas às causas da exclusão social».

Objectivos que o «Grito dos Excluídos» inscreveu nos

Na União

Europeia há 25

milhões de

pessoas a viver

em situação de

pobreza crónica

seus objectivos quando em 12 de Outubro último organizou manifestações em várias localidades contra a globalização neoliberal e por políticas eco-

nómicas capazes de realizar direitos humanos fundamentais.

Direitos que estão muito longe de serem efectivados, como assinalou Odete Santos, porque se o «neoliberalismo dá de barato a consagração formal de direitos», só o faz na condição de que «seja preservado o seu direito fundamental: o direito de não respeitar quaisquer direitos».

E prosseguiu: «Esta é a forma de exercício da sua liberdade. Porque para os neoliberais as desigualdades sociais são inevitáveis. Elas assentam no que chamam de ordem natural.»

Sucede, porém, observou a concluir, que a «pobreza não radica em qualquer ordem natural. Porque não há uma ordem natural. Apenas a marcha dos seres humanos para um outro mundo. Porque um outro mundo é possível».

Eliminação de resíduos industriais

Falta uma política global e integrada

Incapaz de promover uma gestão correcta dos resíduos, o Governo limita-se a procurar soluções parciais e incompletas para a sua eliminação. A acusação é do Grupo Parlamentar do PCP, que vai mesmo mais longe ao considerar que essa eliminação acontece, «sempre e só», quando assume interesse económico para alguns grupos e sectores.

A abordagem ao tema ocorreu na passada semana, a propósito da reciclagem e regeneração de óleos usados e de solventes. A iniciativa partiu do PSD, sob a forma de projecto de lei, que inscreveu nos seus objectivos a proibição no nosso país da venda ou queima daqueles produtos.

Apesar da alguns comentários críticos ao conteúdo do diploma, o Governo acabou por ser o alvo mais visado na intervenção do deputado comunista Joaquim Matias. Verberado foi nomeadamente o facto de o Executivo não ter uma «gestão global e integrada» dos resíduos industriais. O caso mais flagrante é o de não ser adoptada uma política que entenda a eliminação dos resíduos como «solução de fim de linha», apesar das legislações portuguesa e comunitária

apontarem claramente nesse sentido e de privilegiarem a prevenção na produção e a política dos três Rs (reduzir, reciclar e reutilizar).

Foi também sobre este ponto de vista que Joaquim Matias acabou por ser crítico em relação ao diploma do PSD, que considerou enfermar do «mesmo pecado das soluções que o Governo tem apresentado», já que acaba por «consumar-se apenas na particularidade de dois resíduos», que constituem uma ínfima

parcela do problema. Isto não obstante reconhecer na nota preambular do seu projecto de lei a importância da gestão global.

O diploma laranja prevê que os óleos regenerados sejam vendidos para nova utilização nos motores de automóveis ou tractores e nas indústrias. Segundo os seus autores, trata-se ainda de impedir que os óleos usados sejam utilizados como combustíveis pelas cimenteiras, padarias, cerâmicas ou outras indústrias.

Motivo de crítica da bancada do PCP foi ainda o conceito da inevitabilidade dos resíduos subjacente ao diploma. «Se é um facto que a produção de resíduos é consequência directa do processo de desenvolvimento, os custos ambientais, sociais, de saúde pública e de segurança já dependem qualitativa e quantitativamente do modelo de desenvolvimento escolhidos», assinalou Joaquim Matias, para concluir que o neoliberalismo económico é incompatível com a política dos três Rs.

Reunificação alemã

Outros muros se levantaram

O Grupo parlamentar do PCP absteve-se nos votos de saudação apresentados pelo PS, PSD, CDS-PP e BE a propósito do décimo aniversário da reunificação alemã. Aprovados foram apenas os votos subscritos por socialistas e sociais-democratas. Fundamentando o sentido de voto da sua bancada, o deputado João Amaral afirmou que os textos merecem apoio no que se refere à parte em que manifestam o desejo de «desenvolvimento, justiça e paz à Alemanha e aos seus cidadãos» e em que se pronunciam «por relações justas e solidárias dentro da Europa entre todas as nações».

«Mas não os podemos apoiar na parte em que seja seu pressuposto ideologicamente marcado de que houve uma reunificação justa e que agora tudo está bem e no bom caminho. Nada disso é verdade», enfatizou o parlamentar comunista, explicando assim a abstenção da bancada do PCP.

Por si sublinhado fora já o facto de estes votos, por estarem situados na «linha dos chamados «votos ideológicos», terem necessariamente «os problemas que resultam de um debate dessa natureza». E os «posicionamentos ideológicos», frisou, «não se votam, assumem-se».

E o problema destes votos no que se refere ao caso concreto da Alemanha é que a história desta, disse, «está associada ao melhor mas também ao pior da história da humanidade».

E acrescentou: «A divisão da Alemanha não foi um puro reflexo isolado da política de blocos. Foi o resultado da ocupação da potência nazi, derrotada após ter cometido as maiores atrocidades, como potência expansionista, militarista, racista e xenófoba».

Ambições hegemónicas que acontecimentos ulteriores vieram mostrar não ter desaparecido, como demonstrou João Amaral, ao recordar a existência até 1975 de mapas oficiais da RFA definindo a grande Alemanha como um espaço territorial que extravasava as suas fronteiras. Não menos significativas foram ainda atitudes mais recentes das autoridades alemãs como, já nos anos 90, o reconhecimento unilateral da Croácia e da Eslovénia contra as posições da União Europeia e da comunidade internacional.

Mas a questão porventura central para a qual chamou a atenção foi a de que os votos em causa «não podem substituir-se ao debate necessário em torno dos acontecimentos de há dez anos», e muito menos podem «apagar que o processo jurídico-político não foi o de uma reunificação, mas o de uma anexação, como se houvesse alemães vencedores e alemães vencidos».

E hoje, acrescentou, «depois do desmantelamento e saque da economia da parte oriental, em vez da sua recuperação e desenvolvimento, o que temos são duas alemanhas, divididas por outros muros, no emprego, no poder de compra e na expectativa futura».

«A verdade é que o fim da guerra fria foi o começo de outras guerras», observou, antes de realçar que a «queda do muro (de Berlim) construiu outras divisões», num quadro em que a «unidade europeia não é justa, nem solidária, nem coesa».

Descriminalização das drogas leves

A lei de descriminalização das drogas leves voltou ao Parlamento, depois do veto do Presidente da República, tendo sido aprovada com os votos favoráveis do PS, PCP, Bloco de Esquerda e Partido Ecologista «Os Verdes». Foi na passada semana e, como já se previa, PSD e CDS-PP insistiram na realização de um referendo nacional sobre esta matéria, posição que não acolheu qualquer receptividade junto das restantes bancadas parlamentares.

O secretário de Estado da Presidência, Vitalino Canas, considerou que a nova lei não introduzirá mudanças substantivas em relação a esta problemática, a não ser um acréscimo de «responsabilidades do Governo e da comunidade em geral», tendo como principais objectivos «tirar os toxicodependentes

das ruas e aumentar-lhes as possibilidades de tratamento»

Falando em nome do PCP, António Filipe, por sua vez, realçou que a nova lei «não é facilitista, mas, pelo contrário, muito exigente, porque prevê a adopção de medidas paralelas à descriminalização do consumo de drogas leves, como o alargamento da rede pública de atendimento ao toxicodependente».

Código de Processo Civil

As alterações propostas pelo Governo ao Código de Processo Civil foram duramente criticadas pelos partidos da oposição. A questão foi suscitada pelo pedido do PSD de apreciação parlamentar (ratificação) ao diploma. No decorrer do debate, em que o PS admitiu estar receptivo a mudanças em sede de especialidade, o secretário de Estado da Justiça considerou estar-se perante um diploma modernizador.

E invocou, fundamentando

o seu ponto de vista, que «a Justiça não pode ser um sistema do século XIX». Na resposta, a deputada comunista Odete Santos questionou se a possibilidade de se «notificar virtualmente um morto ou um cidadão ausente por trabalho no estrangeiro é, na realidade, modernização». «Se isso é modernização, então eu sou conservadora», sublinhou a deputada comunista.

Acusando o Governo de ter feito «um diploma à pressa, com febre de mostrar serviço», Montalvão Machado, em nome do PSD, insurgiu-se contra a possibilidade de uma simples carta deixada no correio servir para citar um réu hospitalizado, ou com a sua casa em obras. Em sentido idêntico se pronunciou Odete Santos, ao afirmar estar-se perante «uma iniciativa legislativa escandalosa», porquanto, observou, «equivale à proibição de um cidadão ficar mais de um mês fora de sua

Reflexão sobre

a farsa

s imagens vindas de Belgrado na primeira semana de Outubro impressionaram a humanidade, chegando aos quatro cantos do planeta nesta época de tempo instantâneo e universal. As multidões nas ruas, os choques com a polícia, o assalto ao Parlamento, os brados de vitória que subiam daquelas avalanchas de povo levaram centenas de milhões de pessoas em todos continentes a aceitar a opinião difundida

pelos mass media de que na Jugoslávia se produzira uma ruptura revolucionária.

Tal não aconteceu. Contra o que parecia evidente, as cenas transmitidas de Belgrado eram o prólogo de um processo de significado contra--revolucionário que abriu as portas do Governo a forças reaccionárias e cujo desfecho ficará a assinalar a recolonização da Sérvia e a destruição do último Estado que nos Balcãs mantinha uma relativa independência. A dificuldade de entender os acontecimentos da Jugoslávia resulta de contradições que pela extrema complexidade permitem neste momento ao imperialismo, através do controlo hegemónico da informação, impor ao mundo uma versão perversa do que ali se passou.

Duas situações neste labirinto de desinformação proporcionam argumentos fortes aos que identificam no desfecho das eleições jugoslavas uma vitória da democracia. Em primeiro lugar, a inegável participação do povo, incluindo parte do sector mineiro, na movimentação das massas que exigiam a proclamação de Vosjilav Kostunica como vencedor das eleições.

Em segundo lugar, temos o isolamento de Milosevic. Os que nele votaram não

saíram às ruas para o defender. Contra a direita, um dirigente que durante anos afirmou ser comunista e ainda declarava assumir valores e princípios da esquerda, não conseguiu mobilizar as forças progressistas do país. Sob certos aspectos, o Outubro jugoslavo é uma esclarecedora lição de história. Nos clássicos do marxismo encontramos ensinamentos que nos ajudam a compreendê-la. I. A participação das massas como fenómeno social não é definidora de uma ruptura revolucionária. O que define o carácter e o rumo de um processo no qual as massas desempenham um papel decisivo não é a adesão destas, em si mesma, mas a ideologia daqueles que as comandam no processo e utilizam em benefício dos seus objectivos o seu potencial de intervenção, fazendo delas o instrumento da vitória. A direita, em determinadas circunstâncias, também consegue mobilizar o povo ao serviço de estratégias incompatíveis com os seus interesses. Tivemos exemplos disso na Itália de Mussolini e na Alemanha de Hitler. 2. Slovodan Milosevic tinha perdido há

muito o apoio popular. Enquanto a

guerra durou, o povo permaneceu

unido. A monstruosidade da agressão

EUA e apoiada pelos seus aliados da

União Europeia, levou Milosevic a

estrangeira, ideada e comandada pelos

interpretar erradamente a indignação do povo sérvio e a firmeza e dignidade com que iniciou a reconstrução do país como indício de uma aceitação da sua política.

Em Março, nos poucos dias que permaneci em Belgrado, não me foi difícil compreender que se vivia ali um tempo de espera. Era transparente nos rostos uma enorme tristeza. Percebi que algo iria acontecer, que as coisas não podiam continuar com estavam. Escrevi isso. Não era então, porém, possível responder à questão fulcral para onde vai a Jugoslávia? - porque tudo dependia então de opções e comportamentos que não apresentavam um mínimo de clareza. Nada estava decidido.

Não foi a feroz campanha mediática anti-Sérvia, cimentada basicamente em calúnias, que provocou o distanciamento de amplos sectores da população, e permitiu que Kostunica recebesse votos de eleitores que um ano antes não teriam feito essa escolha.

As privatizações

Contrariamente ao que os mass media europeus e norte-americanos afirmaram sempre, Milosevic não agiu no poder como um comunista, e praticou, sobretudo no último ano, uma política económica marcada por concessões transparentes ao figurino neoliberal. Afirmar que a Jugoslávia era um país socialista foi não apenas uma grosseira mentira como uma arma da propaganda imperial.

A sobrevivência de um poderoso sector estatal na economia jugoslava enganou observadores estrangeiros e permitiu muita confusão. O que definiu o rumo da política económica de Milosevic, nos últimos anos, foram precisamente as privatizações. Longe de defender o sector empresarial do estado, submeteu-se às pressões dos que exigiam o seu desmantelamento gradual. Alguns exemplos: a entrega à Telecom Itália e à OTE grega de parcela importante das telecomunicações; e a empresas britânicas e francesas de parte da indústria do cimento. Nas vésperas da guerra, o governo estava, aliás a negociar a venda na bolsa de Londres de acções da grande fábrica petroquímica de Pancevo, semidestruída depois pelos bombardeamentos. As refinarias de açúcar já haviam sido vendidas a empresas estrangeiras. Bastava um passeio pelas ruas de Belgrado para se captar a evidência: a Jugoslávia era já a





AVICONGERESO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS À

Tribuna do Congresso

Quatro pontos de mudança

Começo por saudar os muitos militantes que dedicadamente se empenham na luta e no projecto comunista. Como muitos deles, preocupo-me com a diminuição dos inscritos, o envelhecimento, a quebra da militância activa, as fragilidades das organizações. Queremos um PCP que vença problemas de ligação à sociedade (até a sectores da classe operária) e com uma proposta actualizada e atractiva (incluindo para as novas gerações). Apesar dos apertados limites impostos aos membros do CC, sublinho 4 pontos de mudança. Primeiro, a afirmação comunista. Depois do desmoronamento dos regimes de Leste, no XIII Congresso fez-se um grande esforço de análise, que dissemos ser preciso continuar. Não por autoflagelação ou pela imagem, mas por ser indispensável para uma renovação corajosa do projecto comunista que supere a essência dos erros que comportou.

Segundo, a evolução da sociedade e análise de classes, cujo conhecimento é essencial à actualização da acção. Nos XII e XIV Congressos foi feito um esforço, mas é preciso mais. As mudanças são muitas: o peso maioritário dos serviços, a diminuição do peso do emprego industrial, o aumento dos quadros e intelectuais (20% dos activos, 70% assalariados), a brutal redução dos assalariados agrícolas, a diminuição das grandes empresas e o aumento de PME's e micro-empresas.

Os indicadores de vida e hábitos mostram um país muito diferente, incompatível com obreirismos ou miserabilismos. Dois exemplos: os universitários eram 24 mil em 1960 contra 335 mil em 1997; as viaturas passaram de 0,76 para 3,68 milhões entre 73 e 97.

Sublinha-se ainda novos problemas e novas formas de intervenção com uma renovada dinâmica de cidadania (que envolvendo também os direitos dos trabalhadores é um património da esquerda e não pode ser anatemizada). o., a alternativa. Se propomos a superação do capitalismo, isso não significa «quanto pior melhor», nem «botabaixismo», nem automarginalização do poder. Somos um partido de luta e de projecto. Durante 20 anos desde 1974, fizemos propostas ao PS para soluções governativas que impunham alteração da sua política. Hoje assinala-se que a alternativa exige o reforço do PCP, incluindo na relação com o PS, e uma maioria parlamentar da qual o PS com outra política é uma das componentes. É então essencial a apresentação duma plataforma de esquerda, salientando condições e medidas mínimas para uma reorientação para a esquerda da vida nacional (cujo enunciado não cabe neste limitado espaço). O PCP responderá assim, com uma posição própria e na ofensiva, quando o Governo está enfraquecido e deveríamos explorar as possibilidades de uma situação única para essa reorientação (o que não implica que necessariamente alteremos a nossa postura de oposição de esquerda).

4.°, a vida partidária. As mudanças

contidas no «novo impulso» (CC. Fev/98) foram travadas. É necessário hoje outro curso, no sentido democrático. Para que os militantes intervenham efectivamente na decisão, assumam responsabilidades como eleitos nas organizações em cada vez maiores níveis, e sintam que o PCP são eles e não um ente que paira acima. Também é decisivo que tudo o que diz respeito ao partido e não só questões sectoriais possa ser conhecido por todos militantes e que ideias e informações não fiquem fechadas dentro de cada organismo nem sejam filtradas por alguns responsáveis, mas que possam circular transversalmente. O debate deve ser aberto incluindo na imprensa partidária.

A estrutura de direcção deve ser clarificada (o papel político é da Comissão Política) e o CC deve ter maior proximidade dos militantes incluindo pelo abertura das actas.

> João Amaral Lisboa

Breves notas para o debate (2)

Durante quase oitenta anos de vida, o Partido tem sabido resistir a quantos quiseram destrui-lo - pela repressão fascista e pelos ataques de outros no âmbito da luta política em democracia. Embora com refluxos, tem igualmente tido os seus períodos de crescimento. Resistirá (e recrescerá) também perante uma perversidadezinha recente de um excomunista (confesso que para mim inesperada, apesar de tudo): a sugestão, em homenagem à bagunçada que reina em alguns dos outros partidos, de que por via de um colete de forças legislativo e de falsa transparência, seja obrigado a descaracterizar-se perdendo uma das fontes do seu vigor tradicional (o centralismo democrático) e assim também este mesmo vigor. Convergentemente, não falta quem por outras vias preconize o abandono do centralismo democrático sob o pretexto até de que seria «estalinista» porque Lenine já estava doente quando foi formalmente adoptado no Partido Bolchevique (aliás, diga-se, como corolário da luta leninista de sempre por um partido coeso), e de que... hoje não se adequa à existência da Internet.

É fácil dar bofetadas em alguém. Basta dizer-lhe: imaginemos que estamos no circo e tu és o palhaço; agora vou dar-te bofetadas à vontade. Só que... o circo é a maneira dos outros fazerem política e os comunistas não são nem estão dispostos a fingir de palhaços, apanhando bofetadas pela atribuição de posturas que não são as suas.

Quanto ao centralismo democrático, e contra o que lhe tem sido oposto, basta ler os Estatutos para ver que não é algo de rígido ou fixo, antes estando aberto para o «desenvolvimento criativo» face a novas situações e experiências (e até porque, com ou sem Internet, embora mais limitadamente, também o telefone e a correspondência por escrito já eram e são meios de comunicação). Mais, nada impede que quaisquer membros do Partido troquem ideias entre si, pois o que

os Estatutos proíbem é que isso o transforme em mero e inoperante clube de discussões ou assuma a forma de fracções como «grupos ou tendências organizadas» e que «desenvolvam actividades em torno de propostas ou plataformas políticas próprias». E assim originando indesejáveis fracturas e divisões, que é ao que no fundo conduziria um acertar de posições por essa via e que um camarada já defendeu publicamente.

E o certo é que o centralismo democrático nunca por si próprio deu causa a quaisquer males. Algumas adulterações dos seus princípios essenciais, essas sim. Do mesmo modo, a imperiosidade de evitar dar sentidos absurdos às palavras aplica-se desde logo quanto à atitude perante o chamado estalinismo. Trata-se de uma palavra que habitualmente não faz parte do meu vocabulário pois a considero mistificatória.

Como costumo dizer, houve dois Stalines – um, mitificado e em que acreditávamos no seu tempo (o dos avanços efectivos na construção do Socialismo na União Soviética e da vitória contra o nazifascismo na 2.ª Guerra Mundial); outro, o real (o desses aspectos positivos e o dos hoje bem conhecidos abusos e perversões que acompanharam em parte aquela construção).

Mas hoje, e também algo perversamente, usa-se a expressão *estalinismo* apenas neste último sentido e esquecendo ou ocultando o primeiro, que é o único com que o PCP pode ter tido conotações. Pior, há ainda quem lhe *cole* (e mais ainda, ao próprio Pot Pot) o marxismo-leninismo

Claro que um e outro se reclamavam deste e o adulteraram gravissimamente. Mas só isso, fosse qual fosse a época e o local (os de Staline) em que a expressão terá nascido.

Não se tenha pois medo dela nem se invoquem os seus imaginários efeitos negativos sobre quem quer que seja. No fundo, e ainda que involuntariamente, quem se dedica a afirmá-lo contribui mais para os dilatar do que para os combater, visto que os muito jovens pouco ou nada sabem disso e não é isso que os afasta dos nossos ideais. Afasta-os, sim, não se lhes explicar os nossos fundamentos teóricos, com Marx e Lenine à cabeça. Nem se esqueça, numa outra perspectiva, que houve muitos marxistas revisionistes e tal carres a la marcista se revisionistes e tal carres e la marcista de la marcis

perspectiva, que nouve muitos *marxistas* revisionistas e, tal como os dogmáticos, adulteradores do marxismo. Mas nem por isso este deixou de, aliás já enriquecido com o leninismo, conduzir importantes lutas revolucionárias.

O tempo passa e aqueles reflexos

O tempo passa e aqueles reflexos negativos também passarão – se todos trabalharmos nesse sentido e porque o muito de válido que há no marxismo--leninismo tem potencialidades para lhes resistir.

> Alberto Vilaça Coimbra

Acerca do Centralismo Democrático

Não faria sentido tentar aqui analisar, de forma objectivante (científico--tecnológica), tanto as circunstâncias que, a nível mundial, estiveram na origem e viabilizaram a reprodução do conjunto de normas estatutárias designado por centralismo democrático, como as respectivas virtualidades e limitações, num país como o nosso, em situação de clandestinidade — enquanto forma de resistência perante uma ditadura de tipo fascista, tendencialmente totalitária.

Propõe-se, assim, a substituição do centralismo democrático por outras soluções que permitam, quer salvaguardar a identidade revolucionária e adaptar o Partido às condições actualmente existentes, quer conciliar unidade com democracia participada; que potenciem o aproveitamento das competências e disponibilidades de militantes e simpatizantes, o reforço da eficácia, o respeito pelas diferenças compatíveis, a ampliação da influência, capacidade de realização e atracção. 1 - O secretário-geral, o comité central e a comissão nacional de jurisdição seriam eleitos em Congresso, segundo método proporcional e voto secreto. Haveria a possibilidade de apresentação de candidaturas e teses alternativas - a divulgar durante as fases preparatórias e, apenas, através das publicações nas iniciativas

dos Partido. O comité central, que passaria a procurar representar a efectiva diversidade e as melhores capacidades do todo partidário, elegeria, segundo método maioritário e voto secreto, os seus organismos executivos (comissão política e, num nível inferior, o secretariado), os quais lhes estariam sempre subordinados — ao contrário do que se tem verificado. Este figurino aplicar-se-ia a todas as outras organizações do PCP.

2 – Nos períodos entre congressos, todos os militantes cumpririam as seguintes regras: respeito pelas orientações assumidas naquelas assembleias magnas e pelas decisões tomadas aos diversos níveis de direcção; só serão divulgadas para o exterior do Partido, através dos mass-media, posições conformes com as concepções aprovadas em



Os textos enviados para esta secção devem ter um máximo de 60 linhas dactilografadas a 60 espaços (3600 caracteres, espaços incluídos). A Redacção do «Avante!» reserva-se o direito de reduzir a correspondência que exceda estas dimensões, bem como de efectuar a selecção que as limitações de espaço venham a impor. Quando e se necessário, a Redacção assegurará igualmente respostas ou comentários aos textos enviade De toda a correspondência que contenha propostas de emenda ou sugestões sobre o documento em debate, será enviada cópia para as respectivas comissões de redacção. A correspondência deve ser endereçada a:

Redacção do «Avante!» Secção Tribuna do Congresso Rua Soeiro Pereira Gomes, 3 1600-196 Lisboa Fax: 217817193 E-mail: avante.pcp@mail.t

elepac.pt

P

MI (ONEREGO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS 3

colectivo ou, no caso de inexistência de leitura oficial, após consulta aos organismos relevantes; discordâncias de militantes ou organizações serão encaminhadas através dos mecanismos verticais ou horizontais - espaço permanente no «Avante!» e em outras publicações - circulação interna da

3 – Para além de iniciativas directamente relacionadas com o seu âmbito específico de actividade, podem as organizações - de natureza regional, socioprofissional ou sectorial - do Partido promover, fora das fases preparatórias dos congressos e por iniciativa própria, o debate de temáticas

4 – Os militantes e organizações do Partido que, utilizando os mecanismos verticais de circulação de informação, apresentem aos organismos de direcção hierarquicamente superiores questões, discordâncias e propostas, têm direito a receber resposta em tempo útil. Tratando-se de queixas formuladas à Comissão Nacional de Jurisdição, serão tratadas de acordo com os procedimentos definidos nos Estatutos. 5 - Pelo facto de poderem passar a existir listas e documentos alternativos nas eleições a realizar no Partido - encaradas mais como instância de recurso do que como prática inevitável - tal não significa que os organismos de direcção cessantes e os militantes abdiquem de tentar alcançar soluções de consenso (de máxima defesa dos interesses gerais e de representação tão ampla quanto possível das diferentes perspectivas compatíveis em presença); de contrariar o individualismo e o carreirismo, o sectarismo e o fraccionismo, as concepções antimarxistas e anti--socialistas.

João Paulo Avelãs Nunes

O PCP. os intelectuais e a alternativa (2)

A construção da alternativa por que pugnamos prende-se, também, com a análise da autonomia relativa à produção cultural, à luz dos princípios assumidos no Manifesto Comunista, e leva a encarar necessariamente a produção cultural como dotada de identidade própria, factor de humanização e instrumento de memória individual e colectiva. Questões como a natureza/produção/fruição do facto cultural à luz da alternativa social e política, à luz da concepção marxista do básica entre a classe operária, o operariado agrícola, os trabalhadores intelectuais e as camadas intermédias» (conforme ao doc. «Por uma democracia avançada no limiar do século XXI»), devem ser hoje avaliados com a defesa de princípios de construção da alternativa no seu âmago. É imperioso, pois, que o nosso Congresso reafirme a vitalidade das organizações mais viradas para a área da cultura, entendendo-a sempre como factor fecundo de afirmação, criação, gestão, salvaguarda, produção, fruição e consciência democráticas. Num momento de maior aceleração do debate interno no PCP (a par de uma fortíssima campanha dos «media» agitando fracturas e expondo «confrontos de tendências», campanha essa que mais não visa do que fragilizar a visibilidade do Partido e impedir a sua abertura natural), é imperioso apelar ao reforço da unidade entre camaradas. È imperioso exigir elevação do debate das ideias e das metodologias (isto é, sem os ortodoxismos

ser, nunca, uma concepção fechada em si, intolerante, arrivista, que esquece os crimes, desvios e erros da História, mas sim uma sã dinâmica transformadora que se afirme pela força das convicções, pela abertura à sociedade, pela generosidade das propostas e pela capacidade de atracção aos mais jovens. Numa palavra: a afirmação das alternativas. Nessa identidade e nestes princípios encontramos não só a justeza da denúncia contra um sistema de exploração organizada injusto, que produziu e continua a produzir, em moldes mais sofisticados embora toda a sorte de seculares flagelos sociais - com o seu inenarrável cortejo de sofrimentos, esmagamento de vontades e lógica crueza dos poderosos -, como um actualizado instrumento construtivo para a análise do trabalho, e para a defesa da realização dos indivíduos, integrados numa esfera provida de «cérebro social». Estes princípios reforçam a nossa unidade ideológica, abrem o nosso campo de

intervenção e dão sentido à nossa própria

afirmação no campo das lutas sociais.

omunistas aí assumem, é necessário.

E não há que esquecer que, no fundo de

todas estas coisas, o que outros querem

evitar é o crescendo da influência global

E por isso que o debate sobre a

alternativa política, e sobre o papel

preponderante que os intelectuais

do PCP na sociedade portuguesa.

nos deparamos). É imperioso clamar pelo

bom-senso, que ensina a reforçar aquilo

que, afinal, une a nossa causa e afirma a

nossa identidade como Partido, não

Palavras actuais

«Pequeno grupo compacto, seguimos por

um caminho escarpado e difícil, de mãos dadas firmemente. Estamos rodeados de inimigos por todos os lados e temos de marchar quase sempre debaixo do seu fogo. Unimo-nos em virtude de uma decisão livremente tomada, precisamente para lutar contra os inimigos e não cair no pântano vizinho, cujos habitantes, desde o início, nos censuram por nos termos separado num grupo à parte e por termos escolhido o caminho da luta e não o da conciliação. E eis que alguns de nós começam a gritar: "Vamos para o pântano!" E quando procuramos envergonhá-los replicam: "Que gente tão a data dos Congressos do PCP, atrasada sois! Como é que não tendes vergonha de nos negar a liberdade de vos convidar a seguir um caminho melhor!" Oh!, sim, senhores, sois livres não só de nos convidar, mas de ir para onde melhor vos parecer, até para o pântano; até pensamos que o vosso verdadeiro lugar é precisamente o pântano e estamos dispostos a ajudar-vos, na medida das nossas forças, a mudar-vos para lá. Mas nesse caso largai-nos a mão, não vos agarreis a nós e não mancheis a grande palavra liberdade, porque nós também somos "livres" para ir para onde melhor pântano como aqueles que se desviam para o pântano!» (V. I. Lénine, Que Fazer? -1902). Estas são palavras que, salvo as diferenças lógicas, considero actuais e aplicáveis àqueles que falando de democracia interna, de liberdade, de

devolver o Partido aos militantes, se

livremente tomadas pela maioria dos

militantes. Gritando contra a ortodoxia, o

limitam a desrespeitar decisões

e o espírito eclesial com que muitas vezes na linguagem da época: «Dogmatismo e doutrinarismo»; «ossificação do Partido, castigo inevitável do espartilhamento violento do pensamento», estes campeões da liberdade apenas corrompem a acção esquecendo que o que nos une não poderá revolucionária e a teoria que a suporta.

> A campanha ideológica capitalista é mais forte que nunca, a ela temos de responder, não com o baixar do nível teórico, mas com o nosso rigor e a nossa coerência ideológica. Como já alguém disse um dia: "Que nunca nos faltem munições, no combate ideológico!" É preciso ter a consciência das dificuldades que atravessamos, mas não serão as primeiras, nem serão as últimas a

serem ultrapassadas pelo esforço e dedicação dos comunistas, pela certeza de que os nossos objectivos são justos e de que o Socialismo e o Comunismo são as únicas alternativas válidas e credíveis à realidade em que vivemos.

As teses da convivência pacífica das classes, da colaboração entre elas, do fim da luta de classes, da possibilidade de humanizar o capitalismo, de atenuar as suas consequências através de reformas, são muito velhas, mais velhas que o nosso próprio Partido e, até hoje, só resultaram no aumento da exploração e da opressão das classes trabalhadoras, na divisão e consequente perda de força dos comunistas e do poder reivindicativo dos

trabalhadores Quem defende tais teses não é vítima de coisa alguma, excepto das evidentes consequências que alguém sofre quando no seio de um colectivo defende (de formas pouco correctas e por todos os meios, incluindo a Comunicação Social -Vítor Serrão a mesma que nos silencia e ataca sempre Lisboa que pode) uma visão radicalmente oposta à da grande maioria dos que compõem esse colectivo, pondo em causa as deliberações democraticamente tomadas por esse colectivo em Congresso. Quem defende tais teses é inteiramente livre de o fazer, mas permitam-me o facto de ser livre para as rejeitar e combater.

Respeite-se o passado e, sobretudo o

futuro do Partido COMUNISTA

Português!

Que Partido queremos?

Como é habitual, sempre que se aproxima intensificam-se as pressões do exterior sobre os seus militantes em vários órgãos de comunicação social. E não falta espaço forma de estar na política que não convém nesses órgãos de «desinformação» para falarem do PCP! Quando o nosso Partido promove

iniciativas de relevante interesse para o Povo, esses jornais, habitualmente, deturpam ou ignoram as posições do PCP. Não faltam ultimamente os artigos de página inteira com as posições de um «ex» qualquer, um ex-militante, ou exsimpatizante, ou ex-candidato, enfim desde que seja para tomar parte na nos parecer, livres para combater não só o orquestra anti-PCP há sempre espaço e lugar para mais um.

> Sim, porque o que está a dar é renegar! Renegar ideias, renegar princípios, renegar amizades, renegar até alguns passados de luta e até quantas vezes a própria honestidade pessoal. Como dizia o poeta, «para quem quiser subir está tudo feito» e alguns, felizmente poucos, não

Mas será que alguém de boa fé pode participar em tal campanha organizada e dogmatismo e a cristalização da teoria, ou por certo bem apoiada pelos detentores



dos órgãos de comunicação social, «insuspeitos democratas» da nossa praça, apostados em manter o povo na ignorância para continuarem a manter os seus privilégios?

Na verdade camaradas, não é no PCP que se consegue um bom tacho. E nestes tempos de globalização económica, os que detêm o poder tentam ao mesmo tempo globalizar as ideias promovendo por muitas e variadas formas o aliciamento dos que se têm mantido firmes e fiéis aos princípios que um dia alterarão para melhor este mundo injusto em que

Afirmam alguns de que no PCP não há diálogo, que não há debate de ideias! Rotulam-nos ora de ortodoxos e (ou) renovadores conforme as necessidades do momento, como se a renovação não fosse uma constante do nosso trabalho, com tantos problemas novos que diariamente enfrentamos!

Dizem os nossos inimigos que no PCP não há democracia interna. «Que pena a democracia não se poder medir aos metros!» Assim poderíamos comparar com os restantes partidos onde o líder escolhe e nomeia os candidatos, onde os lugares nas listas de deputados são disputados com insultos e agressões, com cada um a pôr-se em bicos de pés para chegar mais alto, onde para líder de qualquer distrital se insultam publicamente sem qualquer pudor ou

E este o caminho que queremos para o nosso Partido? É esta a renovação que nos exigem, é este o debate que queremos promover?

João Afonso Luz Não camaradas e amigos! O nosso debate Setúbal é franco e aberto, olhos nos olhos, nos organismos a que pertencemos, com respeito pelas posições diferentes, sem medos, mas com muita coragem e orgulho por pertencermos a um colectivo que não se rende, que mantém firme o seu ideal de uma sociedade mais justa e mais fraterna, sem exploradores e sem explorados e é por isso que o nosso projecto político é novo e não tem que ser renovado.

E é esta firmeza, este carácter e est nada ao grande capital. Não os assusta o modernismo dos que se afirma de esquerda, «mas não do PCP»! Aliás, para estes até é confortável «ser de esquerda» e não é por acaso que não lhes falta tempo

Que se desiludam, pois, os nossos detractores! Eles não conhecem, eles sabem compreender o sentimento, o orgulho que temos em pertencer ao Partido Comunista Português! Vamos demonstrar no nosso Congresso a esses senhores, de que estão a perder tempo quando tentam levar o nosso Partido para um espaço que já está

Vamos afirmar que o nosso espaço é este, de esquerda, marxista-leninista, humanista, fraterno e solidário! Viva o XVI Congresso Viva o Partido Comunista Português!

> António Mendes S. João da Madeira

Contribuição para as teses

De um modo geral, o Projecto apresenta-se como um articulado de teses consistentes, claras, escoradas na metodologia marxista (e por que não leninista?) que busca ir à raiz dos problemas.

aspceto de competição e dependência. 2. Porventura um intróito (ou um resumo conclusivo), fluente e inspirado, acrescentasse interesse e repercussão a um estilo necessariamente analítico e seco. 3. No capítulo 1, não se dá relevo suficiente a determinados fenómenos novos da nossa época: teorias e práticas da Informação, outras tecnologias de ponta associadas, como a engenharia genética, o capital fictício (e a mais-valia «virtual»), etc. Estes e outros avanços científico--técnicos e formidáveis inovações económicas sistémicas, introduzem alterações qualitativas na ordem económico-social-cultural do Sistema, permitem gigantescos negócios e malfeitorias planetárias e são responsáveis em parte pelo novo fôlego do sistema mundial do capitalismo, ajudando, p. ex., a suprir os déficites estruturais dos EU e acrescentando eficácia ao seu domínio militar, transformando os media de «quarto poder» coabitante num prolongamento monopolista dos oligopólios. Tecnologias que fazem hoje a diferença entre os capitais e entre os países. Ao mesmo tempo, todavia, oferecem imensas perspectivas à humanidade. Por outro lado, emerge uma nova ética (dos direitos humanos) e uma eco-ética planetária. Em suma, mais dialéctica. 4. No ponto 2. – Evolução da União Europeia, não se refere com clareza os efeitos da UE atractivos (sejam objectivos, sejam subjectivos) para determinadas

camadas populares, tanto de cá como do resto da Europa (sobretudo nos países ricos, é claro). Quais sejam, não me cabe aqui espaço para os expor, mas que os há há, pois não se compreenderia então porquê a direita e os social-democratas ganham as eleições, ora uns ora outros! So falsas promessas? Um pouco mais de lucidez eis o que sugiro. Porque se cindiram os Verdes alemães e o PC

5. No ponto 2.2. - Situação económica, passa-se o mesmo: não se percebe muito bem que trunfos usaram os actuais governantes portugueses, rendidos ao grande capital, para ganharem as eleições quase com maioria absoluta! E isto articula-se com o capítulo 3.1. Os trabalhadores como motor da luta de massas: como princípio não tenho qualquer dúvida sobre isso, mas enfrenta--se menos bem a realidade quando não se analisam as razões que explicam o apoio de assalariados, agricultores e pequenos empresários, aos governos neoliberais, particularmente os últimos do PS. Por mais que eu me oponha à política capitalista do PS e não descortine motivos, objectivos e

suas osmoses, contradições e dependências do Sistema. Ainda assim verifico que: 1. Parte do ponto 2.1 - Evolução da União Europeia, deveria enquadrar-se no cap. 1 - S. Internacional, no seu duplo

> dilema maior? 7. Não há uma única palavra sobre o conluio da Igreja católica portuguesa com os poderosos. O país está nas mãos das corporações, dos bispos e dos militares... 8. No ponto 2.4.6.7, suscita-me reservas o apoio entusiástico do Partido ao «Euro 2004», sobretudo porque se resume em cinco linhas um negócio que virá a ser seguramente um enorme regabofe para os «devoristas» do costume.

do Partido num governo do PS que venha a considerar-se, é para mim ponto assente que há-de ser discutida em Congresso Extraordinário. O XVI Congresso passará a pente fino, creio, estes governos do PS que envergonham qualquer socialista consequente (o país com piores salários, pior poder de compra, saúde, investigação e ensino, habitação, justiça fiscal e criminal, onde campeia a corrupção e o corporativismo). O PCP, embora aprove tudo que beneficie a população trabalhadora, não é muleta nem almofada de um partido cuja tradição foi sempre conservadora. Eles que se inverta e não

Telegramas

O. Esta sensação de só agora se iniciar a discussão das ideias deve-se ao facto das Teses não sintetizarem grande parte dos debates preparatórios. 1. A) Por novas formas de circulação de

informação: os debates dos organismos de direcção têm de ser abertos aos militantes seja através de actas, seja por resoluções que privilegiem a divulgação da diversidade - mais do que o resultado de votação das Teses, julgo ter o direito de saber as diferentes opiniões acerca das mesmas. A principal divisão no partido é entre os que tudo sabem e os que nada sabem sobre a situação interna. B) Por um novo modelo de militância que elimine o fosso entre os que passam mais de 8h diárias em labuta no centro de trabalho e os que participam somente através das quotas. Este estrutural défice democrático tende a ser agravado pela evolução da sociedade, com a redução da disponibilidade dos segundos (horários mais flexíveis, mais apelos ao lazer, vontades de participação política em fóruns não partidários, etc.).

XVI (ONERESIO PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS 💫

dizer "não sou marxista", mas

compreenda-se esse NÃO à ortodoxia.

si inofensivo) e à gestão do quotidiano (o

excessivo peso que a institucionalização da

classes trabalhadoras ou médias?). C) As

Teses esquecem o movimento social tendo

objectividade das condições, precisávamos

(Marx e Engels); do passo que da análise

redes que enformam as populações. Como

movimentos (grandes, pequenos, novos e

clássicos). D) Mostremos ao eleitorado de

centro-esquerda como é sebastiânico o

mito da esquerda dirigente do PS. No

unidade só será conseguida se tudo for

Há que lembrar

o materialismo

Quando Marx criou o materialismo

de Hegal e da visão materialista de

conseguimos não só analisar em cada

momento a situação de determinada

felicidade entre os seres humanos.

O esquema que nos é dado pelo

sociedade mas também encontrar as regras

de acção necessárias para a conquista da

paz, da liberdade, da solidariedade e da

lialéctico a partir da dialéctica idealista

Feuerbach, o socialismo passou de mera

dialéctico

utopia para um socialismo

verdadeiramente científico.

Com o materialismo dialéctico

abertamente discutido. E com todos.

do concreto chega ao projecto inovador.

Estudemos as classes em Portugal,

Lenine, pulsemos o dinamismo dos

cruzemos tais identidades com outras

o poder em direcção. Perante a

subjectivos, para lhe emprestar sequer o 2. A) 1917 é a principal experiência revolucionária e Estaline é a contrabenefício da dúvida, tenho que admitir que alguma coisa realizou, seja -revolução. Eis uma visão simplificada que demagogicamente ou não, interpretada - sendo eticamente irrefutável - não deve como benefícios por múltiplos sectores ficar por aqui. Há que tirar o cadáver da sociais. Que é p. ex. das «classes cova para novas autópsias. B) Recoloquemos Trotsky e Bukharine na médias»? Um mito apenas? A análise das foto e promovamos o debate sobre a migalhas que caem do banquete, a subsídio-dependência e a atitude história do PCP. Desperdiçar a memória arquivando-a em versões oficiais é oportunista dos portugueses fase ao Estado, o papel «empregador» da formação desvalorizar o património dos comunistas. C) Só a contribuição crítica em relação às profissional, as medidas assistenciais, a lutas dos outros povos é útil a estes teia periférica das pequenas empresas, as mesmos. D) As Teses confundem, em casos contradições entre os capitalistas, a mobilidade internacional da força de como a China e a Coreia, povos com aristocracias estalinistas. trabalho, não podem escapar à análise dos discípulos de Marx de O Capital (apesar 3. evitemos que do marxismo-leninismo sobre apenas o hífen: A) Que a do seu optimismo nos efeitos das crises). Por fim, as classes assalariadas não estão reivindicação do marxismo se faça do confronto com outros teóricos. Não será descritas com rigor bastante, sobretudo nas necessário ir tão longe quanto Marx foi e

6. O capítulo 3. ponto 3.6 As Batalhas Eleitorais..., não expõe sificientemente B) As Teses limitam a aposta na revolução as razões dos insucessos do Partido e caia um voto de futuro (um professar de fé per -se na atitude contumaz de formular insucessos como sucessos relativos (manter ou subir ligeiramente o número de vida política adquiriu no panorama nacional reflectiu-se no partido). Repetir votos). Atribuem-se cinco linhas aos «erros e deficiências do nosso próprio trabalho»! sem questão as fórmulas esvazia as palavras (o que entendemos hoje por Mas afinal os nossos desaires eleitorais não constituem precisamente o nosso novamente de As lutas de classe em França

9. Qualquer modalidade de participação

caminho do alargamento é lógica primeira a aproximação ao BE. Causas comuns essenciais, como reconhecem as Teses, existem muitas e esse só pode ser motivo de satisfação. 4. A grave situação interna não se deve à diferença, mas à sua dramatização. Esta percorre todo o partido e não é de hoje; subjaze-lhe um longo prazo que é a mentalidade de em tudo um pouco - na definição de convidados para um debate, na divulgação do teor das reuniões de chantageie os outros.

direcção, na elaboração de listas unitária na autonomia não dada a grupos de trabalho, etc. – se desrespeitar essas Nozes Pires mesmas diferenças. A divergência Torres Vedras acumulou-se sem frutos de síntese. Este é o soneto e pior emenda seria decretar a unidade por "purificação" da direcção. A

José Neves

Lisboa

exemplo Festa do «Avante!» e, agora, o nosso XVI Congresso, surjam os problemas, tentando denegrir a imagem do

E sempre o mesmo, há problemas, há divergências, é preciso renovação. Renovar para quê? O Partido é e será sempre aquilo que a maioria dos seus militantes o quiserem e não aquilo que nos. querem impor. Por isso digo: estamos bem, obrigado. Já passou mais de uma década, o PCP está vivo e continua a lutar pelo que sempre lutou, a favor dos trabalhadores, tentando melhorar a democracia e contra o grande capital.

Congresso, muitas iniciativas e reuniões, e devemos discutir as nossas opiniões no lugar próprio e não nos devemos deixar levar por certos órgãos de comunicação social e alguns críticos da nossa praça que nada nos dizem. Aproveito para daqui lançar um apelo para que mais camaradas comprem e leiam o

nosso «Avante!». Viva o nosso XVI Congresso.

António Joaquim Penas

Vencer mais uma batalha

positivos de cada uma.

Já estamos habituados que quando o Partido lança uma grande iniciativa.

materialismo dialético é a luta entre uma

positivos de ambas. Mas a síntese, uma vez

perfeita, passará, por sua vez, a ser uma

nova tese que irá entrar em luta com uma

nova antítese e gerar nova síntese. E este

método de pensar a doutrina de Aristóteles

que defendia os princípios da identidade e

Durante a Idade Média vigorou como

da imutabilidade e que ignorava as

Hoje a sombra tutelar de Aristóteles

continua a pairar nas mentes de muitos

Verificam-se hoje diferenças de opinião no

seio do PCP: há aqueles que querem que

as coisas não mudem e aqueles que

querem que as coisas acompanhem a

evolução da sociedade e haja mudanças

A comunicação social já deu nomes aos

dois grupos: a um chama conservador e

cunhalista e ao outro renovador. Outros

exageram e falam de ortodoxos e social-

uma sã oposição de ideias e de

-democratizantes. E o que é pior é que, por

conta própria, dão dimensões exageradas a

orientações. Dogmatizam agoirentamente e

fazem prenúncios de tempestades que não

debates e conseguiu sobreviver. As actuais

divergências revelam pura e simplesmente

aberta, irá surgir uma síntese esclarecida e

Contra a influência pequeno-burguesa que

arrasta consigo a sombra dos princípios

imobilistas de Aristóteles, devemos opor

E os que estão em posições que parecem

destas posições é uma tese, que a outra é-

síntese onde irão estar integrados os lados

Domingos da Costa Gomes

opostas não devem esquecer que uma

uma antítese e que, se houver uma

discussão aberta e leal, do confronto

civilizado de ambas, irá surgir uma

disciplinadamente as virtudes do

materialismo dialéctico e aplicá-lo

existem. O PCP já passou por outros

que existe uma tese em luta com uma

antítese e que da luta, em discussão

tese e uma antítese que dá lugar a uma

síntese na qual se integram os lados

movimento é permanente.

diferenças e a mobilidade.

comunistas

Somos diferentes. Temos o nosso



PARTIDO COMUNISTA PORTUGUÊS &

agenda

Reuniões para discussão das Teses

(Projecto de Resolução Política)

OR AVEIRO

Aveiro – Reunião das freguesias do concelho de Aveiro: sexta,

S. João da Madeira - Organização Concelhia: dia 31, 21h30. CTS. João da Madeira.

Ovar - Comissão Concelhia: dia 27, 21h30, CT Ovar. Feira - Organização Concelhia: dia 27, 21h30, CT Feira. JCP – Reunião plenária, seguida de convívio: dia 31, 21h, CT Aveiro.

OR BEIA

Encontro Distrital de Beja de Reformados Comunistas: sábado, 28, 10h, CT de Beja, com a participação de Jaime Félix, sobre o XVI Congresso e questões da Organização dos Reformados

Odemira – Organizações de S. Teotónio e Zambujeira do Mar: dia 27, 20h30, CT S. Teotónio.

Serpa - Das organizações locais de Serpa: dia 27, 19h, CT Serpa; de Vila Nova de S. Bento: dia 28, 16h, salão da antiga Cooperativa de Consumo; de A-do-Pinto: dia 31, 19h, CT.

OH BRAGA

Esposende - Organização Concelhia: quinta, 26, 21h30, CT

Amares - Organização Concelhia: dia 27, 21h30, edifício antigo dos Bombeiros Voluntários (R. Sá Miranda).

Barcelos - Organização Concelhia: dia 28, 21h30, CT Barcelos. Vizela - Organização Concelhia: dia 29, 9h30, no Edifício Vista Alegre.

OR CASTELO BRANCO

Fundão - Plenário concelhio: dia 26, 21h30, Salão da Junta de Freg. do Fundão.

Covilhã - Célula dos Trabalhadores da CM/SMAS: dia 27, 16h, CT Covilhã, com Armando Morais.

Tortosendo - Organização da freguesia de Tortosendo: dia 28, 15h, CT Tortosendo, com Vítor Reis Silva.

OR COIMBRA

Figueira da Foz - Freguesias de S. Julião e Tavarede: dia 28; Sector Sindical e células de Empresas: dia 31

Soure - Freguesias de Granja do Ulmeiro e Alfarelos: dia 27.

OR EVORA

Evora - Plenário de dirigentes, delegados sindicais, activistas e quadros do Partido das principais empresas da região: dia 28, 10h, Hotel D. Fernando, com Jerónimo de Sousa e José Soeiro. Plenário de Reformados da freguesia de Malagueira: dia 26, 15h

Arraiolos - Célula dos trabalhadores comunistas da CM: dia 27, 17h30, CT; militantes de Santana: dia 31, 20h30, na Sociedade; militantes de S. Pedro da Gafanhoeira: dia 2, 20h30, CT. Borba - Organização Concelhia: dia 29, 11h.

Estremoz - Plenário Concelhio de Quadros: dia 28, 16h, no salão dos Bombeiros, com Jerónimo de Sousa.

Mora - Militantes de Mora: dia 27, 20h30, sede da JF; militantes da freguesia de Brotas: dia 27, 20h30, JF; freguesia de Cabeção: dia 3, 20h30, Casa do Povo, com Raimundo Narciso.

Montemor-o-Novo – Célula da CM: dia 31, 21h, CT; célula dos Reformados: dia 2, 15h, CT; freguesia de Escoural: dia 4, 15h, CT.

Portel - Plenário da freguesia de Santana: dia 28, 20h30, Centro de Convívio.

Vendas Novas - Plenário da freguesia de Landeira: dia 3, 20h30, JF.

Viana do Alentejo - Plenário da freguesia de Alcáçovas: dia 27, 20h30, Delegação da CM.

OKLEIMA

Marinha Grande – Reunião das células R. Galo/S. Barosa/Crisal: dia 27, às 21h30; da organização das Mulheres: dia 28 às 15h.

OR LITORAL ALENTEJANO

Santiago do Cacém-Militantes de Cercal do Alentejo: dia 27, 20h30, CT; militantes de Alvalade Sado: dia 29, 15, CT.

Sines - Célula dos Reformados: dia 26, 16h, CT; Trabalhadores das autarquias: dia 30, 17h, CT, com José Catalino.

OR LISBOA

Amadora - Militantes da CM: dia 26, 18h, CT, com Carlos Chaparro; da Falagueira: dia 28, 15h; da Reboleira: dia 28; da Venda Nova: dia 27, 21h, com Carlos Chaparro; da Venteira: dia 28, 15h, CT da Amadora, com Leandro Martins.

Azambuja - Militantes da freguesia de Vale Paraíso: dia 27, 21h, casa do cam. Manuel Martinho; da freguesia de

Maçussa: dia 31, 21h, casa do cam. Rui Carvalho; plenário concelhio de Azambuja: dia 31, 21h. Plenário em Alenquer: dia 27, 21h30, Biblioteca Municipal.

Lisboa - Plenários dos militantes das freguesias de Coração de Jesus, Pena, S. José: dia 26, 19h, CT Vitória; de Encarnação, Mercês, Mártires, Sacramento, Sta. Catarina, S. Paulo: dia 30, 18h30, CT Vitória; de Alvalade, Campo Grande, S. João de Brito, S. João de Deus, S. Sebastião da Pedreira: dia 28, 15h, CT Vitória; de Belém, S. Francisco Xavier: dia 28, 15h, CT Ajuda, com Júlio Filipe; de Santos e Lapa: dia 26, 21h, CT de Santos, com Manuel Pedro; de Santo Condestável: dia 28, com Paula Henriques. Freguesia de Alto Pina: dia 28, 15h, na Assoc. de Reformados (Alameda); de Anjos: dia 26 e 2 de Nov.º, 19h, CT Graça; de S. João: dia 28, 15h, Salão da JF; reunião alargada da freguesia de S. Vicente: dia 27, 19h30, CT Graça. Plenário de militantes da freguesia de Ameixoeira: dia 1, 16h, com Alexandre Teixeira.

Loures - Plenário dos militantes de Bucelas: dia 27; de Camarate e de Loures, ambos no dia 28; do Prior Velho e de S. Julião do Tojal, ambos a 27.

Odivelas - Reunião de Reformados Comunistas: dia 27, 16h, CT Odivelas; plenário de militantes da freguesia de Odivelas: dia 31, 21h, CT Odivelas, com Francisco Pereira; de Olival Basto: dia 28, 16h, com Margarida Aboim.

Oeiras - Plenário de militantes de Algés: dia 28, 15h, CT Algés, com **Armindo Miranda**; de **Barcarena**: dia 30. Em Queijas, debate e almoço-convívio com Dias Lourenço: domingo, dia 29, no CT de Queijas.

Sintra – Assembleia da Organização da Freg. de Algueirão: dia 28, 15h, CT do Algueirão. Plenário de militantes de Almargem do Bispo: dia 27, 21h, no Sabugo; de militantes de Agualva: dia 27, 21h30. Almoço-convívio e debate em Rio de Mouro: dia 28, 13h. Plenário das freguesias de S. Martinho e Sta. Maria: dia 31, 21h30, CT Sintra, com Albano Nunes; da freguesia de S. João das Lampas: dia 27, 21h.

Torres Vedras - Plenário de militantes de Torres Vedras: dia 27 às 21h30 no CT; da freguesia de Monte Redondo: dia 26, 21h, casa do cam. Manuel Vieira.

Vila Franca de Xira - Vila Franca: plenário de militantes da célula CM/SMAS (dia 26 às 17h30, no CT de Vila Franca). Plenário de militantes da freguesia de Sobralinho, com José Ernesto Cartaxo: dia 27 às 21h, no Centro Álvaro Pinheiro. Plenário de Reformados em Alhandra: no CT, dia 27 às 16h. Plenário de militantes de Cachoeiras: dia 29, 15h30, no alpendre da Escola Primária. Plenário de militantes de Quintais (em Póvoa de Sta. Iria): dia 29, 18h, na garagem do cam. Barroso.

Sector Empresas - Plenário de militantes do Sector: dia 31; de militantes das EFFA's: dia 2.

Sector Função Pública - Reunião do Secretariado do Sector: dia 31, 19h, CT Vitória.

Sector Intelectual - Plenário de militantes de Ciência, Tecn. e Ambiente: dia 26 às 21h30, CT Vitória; Juristas e Advogados: dia 30; OD do Sector: dia 26; Plenário do Sector Intelectual: dia 30, 21h30, CT Vitória.

Sector Serviços – Plenário da célula da Caminho: dia 31, 17h30, CT Vitória.

Sector Sindical - Plenário de dirigentes sindicais Metalúrgicos:dia 31; dirigentes sindicais do SIESI: dia 30.

Sector Transportes - Plenário de militantes de Táxis e Autocoope: dia 26, 15h, CT Vitória.

OR PORTO

Porto - Plenário da Organização da Função Pública, também sobre a jornada de 31 Outubro e outras questões do Sector: dia 28, 15h, CT da Boavista. Militantes da PT, também sobre a situação da PT e ACS: dia 27, às 21h30, no CT da Boavista. Militantes do Sector Ferroviário: dia 28, 10h, CT da Boavista.

Matosinhos: Reuniões da Org. Concelhia para debate das Teses por capítulos: dia 30, 21h30, sobre as batalhas eleitorais e intervenção do PCP; dia 6, 21h30, sobre o Partido.

Maia – Plenário da Organização: dia 28, 15h, CT

Póvoa de Varzim - Plenário da Organização: dia 27, 21h30, CT da Póvoa. Vila do Conde - Plenário da Organização: dia 31,

21h30, CT Vila do Conde.

OR SANTAREM Abrantes – Militantes da Organização: dia 30, 21h, CT. Almeirim – Plenário da Organização: dia 26, às 21h, no CT.

Cartaxo - Plenário concelhio: hoje, dia 26, 21h, CT, com Jorge Cordeiro. Freguesia de Pontével: dia 28, 21h.

Coruche - Freguesia de Santana: dia 28, 21h. Organização de Coruche: dia 31, 21h, Refeit. do Rossio, com Jorge Cordeiro.

Entroncamento - Célula dos Ferroviários: dia 31, 17h30, CT

Rio Maior - Freguesia de Asseiceira: dia 28, 21h. Salvaterra – Freguesia de Marinhais: dia 28, 16h30,

com Jaime Félix. Samora Correia - Plenário de Reformados: dia 28,

Santarém – Freguesia de Alcanhões: dia 28, 21h; freguesia de Pernes: dia 31, 21h; freguesia de P. Isenta: dia

Torres Novas - Plenário concelhio de militantes: dia 31, 21h30, CT, com José Casanova.

OR SETUBAL

Plenário regional de eleitos comunistas nas autarquias da península de Setúbal - Sábado, 28, 9h30, na Timbre Seixalense, no Seixal, com Jorge Cordeiro.

Almoço-convívio dos construtores da Festa do Avante! e debate integrado na preparação do Congresso: sábado, dia 21, a partir das 13h, na Coop. Habitação do Faralhão «Bem Vinda a Liberdade», com a participação de Virgílio Azevedo.

Alcochete - Plenário da freguesia de Samouco: dia 27, 21h, JF Samouco, com José Cactano.

Almada - Debate com Francisco Lopes: dia 28, 15h, Coop. Piedense.

Plenário de militantes de Trafaria: dia 28, às 16h, no CT local. Militantes da Charneca da Caparica: dia 28, 15h, CT Charneca. Militantes do Laranjeiro: dia 27, 21h, CT Laranjeiro. Célula da Transtejo: dia 26, 21h, CT concelhio. Militantes de Pia/Raposo: dia 28, 16h, CT do PIA. Militantes de Sobreda: dia 31, 21h, Clube Recr. Sobredense. Célula dos Trabalhadores da Autarquia: dia 2,

Moita - Célula dos Trabalhadores da CM: dia 26, 17h30, no refeitório da CM. Militantes da **Zona Centro** da Moita e Professores: dia 28, 15h, CT Moita. Militantes de Alhos Vedros: dia 28, 15h, CT Alhos Vedros.

18h, CT concelhio, com Manuel Valente.

Palmela – Plenário de militantes da freguesia de Pinhal Novo: dia 27, 21h, CT Pinhal Novo; militantes de Brejos do Asca, Aires e Padre Nabeto: dia 28, 21h, Casa dos Moradores de Brejos.

Seixal - Células da S.N. Serviços e Lusosider: dia 26, 17h, CT Paio Pires; célula da S.N. Longos: dia 27, 17h, CT Paio Pires. célula da Indelma: dia 28, 15h, CT do Seixal; plenário conjunto das células Metalbaia, A. Silva & Silva, Sonsen e Poole, Concorco, Kansas, Elo, Compelmada: dia 28. 18h. CT Seixal; Organismo de Apoio, Telecom, Centro de Formação Profissional: dia 28 às 15h. Plenário da Org. local de Casal do Marco: dia 29, 15, na Delegação da Junta de Freg. em Casal do Marco. Célula ca CM Seixal/Núcleo Espaços Verdes: dia 27, 17h30, CT do Seixal.

Setúbal - Célula da Portugal Telecom: dia 27, 18h, CT Setúbal. Freguesias de S. Simão e S. Lourenço: dia 27, 21h30, em Azeitão.

OR VILA REAL

Vila Real - Plenário da Organização: dia 28, 15h, na sede distrital do PCP, com Henrique de Sousa.

Chaves - Plenário da Organização: dia 28, 15h, no CT, com António Lopes.

NA EMIGRAÇÃO

Europa

HOLANDA - Amsterdão - Assembleia plenária para discussão das Teses: dia 29 às 14h15.

SUÍCA - Thun - Assembleia plenária para discussão das Teses: dia 29, às 9h30.

Fora da Europa

BRASIL - S. Paulo - Debate sobre as Teses: dia 28 às 9h, na sede da CDU em S. Paulo.

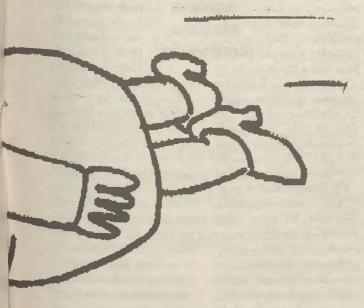
ANGOLA – Luanda – Assembleia plenária para debate das Teses: dia 28 às 9h, na Sala dos Advogados (Rua do

AUSTRÁLIA - Assembleias descentralizadas em Sydney e no Estado de Nova Gales do Sul para debate das teses: dia 28, a partir das 10h.

m foco

de Belgrado

Miguel Urbano Rodrigues



caricatura de uma sociedade socialista. Na Administração, a guerra trouxe um alastramento da corrupção. O Governo não compreendeu que a grande vaga de patriotismo levantada pela cobarde agressão que visava a destruição da Sérvia era transitória. Não podia manter-se num contexto em que o poder, longe de tentar resolver alguns dos problemas mais urgentes, adoptava uma política sinuosa, autoritária, de recorte bonapartista, distanciada das massas. Em vez de ampliar a sua base de sustentação aumentou o número de descontentes.

Num contexto ainda mais desfavorável, Milosevic repetiu o erro cometido na Nicarágua. Convocou as eleições convicto de que sairia delas vencedor. Esqueceu em primeiro lugar uma lição histórica que é quase uma lei da política. Com raríssimas excepções (Cuba), povo algum resiste por muito tempo a situações de prolongada e dura escassez quando não há perspectivas de superação das mesmas no âmbito do sistema de poder que forças exteriores poderosas pretendem destruir e essas forças lhe acenam com promessas maravilhosas.

Na Nicarágua foi o voto da barriga, da miséria, que permitiu a eleição de Violeta Chamorro. Os nicaraguenses não votaram por ela; votaram pelo fim da guerra não declarada que os EUA mantinham contra os Sandinistas, e portanto contra o povo. Daniel Ortega e a direcção da FSLN não souberam avaliar a situação criada, nem as suas consequências

O paralelismo com a Nicarágua esgota--se no tocante ao dilema que os eleitores enfrentavam. Isso porque Milosevic, como actor político, não pode situar-se ao nível dos homens que levaram à vitória a revolução sandinista (embora posteriormente muitos deles tenham sido arrastados pelo vendaval da restauração da velha ordem neocolonial e oligárquica). O jugoslavo não merece o respeito ético que os vencedores de Somoza inspiraram.

Mas também na Jugoslávia o peso do cerco foi decisivo para o voto. Os padrões de vida da população tinham caído drasticamente. As sanções multiplicavam as carências, tornando a vida quotidiana cada vez mais intolerável. Que perspectivas de saída num país bloqueado onde até o petróleo entrava como contrabando? O contraponto do pesadelo - um presente sem esperança - era o dilúvio de promessas dos agressores. EUA e UE anunciavam o paraíso.

A conquista do poder

O que surprecende nas eleições jugoslavas não é tanto a grande votação obtida por um político reaccionário como Kostunica. Os milhões de votos que num contexto tão desfavorável Milosevic conseguiu receber suscitam talvez mais espanto. Na realidade a maioria desses eleitores não votaram por ele, mas contra o candidato dos agressores, votaram pela independência da Sérvia, pronunciando-se contra a intervenção estrangeira. Os factos que os media da UE e dos

EUA têm ocultado começam a ser conhecidos. E deixam nua, bem iluminada, a grande farsa da «revolução democrática». Em primeiro lugar os 18 partidos da oposição coligados não conseguiram maioria no Parlamento. Por si só esse resultado encerra muitas lições, que transcendem o confronto Kostunica--Milosevic.

Nos dois dias seguintes à proclamação dos resultados provisórios oficiais, o povo de Belgrado permaneceu relativamente distanciado da batalha política que se travava entre Governo e Oposição, não obstante a baixa votação obtida por Milosevic na capital. A intervenção das massas, decisiva, porque imobilizou o Exército, produziu-se a partir da periferia, ou seja das Províncias, para o Centro. A resposta de Belgrado aos apelos à acção foi inicialmente muito débil. Segundo alguns observadores, a maioria das 300 000 pessoas que tomaram as ruas da capital veio do interior do país.

É cedo para se ter uma ideia clara sobre a organização e a direcção do assalto ao Parlamento. Mas as notícias sobre as destruições ali praticadas e o roubo de 150 quadros e obras de arte parecem dar razão ao comentário do russo Ziuganov: «aquilo cheira a delinquência, marijuana e dólares». Slovodan Milosevic já havia caído do carro da história antes das eleições. Mas o reconhecimento da sua dramática incapacidade para responder ao que o heróico povo sérvio tinha o direito de esperar dos responsáveis pelo Estado numa situação que parece extraída de uma tragédia grega - essa falência de Milosevic não tem o poder de encobrir o mar de lama, perversidade e dinheiro que envolveu a subida à Presidência de Vojislav Kostunica.

O programa da capitulação

Se algumas dúvidas subsistiam sobre o que se pode esperar de uma Sérvia (porque da Jugoslávia nada vai sobrar) governada pelo político que assumiu a Presidência, a simples leitura do Programa apresentado durante a campanha acabaria com elas. Kostunica e os mais destacados líderes da antiga Oposição, Zoran Djindjic e Zarko Korac, defendem a liberalização total do comércio, as portas escancaradas ao capital estrangeiro, as privatizações maciças e rápidas. Podese afirmar que tais medidas se integram numa política de aproximação das economias abertas dos países da União Europeia. Mas um pequeno mas decisivo pormenor estabelece a diferença e ajuda a compreender o perfil da sociedade modelada pelo Programa das «reformas económicas» de Kostunica. A Sérvia adoptará um sistema bimonetário no qual o marco alemão circulará como moeda legal ao lado do dinar. Que mais dizer? Pobre Sérvia onde a política de vassalagem perante a Alemanha será reprodução daquela que no Equador gerou a insurreição dos comuneros

índios contra a dolarização do sucre.

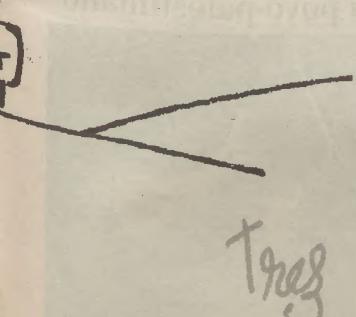
A intervenção sem máscara

É dos Estados Unidos que chegam as notícias mais completas e esclarecedoras sobre a profundidade da conspiração que preparou, com larga antecedência, a «transição da Jugoslávia para a democracia». As agências noticiosas falam de um investimento directo superior a 30 milhões de dólares somente na campanha eleitoral de Kostunica. O New York Times, num artigo assinado por Steven Erlanger, na edição de 20 de Setembro pp, entra em pormenores sobre o financiamento da «oposição democrática» sérvia, nomeadamente através de pagamentos a «jornalistas independentes e homens da rádio». Revela também que diferentes iniciativas (incluindo comícios) em que intervieram funcionários do Departamento de Estado foram promovidas no Montenegro e na Croácia para desacreditar e desestabilizar o governo de Belgrado. Em 1999, o Orçamento federal dos EUA incluiu uma verba de 25 milhões de dólares para ajudar a «democratização da Sérvia». Com o mesmo fim estava prevista para o próximo orçamento a quantia de 41,5 milhões. Um documento do Congresso, datado de 29 de Julho de 1999, cita nominalmente dois funcionários norte--americanos, Robert Gelbard e James Pardew, a propósito de um encontro que mantiveram com o senador Joseph Binden, de Delaware. Discutiram em conjunto o projecto da criação de uma cadeia de estações de rádio na Bósnia e no Montenegro, envolvendo a Sérvia. Objectivo: emitir programas para aquele país em apoio da «democratização». Custo: 16,5 milhões de dólares.

Cabe parafrasear Clausewitz, alterando a sua famosa fórmula. Desta vez seria «a economia é a continuação da guerra por outros meios».

Por si só a ameaça norte-americana de uma nova agressão da NATO contra a Jugoslávia na hipótese de Milosevic ganhar as eleições conferiu transparência ao conceito de democracia que hoje norteia a política exterior dos EUA. As manobras militares promovidas por Washington na Roménia, na Croácia e no Adriático durante a campanha eleitoral constituíram outra intoleráve modalidade de intervencionismo. O jogo foi tão atentamente preparado que Clinton e Tony Blair apareceram na televisão para festejar os acontecimentos da Jugoslávia logo que foi divulgada a proclamação de Kostunica como Presidente. A primeira fatia das sanções chegou ao fim. Para que não faltasse uma nota abjecta, a Rússia, por intermédio do ministro Ivanov, também se apressou a felicitar Kostunica, simulando não perceber que a Jugoslávia foi nos últimos anos o campo de ensaios da grande estratégia norte-americana que tem por objectivo desmantelar o estado russo e reduzir a

pátria de Lénine à condição de país periférico e secundário. Em Belgrado desceu o pano sobre mais um acto da farsa trágica balcânica, inseparável da estratégia de dominação perpétua e universal dos EUA sobre o planeta Terra.



Montemor-o-Novo Jornadas de Desenvolvimento

Tiveram início no passado dia 14 de Outubro as Jornadas de Desenvolvimento do Concelho de Montemor-o-Novo. Uma iniciativa da Câmara Municipal que irá decorrer até Dezembro.

O objectivo destas Jornadas é criar um fórum de discussão e recolher sugestões por parte dos cidadãos, associações e empresários, com vista à elaboração de uma Carta Estratégica, documento em que serão definidos os projectos a serem levados a cabo durante a próxima década.

A sessão de abertura das Jornadas – aberta à população e bastante participada - teve como lema «O Desenvolvimento: Montemor, a Região e o País. Até Dezembro está previsto um conjunto de iniciativas, nomeadamente visitas a empresas, de modo a criar formas de actuação e cooperação entre os agentes económicos e a Câmara.

Câmara de Évora apoia Mês da Dança

A Câmara de Évora tem vindo a colocar à disposição da população um autocarro que transporta gratuitamente todos os interessados a diversos espectáculos que se integram no Mês da

O Mês da Dança é uma iniciativa organizada pela Companhia de Dança Contemporânea de Évora e conta com o apoio da Câmara Municipal de Évora, para além de outras entidades, decorrendo até ao próximo dia 3 de Novembro, repartida pelas cidades de Evora e Beja.

Para além dos espectáculos de dança, o programa inclui igualmente a projecção de vídeos, a realização de oficinas e de uma exposição de fotografia, tudo tendo por base a temática da dança contemporânea.

CDU/Cascais denuncia degradação de serviços

A degradação dos serviços de higiene e limpeza urbana é denunciada pela CDU/Cascais que sublinha que tal degradação é «o resultado da entrega deste importante serviço público a uma empresa privada, a SUMA».

Em comunicado de imprensa, a CDU refere alguns aspectos desta degradação, da falta de limpeza das ruas à falta de contentores ou ainda a substituição dos trabalhadores originários do Município por trabalhadores com vínculo precário.

A coligação sublinha as razões de «contestar firmemente a privatização deste serviço público» e exige medidas concretas.

De aterro a parque urbano

O primeiro parque urbano do país construído no local de um antigo aterro sanitário, onde está depositado mais de um milhão de toneladas de lixo, foi inaugurado no passado dia 17 em Santa Iria da Azóia, concelho de Loures.

Os trabalhos de recuperação e requalificação do antigo aterro sanitário começaram em 1996, depois de sete anos a servir os concelhos de Loures e Vila Franca de Xira. Quatro anos depois, os 24 hectares de terreno transformaram-se num parque urbano, com diversos equipamentos para a prática desportiva. Foram construídas zonas destinadas à prática de BTT, aeromodelismo, pista de atletismo, circuito de manutenção, minigolfe, centro de educação ambiental, anfiteatro e parque infantil.

Lisboa apoia Timor

A futura Escola Superior de Educação de Timor-Leste vai receber livros, estantes e material gráfico através de doações feitas à Câmara Municipal de Lisboa.

Além de três mil livros para o espólio da biblioteca da escola, oferecidos por editoras, a câmara vai votar doações de estantes e material de impressão, que inclui tintas, chapas e uma

A Câmara de Lisboa está a recuperar desde Abril deste ano o edifício do antigo Liceu de Díli, onde vai funcionar a Escola Superior de Educação, que foi destruído pelas milícias no ano

O trabalho tem sido feito por operários timorenses e portugueses, supervisionados por uma equipa técnica da autarquia.

Autarcas de Alcochete contestam Ministério da Defesa

Autarcas de Alcochete confirmaram, segunda-feira, a apresentação de uma queixa contra o Estado no processo de instalação de uma central de destruição de munições obsoletas. A queixa contra o Estado português, a apresentar nos próximos dias nos tribunais administrativos, por alegado incumprimento de normas nacionais e europeias, teve como base uma moção aprovada na última sessão da Assembleia Municipal, com os votos favoráveis da CDU e do PSD e as abstenções do PS.

Em causa está o facto de o Ministério da Defesa Nacional (MDN) isentar o projecto da unidade de detonação/incineração de material de guerra obsoleto de um Estudo de Impacto Ambiental (EIA) e da devida auscultação da população e dos autarcas eleitos, alegando interesses de defesa nacional.

Por razões de segurança ambiental e de saúde pública, os autarcas de Alcochete defendem, igualmente, que a comissão de acompanhamento do processo integre elementos das câmaras directamente envolvidas. Posição que tem sido também sustentada pelo Partido Ecologista «Os Verdes» e associações ambientalistas.

Professores do Centro contra discriminação na escola da Tocha

Por uma escola inclusiva

Na Escola do 1.º Ciclo do Ensino Básico da Tocha foi criada uma turma apenas para alunos de etnia cigana. Uma medida denunciada pelo Sindicato dos Professores da Região Centro como «discriminatória e segregadora».

Nenhuma das entidades envolvidas nesta medida fala, naturalmente, de segregação. Para Centro de Área Educativa (CAE) de Coimbra, trata--se de crianças «especiais», que estão a ser objecto de «diagnóstico». A directora do estabelecimento de ensino invoca a necessidade de «prudência» e de «uma integração progressiva». O Ministério da Educação afirma que o objectivo desta medida seria preparar estas crianças para «a integração plena nas turmas» e recusa mesmo quaisquer «práticas ou atitudes de discriminação racial no sistema de ensino».

Opinião bem diversa tem entretanto a comunidade cigana e o presidente da União Romani portuguesa afirma mesmo estarmos «perante um caso de discriminação racial» e sublinha que «são crianças que, à partida, estão focalizadas. Isso é muito grave, porque gera discriminação».

Por uma escola inclusiva

Contestando as medidas tomadas na escola da Tocha, o Sindicato dos Professores da Região Centro denuncia, em comunicado de imprensa, que ela «nada tem a ver com pedagogia, integração ou inclusão» e defende que «a escola de

hoje não deve ser apenas integradora», que deverá ser inclusiva.

Tarefa que não é simples. «Não basta ter espaço interculturalidade para todos terem

lugar na escola. É preciso que todos encontrem respostas adequadas, num contexto intercultural, e de inclusão obviamente contrária a qualquer prática discriminatória, segregadora e de exclusão».

Para que tal se torne possível impõe-se um maior investimento do ME nas escolas, «criando as condições para o desenvolvimento das actividades escolares e educativas em contexto intercultural».

São assim indispensáveis, para além da concretização de

promessas como a introdução de uma disciplina de educação para a cidadania, medidas

A escola deve

respeitar os

princípios da

como a redução do número de alunos por turma, a colocação de professores de apoio e de um mediador cultural, a formação de professores no

âmbito da interculturalidade.

É necessário que a escola de hoje «respeite os princípios da interculturalidade e seja, ela mesma, o embrião da sociedade democrática e inclusiva que é indispensável construir», defendem os professores, que afirmam ainda que essa construção «deve ter lugar em contexto que releve o envolvimento e o intercâmbio entre culturas e jamais uma simples assimilação, pondo em causa a afirmação das minorias».

Política de habitação em causa

A política de habitação da Câmara do Porto esteve no centro das críticas da CDU, no quadro de uma visita ao Bairro Fernão Magalhães.

No quadro desta visita, Rui Sá, vereador da CDU na Câmara, considerou nomeadamente que a autarquia «não faz um levantamento correcto da habitação social na cidade» e «tem falta de vontade em ocupar casas desabitadas».

O vereador da CDU constatou as dificuldades em que vivem os moradores, devido à degradação do bairro. Paredes carregadas de humidade, casas de banho com o tecto quase a desabar e sem banheira, infiltrações de água um pouco por todas as divisões, inexistência de água quente, varandas em risco de cair, ratos e baratas são algumas das características das habitações do bairro.

O Bairro Fernão Magalhães, inaugurado em 1961, tem cerca de 400 habitações,



A CDU critica a política de habitação no Porto

divididas por 18 blocos, e alberga quase 1.500 pessoas.

Rui Sá sublinhou que, «com o empréstimo bancário de 1,3 milhões de contos que a Câmara do Porto contraiu para recuperação de habitaçães, os cerca de 800 mil contos

que recebe de rendas e as receitas da derrama a autarquia tinha a obrigação de investir mais em bairros sociais como este».

O vereador comunista afirmou que a Câmara «pode e deve fazer mais» e

que «o atraso de anos que o Programa Especial de Realojamento tem na cidade traduz-se num bloqueio da autarquia em satisfazer os desejos de moradores que vivem em situação delicada».

Solidariedade com o povo palestiniano

Uma concentração de protesto reuniu segunda-feira passada, frente à Embaixada de Israel, algumas centenas de manifestantes.

Uma iniciativa de solidariedade com o povo palestiniano na sua luta por um Estado independente com capital em Jerusalém leste e pelo fim da repressão israelita.

A iniciativa foi promovida pelo CPPC, MURPI, CGTP--IN, Colectivo Abu Jamal, MDM, JCP, Associação Portuguesa de Deficientes, SPGL (Sindicato dos Professores da Grande Lisboa), SOS Racismo, Intervenção Democrática, Rede Internacional de Solidariedade RUPTURA, FENPROF, Frente Anti--Racista e CNOD.



Câmara apoia bairro

Evora atenta às populações

Os moradores do Bairro de Santo António contam com mais estruturas de apoio às crianças e aos idosos, por acção da autarquia de maioria CDU.

0 trabalho

conjunto entre

câmara e junta

trouxe bons

resultados

A Câmara Municipal de Evora, em conjunto com a Junta de Freguesia da Senhora da Saúde, assinalou, no passado dia 21, a reabertura do Parque Infantil de Santo António, após ter sido alvo de profundas

obras de remodelação e melhoramento.

Este dia foi igualmente marcado pela assinatura de um protocolo de cedência dè um lote para a

construção das instalações da Associação de Reformados e Idosos de Santo António (ARISA) e pela comemoração do 25.º aniversário do Grupo Desportivo e Cultural de Santo António.

O passado sábado, dia 21, foi um dia marcante para a população de Santo António que viu a Câmara Municipal ceder à ARISA um lote com 860 metros quadrados, onde funcionarão as instalações daquela associação, bem como uma verba de 2000 contos para o início das obras - para além da proposta da autarquia de inclusão no PIDDAC de 2001 de verbas para esta obra.

O Presidente da Junta de Freguesia da Senhora da Saúde, António Serrenho, mostrou-se satisfeito pelo avanço dos projectos acima referidos, aproveitando ainda para realçar o levantamento dos problemas realizado pela Junta e a posterior transmissão à Câmara.

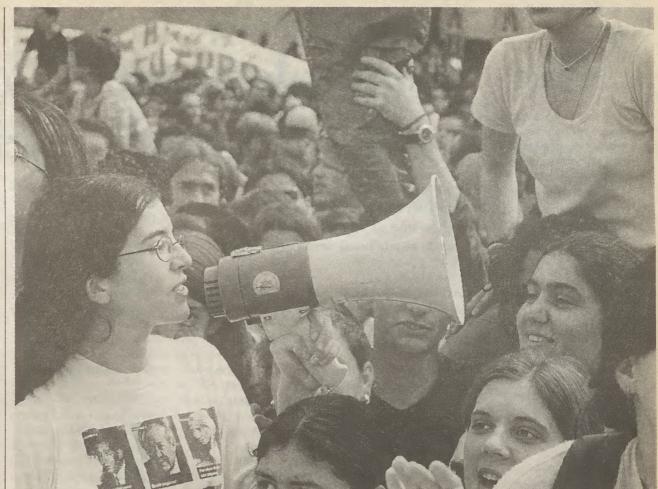
Nacional

Relembrou ainda, como se lê na nota de imprensa da autarquia de Évora, o trabalho «altamente frutuoso e benéfico» realizado em conjunto pelas duas

entidades.

O presidente da Câmara, Abílio Fernandes, por sua vez, preferiu recordar os momentos de grande participação popular na elaboração do Plano de Urbanização do Bairro - decorriam os anos da Revolução - e expressar o seu contentamento por notar que, passados tantos anos, os moradores do bairro - que permaneceu clandestino até ao 25 de Abril de 1974 - continuam a lutar pela melhoria da qualidade de vida.

Especialmente satisfeitos ficaram a presidente da direcção da ARISA e o presidente do Grupo Desportivo, pelas obras no parque infantil.



O reforço do movimento associativo esteve na base das grandes manifestações de estudantes de 11 de Maio

PCP organiza fórum de discussão

Participação Juvenil Construção na Democracia

Esta iniciativa, da Comissão junto do Comité Central para o Trabalho de Juventude, é a primeira do género organizada pelo PCP e contará com a presença do secretário-geral do Partido, Carlos Carvalhas.

Para este encontro, que terá lugar no dia 28, às 10 horas, no Ginásio da Junta de Freguesia de S. Domingos de Benfica, foram convidados representantes de áreas tão diversas como o associativismo estudantil e juvenil, o poder local, o trabalho, a psicologia, as artes ou a cultura, para que, assim, surja espelhado neste fórum o maior número de experiências e de conhecimentos possível. Entre os convidados contam-se estruturas como associações de estudantes, outras associações (como por exemplo Pioneiros de Portugal, Juventude Operária Católica, Escuteiros), grupos cénicos, a Interjovem, o MDM e diversas personalidades ligadas ao desporto, à cultura e à política.

A JCP de Lisboa tem vindo

a desenvolver, como o «Avan-

te!» já noticiou, uma série de

iniciativas relacionadas com

a habitação para jovens e com

os prédios devolutos existen-

tes na cidade - um grande

número de prédios abandona-

dos e à espera de cair para

que, no seu lugar, sejam

construídos outros, mais ren-

táveis para os senhorios (e

mais caros para quem neles

Englobada nesta campa-

nha, realizou-se uma iniciati-

quiser habitar).

O fórum terá subjacente dois tipos de preocupações a de conhecer a situação actual da participação juvenil em Portugal e a de relacionar a participação com as condições sociais, políticas e ideológicas em que se desenvolve, os valores que lhe estão associados e, também, perceber qual o contributo que o PCP pode dar e esperar desta participação. Assim, o debate será desenvolvido em dois painéis, que procurarão dar resposta a estes objectivos. O primeiro painel será sobre a Participação da Juventude, o movimento juvenil - construção na democracia e o segundo, o Valor da Participação, a participação por valores construção da democracia avançada.

Objectivos do fórum

A presença de jovens activistas associativos, estudantis e outros, oriundos de todos as partes do País, garantirá o cumprimento de um dos principais objectivos do fórum: «Reflexão e debate

sobre diferentes experiências e formas de participação juvenil». Isto permite que se troquem ideias sobre soluções, objectivos e práticas de participação e leva

a que, por este meio, os jovens activistas aprendam uns com os outros e melhorem a sua intervenção. Assim, mais do que o relato, o que se pretende são testemunhos de análise e de resultado de experiências de participação juvenil.

Outro dos objectivos, que se situa no campo da psicologia mas não dispensa o contributo dos jovens, prende-se com a análise dos efeitos desta participação na felicidade e realização dos activistas juvenis a compreensão dos estímulos que conduzem à participação e do grau de satisfação ou frustração são, também, de grande importância.

O aprofundamento da participação da juventude no pro-

jecto de democracia avançada que o PCP defende e a valorização das propostas do Partido para o reforço desta participação, são outras das preocupações subjacentes à organiza-

ção da iniciativa.

A presença

de jovens de todo

o País permite

a troca

de experiências

A larga experiência que o Partido – e a sua organização de juventude, a JCP - detém nesta área, é fundamental para o cumprimento destes objectivos, com a intervenção no debate de militantes comunistas que intervêm no movimento associativo juvenil e que, com a sua experiência, poderão contribuir decisivamente para o sucesso deste encontro.

Ambiente mais seguro

Com o objectivo de impedir «a transformação do concelho do Seixal e da própria Península de Setúbal numa grande lixeira nacional», foi recentemente criado o MDAS - Movimento para a Defesa do Ambiente no Seixal. Este movimento, criado por um grupo de cidadão daquele concelho, afirma existirem razões para se temer que se venha a por em risco «as magníficas condições ambientais de que ainda disfrutamos e que importa preservar», lê-se em nota de imprensa.

O recém-criado MDAS acusa o ministro José Sócrates de continuar a insistir na co-incineração no Parque Natural da Arrábida, por se ter batido pela instalação de uma Estação de Transferência de Resíduos Industriais no Barreiro e, depois desta intenção ter sido derrotada pelos barreirenses, de pretender colocá-la no Seixal, em terrenos da ex-Siderurgia Nacional.

«Vivemos num concelho onde reconhecemos sempre ter estado presente, por parte das autarquias, a preocupação de serem resolvidos os problemas de natureza ambiental», considera o MDAS, referindo que não será por acaso que «o Seixal se situa muito acima da média nacional, nomeadamente em matéria de recolha de lixos e de higiene pública». Apesar disto, num recado ao poder central, avisam que não deixarão de «estar atentos às opções que vierem a ser tomadas».

A nota de imprensa, em jeito de apresentação refere que o «MDAS foi criado para a participação activa na identificação e caracterização de problemas ambientais, do concelho e da região em que se insere, para a denúncia de práticas prejudiciais à qualidade de vida dos cidadãos e para a exigência de medidas correctivas por parte das autoridades competentes».

Tanta gente sem casa... va no passado dia 20, que constou do assinalar com faixas, os prédios devolutos na zona central de Lisboa e que teve como objectivo «alertar a população e todos os responsáveis por esta escandalosa especulação imobiliária, para uma outra realidade: a falta de habitação para jovens», como se lê na nota de imprensa da JCP.

A par desta iniciativa, realizaram-se já outras de que são exemplo os contactos desenvolvidos com a Secretaria de Estado da Habitação, a Câmara Municipal de Lisboa a EPUL e a Associação Lisbonense de Proprietários, onde se apresentaram propostas concretas de resolução deste problema.

A JCP, na reunião com a primeira entidade referida, propôs que o «Governo promova um programa de habitação económica para jovens até aos 30 anos, abrindo linhas de crédito próprias, que permita à Câmara Municipal de Lisboa actuar sobre

os prédios devolutos, recuperá-los e redimensioná-los de acordo com as nossas necessidades de habitação», defendem os jovens comunis-

Propõem ainda que o Governo crie «agravamentos fiscais, em sede de IRS, IRC e Contribuição Autárquica para todos aqueles que possuam prédios devolutos» e que «crie legislação obrigando os proprietários a declararem a situação de ocupação dos seus prédios».

Suíça referenda adesão à UE

Os suíços vão referendar no 1.º semestre do próximo ano uma proposta que preconiza o início imediato das negociações de adesão à União Europeia. A iniciativa partiu do «Novo Movimento Europeu Suíço» (NOMES), que recolheu mais do que as 100 mil assinaturas exigidas para ser votado. Para ganhar, a consulta deverá obter a dupla aprovação da maioria dos eleitores e dos cantões suíços, o que parece improvável, apesar de 67 por cento dos suíços terem aprovado, em Maio, sete acordos económicos sectoriais entre a Confederação e a UE. No entanto, estão ainda presentes os resultados do referendo de 1992 sobre adesão ao Espaço Económico Europeu, que obrigaram o governo helvético a recuar na intenção de aderir no futuro à União.

Le Pen perde mandato

O líder da extrema-direita francesa perdeu o seu mandato de eurodeputado depois de as autoridades francesas terem rejeitado o recurso que Le Pen tinha entreposto. Em causa estava a condenação do dirigente da Frente Nacional a um ano de inelegibilidade por agressão física à socialista Annette Pleulvast-Bergeal, durante a campanha eleitoral de 1997. O anúncio deste desfecho jurídico foi feito na segundafeira, logo no início da sessão pela presidente do Parlamento Europeu, Nicole Fontaine, que de imediato pediu ao deputado que abandonasse o plenário.

Transferências bancárias

O Parlamento Europeu deverá pronunciar-se hoje, quintafeira, sobre um relatório relativo às transferências transfronteiriças de pequenos montantes, que pretende reduzir de seis para três dias úteis o prazo máximo para a execução das ordens de pagamento entre os estadosmembros. Nos casos de transferências e de pagamentos com cartões de crédito, dentro da zona euro, as comissões cobradas não devem ser calculadas com base numa percentagem do montante transferido, uma vez que não existe qualquer risco de câmbio. Por outro lado, o relatório considera que o nível elevado das comissões cobradas sobre as transferências transfronteiriças mina a confiança do consumidor no euro, salientando a necessidade de haver um controlo sobre todas as decisões relativas à fixação das despesas bancárias.

Orçamento comunitário

Esquerda Europeia avança com moção de rejeição

O Grupo Confederal Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica, que integra os eurodeputados do PCP, decidiu apresentar uma moção de rejeição ao orçamento comunitário 2001.

A iniciativa agitou as águas na sessão plenária desta semana em Estrasburgo, contrastando com a passividade demonstrada pela maioria dos grupos relativamente à primeira leitura da proposta

do Conselho de orientações e estratégias orçamentais para 2001, na qual o PE não introduziu qualquer alteração significativa.

Para os deputados do PCP o principal problema reside no facto de o Conselho propor uma verba que representa apenas 1,05 por cento do Produto Nacional Bruto comunitário, ou seja, em termos relativos, o orgamento

mais baixo da última década.

Deste modo, os Estados-

-membros tentam aliviar as

respectivas contribuições

nacionais para cumprirem o

pacto de estabilidade mone-

tária. Esta política restritiva

atinge em particular a cha-

mada categoria 4 do Orça-

mento, relativa às acções

exteriores, o que contraria

resoluções anteriores do Par-

lamento, o parecer da Comis-

Externos, bem como a

recente declaração da presi-

dente do PE, Nicole Fontai-

ne, à cimeira informal de

Dirigindo-se aos chefes de

Estado e de Governo dos

Quinze, Fontaine sublinhou

«serem necessárias decisões

excepcionais em circunstân-

cias excepcionais e que, se

são dos Assuntos

Biarritz.

nas contribuições

Poupar

por tal razão, não for suficiente deslocar o dominó da ajuda, retirando um pouco a uns quando necessário para ajudar os outros, se torna necessário encetar mais resolutamente uma revisão das

Os cortes

de verbas

atingem

perspectivas financeiras no dominó
das acções externas».

O Grupo da

o PE não introduziu qualquer alteração as políticas sociais significativa.
Para os deputados do PCP o principal problema

O Grupo da Esquerda Unitária chama a atenção para que os novos compromissos assumidos pelo

Conselho em diferentes cimeiras, considerando que estes deverão ser cobertos por recursos financeiros necessários.

A resolução considera que a UE tem particulares responsabilidades e um compromisso político para com os Balcãs Ocidentais em matéria de reconstrução na Sérvia e do Kosovo. Acresce o compromisso de reforçar a parceria com a área mediterrânica e a cooperação com todo o hemisfério sul, nomeadamente com a Ásia, a América Latina e a África.

Sérvia sem dotação

No entanto, o projecto de orçamento inclui propostas de redução de 200 milhões de euros (cerca de 40 milhões de contos) nos Balcãs, 150 milhões de euros no Mediterrâneo, e 20 milhões de euros para a Rússia e a Ásia Central. A Comissão e Conselho não prevêem quaisquer dotações para ajudar a Sérvia e reduzem as verbas para o Kosovo.

Com uma escassez de cerca de 400 milhões de euros (cerca de 80 milhões de contos) nas actuais dotações para as acções externas, a única forma de corresponder às obrigações já assumidas quanto à reconstrução das infra-estruturas, destruídas pela agressão da NATO à Jugoslávia, será através da transferência de verbas de outras áreas, nomeadamente no âmbito da cooperação.

Mas os cortes atingem também na chamada categoria 3, relativa às acções internas, onde se verificam umas reafectações de verbas no que diz respeito à iniciativa para o emprego (menos 66 milhões de euros), as redes transeuropeias (menos 23 milhões de euros), para além de outras áreas como o ambiente, os meios audiovisuais, a cultura e outras *medias* sociais.

A moção de rejeição acusa ainda o Conselho de se recusar a negociar com o Parlamento Europeu uma revisão das perspectivas financeiras par a totalidade do período, preferindo resolver a questão em debates anuais em vez de ter uma abordagem plurianual das necessidades.

Governo defende fusões

O secretário de Estado das Pescas, José Apolinário, afirmou que as fusões na indústria conserveira «são indispensáveis» para garantir a existência das unidades industriais, dando os exemplos de Matosinhos, Póvoa do Varzim e Vila do Conde.

Em declarações prestadas à Agência Lusa, na segunda-feira, o governante considerou que o objectivo estratégico é «consolidar o que temos, apostando na promoção das marcas, e encontrar formas de competir num mercado cada vez mais global».

A indústria das conservas e semi-conservas de peixe, com 50 por cento da produção destinada a exportação, passou de 54 empresas, no início da década de 90, para as actuais 30 unidades, as quais empregam três mil pessoas e são responsáveis por uma produção entre 48 e 50 mil toneladas por ano, valor que depende da pesca da sardinha e de atum, correspondendo a um valor entre 17 e 18 milhões de contos.

No Plano Operacional para as Pescas, para implementação entre 2000 e 2006, a medida Transformação e Comercialização destinada à indústria, prevê ajudas de 6,4 milhões de contos, na sua maioria (cinco milhões de contos) de origem comunitária. O apoio corresponde a investimentos totais de 14,3 milhões de contos e tem como objectivo reforçar e fortalecer o tecido económico e a sua capacidade concorrencial.

CITIZEN Nº: 6288738 * NO HOUSE * NO JOB * NO MONEY I WANT MY RIGHTS

O pleno emprego e o combate à pobreza e exclusão social na Europa continuam a não passar de bonitas declarações para as cimeiras

Agenda social precisa de resultados concretos

Os cidadãos europeus querem mais do que «simples enunciados de compromissos vagos»; precisam de «instrumentos vinculativos e de decisões que permitam efectivamente melhorar a qualidade de vida e de trabalho», afirmou a deputada comunista Ilda Figueiredo no debate do relatório de Anne Van Lancker, sobre a nova agenda social europeia.

Ilda Figueiredo exigiu que «o Conselho avance com as diversas propostas concretas que mantém pendentes há vários anos e que não continue a adiar decisões essenciais relativas ao reforço dos

direitos das trabalhadores grávidas e lactantes, dos direitos colectivos e individuais, incluindo do direito à informação, consulta e participação dos trabalhadores, designadamente no quadro do estatuto da sociedade europeia e do conselho de empresa europeu, para assegurar os direitos e impedir os despedimentos que as sucessivas fusões e deslocalizações estão a provocar em vários países da Europa».

Na sua breve intervenção

Na sua breve intervenção, a deputada do PCP reconheceu que «o diálogo social é importante», tal como se refere no relatório, mas terá de se traduzir em acções concretas. Para isso, a Comissão Europeia e o Conselho devem alterar «as políticas macroeconómicas e o pacto de estabilidade para garantir credibilidade à luta contra a pobreza e a exclusão social e à defesa de um emprego de qualidade, com salários dignos e reformas que dignifiquem a vida das pessoas».

Declarações e prática

Intervindo ainda a propósito de um outro documento sobre as orientações para as políticas de emprego, Ilda Figueiredo salientou a importância de o pleno emprego ser apontado como um objectivo prioritário da Europa. No entanto, também nesta área, não se pode ficar por declarações vagas, sendo necessário verdadeiras alterações de políticas económicas e sociais.

Neste sentido criticou o aumento para os 18 anos do limite de idade de escolarização ou formação obrigatória, em vez de se tomarem medidas para «garantir um acesso à educação de qualidade e à formação orientada a todos os jovens, dando especial atenção à famílias de menores recursos».

Comissão estuda clonagem

O Parlamento Europeu vai criar uma comissão temporária para estudar os aspectos éticos e legais da clonagem de embriões humanos e se devem ser impostas restrições às experiências europeias neste domínio.

Os trabalhos iniciar-se-ão em

Janeiro próximo e têm uma duração prevista de 12 meses, envolvendo 36 deputados de todos os grupos políticos que vão elaborar um inventário sobre os novos desenvolvimentos no campo da genética humana que servirá de base para uma posição oficial do PE. Esta decisão surge depois de, em 7 de Setembro, os eurodeputados se terem dividido sobre a clonagem para fins terapêuticos, tendo no entanto aprovado por uma diferença de apenas sete votos uma resolução favorável àquele objectivo. O assunto está também a ser objecto de discussão no âmbito da Comissão Europeia, que aguarda as conclusões do Grupo Europeu de Ética

(constituído por 12 cientistas).

Frutas e hortícolas

Reduzir despesas

As alterações que a Comissão Europeia pretende introduzir na Organização Comum de Mercado de frutas e hortícolas são duramente criticadas num relatório apresentado no PE.

O relator, o espanhol Salvador Jové Peres, que integra o Grupo da Esquerda Unitária, lembra que na União cerca de 1,8 milhões de famílias dedicam-se à produção de frutos e produtos hortícolas, sector que representa 12,5 por cento do emprego agrícola. No entanto, e apesar de representar cerca de 16 por cento da produção agrícola, o sector apenas recebe 3,8% do orçamento proposto pelo FEOGA (Fundo Europeu de Garantia Agrícola). Em contrapartida, as culturas arvenses recebem 41 por cento, ou seja, 10 vezes mais fundos comunitários, apesar de terem um nível de trabalho muito infe-

Contudo, para além de ignorar que a OCM dos frutos e produtos hortícolas dispõe de um orçamento muito inferior à sua importância como actividade económica e de criação de emprego, a proposta da Comissão, longe de

corrigir os problemas da actual OCM, visa a introdução de restrições suplementares ao apoio recebido pelos produtores, a fim de reduzir as despesas.

Produtores esquecidos

Em sua opinião, não se pode melhorar a eficácia de uma OCM tendo como único objectivo reduzir as despesas: a OCM dos frutos e produtos hortícolas exige, pelo menos, que se utilizem de um modo eficaz as dotações postas à sua disposição nas perspectivas financeiras da Agenda 2000. Ora, a proposta afasta-se ainda mais das disponibilidades orçamentais fixadas referido pacote financeiro, seguindo de resto a tendência verificada últimos anos, em que foram fixadas dotações inferiores à

Tanto mais que os produ-

tores do sector enfrentam grandes dificuldades de mercado criadas pelo progressivo enfraquecimento da preferência comunitária resultante das concessões efectuadas nos acordos internacionais e do crescente aumento dos custos de produção.

A proposta ignora ainda que o escasso desenvolvimento das organizações de produtores torna necessário estimular a sua criação, já que elas constituem o principal instrumento da OCM. Por outro lado, importa reintroduzir o instrumento das compras públicas após a declaração de crise grave. Este instrumento foi suprimido na reforma de 1996, mas é necessário para fazer face a perturbações graves nos mercados. Finalmente, o relator considera fundamental ajustar os limiares de transformação à realidade da produção comunitária e às possibilidades da procura, com nível de ajudas equivalente à média dos últimos anos e introduzir outras melhorias na actual regulamentação aplicável aos frutos e produtos hortícolas.

Reformas sem consenso

As reformas propostas pela Comissão Europeia para os sectores das frutas e legumes e arroz foram o tema em agenda no conselho de Ministros da Agricultura, reunido segunda e terça-feira.

Portugal contesta em particular as novas regras para a produção do tomate, sendo as ajudas previstas para os produtores o ponto mais sensível. É que Bruxelas pretende acabar com o preço mínimo, fixando um valor único considerado demasiado baixo e que já provocou as críticas dos produtores e agricultores portugueses.

As alterações à OCM do arroz é outro dos pontos cujo consenso está longe de ser alcançado. Também aqui o objectivo é a supressão do regime de intervenção, uma ajuda concedida aos produtores e agricultores, sem a apresentação de uma alternativa compensatória.

Prioridade à concorrência

O 29.º relatório sobre a política de concorrência, aprovado na terça-feira pelo PE, insere-se na orientação neoliberal da Comissão Europeia, que dá primazia absoluta à «análise económica», colocando em segundo plano os aspectos sociais.

O voto contra dos deputados do PCP foi explicado por Joaquim Miranda que condenou processos de privatização de empresa públicas, acusadas de serem monopolistas para no seu lugar surgirem autênticos monopólios privados. Isto passando por cima de «direitos fundamentais dos trabalhadores», «pondo em causa serviços públicos essenciais à melhoria da qualidade de vida da população, como tem acontecido em Portugal», afirmou.

Joaquim Miranda criticou o documento por nele «a óptica social estar completamente ausente, chegando mesmo a relatora a afirmar que "ao examinar se uma determinada conduta restringe a concorrência, se deveria pôr a tónica no prejuízo causado à concorrência e não aos concorrentes"», citou.

O relatório apresentado pela deputada Karim Jorgensen defende a concentração de empresas, incluindo as de grandes dimensões com o argumento da competitividade internacional. Quanto ao despedimentos, habituais nestes processos, nem uma palavra... tudo em nome da eficiência.

Estratégia para a igualdade

A Comissão Europeia apresentou o programa relativo à estratégia-quadro para a igualdade entre homens e mulheres (2001-2005) que pretende aumentar o acesso e a participação das as organizações não governamentais. Salientando as altera-

ções relativamente ao anterior programa, Ilda Figueire-do considerou que para atingir o objectivo proposto «é necessário que se fomente essa participação efectiva não apenas a nível comunitário, mas também nos estados-membros».

O programa realça que uma verdadeira democracia pressupõe que todos os cidadãos – homens e mulheres – participem e estejam interessados em igual medida na vida económica, nos lugares de decisão e na vida social, cultural e civil.

Comunistas rejeitam orçamento comunitário

Parlamento
Europeu vota hoje
mesmo (quinta-feira), em primeira leitura, o
Orçamento da União Europeia para
2001.

Os deputados do PCP e, bem assim, os restantes deputados do Grupo Confederal da Esquerda Unitária Europeia/Esquerda Verde Nórdica não só o votarão negativamente como, pela primeira vez, depositaram uma moção de rejeição do mesmo.

E assim fizeram por considerarem estar perante um mau projecto, em geral decorrente de um quadro restritivo que resulta das perspectivas financeiras adoptadas na cimeira de Berlim — em si mesmas concordantes com as

compromissos e objectivos anteriores (nomeadamente no contexto da cooperação com os países de menor desenvolvimento), para fazer face a prioridades entretanto assumidas, nomeadamente na sequência da guerra imposta à Jugoslávia. Os deputados do PCP que têm seguido com particular atenção as questões orçamentais comunitárias - e em especial as suas incidências para o país - sempre afirmaram que o quadro financeiro decorrente da Agenda 2000 não se coaduna com a evolução previsível para a União Europeia, nomeadamente tendo em conta o possível alargamento. E têm repetido que novos objectivos devem implicar novos meios financeiros e não o sacrifício de



normas extremamente condicionadoras do Pacto de Estabilidade — e, em particular, neste ano, determinado pela linha especialmente limitadora que o Conselho entendeu seguir e que o conduziu a apresentar uma proposta que não vai além de 1,05% do PNB comunitário, a mais baixa de sempre nos últimos tempos e bastante abaixo daquela que seria possível, mesmo no quadro antes referido.

Prioridades sociais sem resposta

De tal forma exígua que deixa sem resposta prioridades permanentemente anunciadas, nomeadamente no campo social – quem não se lembra, por exemplo, da cimeira de Lisboa ... – e implica o sacrifício de

E daí que, sistematicamente, tenham vindo a propor a revisão das perspectivas financeiras comunitárias. Não aceitam, por exemplo e como agora acontece, que o financiamento das despesas de reconstrução a levar a cabo nos Balcãs ocorra em prejuízo de políticas e projectos de cooperação com países do Terceiro Mundo, em especial da Asia e da América Latina. A não anuência a estes princípios por parte do Conselho - que este ano se ultrapassou mesmo em matéria de contenção - e também, desta vez, o próprio baixar de braços da maioria dos deputados da Comissão dos Orçamentos do Parlamento Europeu - a qual, no essencial, não parece disposta a reagir e antes se mostra disposta a acatar já em sede de primeira leitura um tal projecto - determinaram os deputados comunistas a não só se demarcarem de tal atitude passiva como a apresentarem a moção de rejeição a que antes se aludiu.

Despedimentos na Michelin

A firma francesa Michelin vai despedir 950 trabalhadores da sua fábrica de Stoke-on-Trent, situada no centro de Inglaterra, até meados do próximo ano. A medida, anunciada a semana passada, foi justificada com a quebra de lucros e a necessidade de concentrar a produção num menor número de fábricas na Europa. Segundo a empresa, os resultados do primeiro semestre deste ano saldaram--se por uma descida de 9,4 por cento dos lucros. O sindicato britânico dos transportes considerou que esta medida terá uma efeito «devastador» na região. Nos últimos meses, várias empresas do sector automóvel instaladas no Reino Unido procederam a cortes drásticos nos postos de trabalho ou fecharam as portas, como o caso da Rover, a pretexto da falta de competitividade provocada pelo elevado valor da libra inglesa.

Crise nas Filipinas

O presidente filipino Joseph Estrada enfrenta uma acção de impeachment, formalizada a semana passada por um grupo de parlamentares da oposição, por alegadas ligações aos «barões» de uma lotaria ilegal chamada juenteng. Esta medida foi tomada depois de um governador de província, ex-aliado do presidente, ter denunciado que o chefe de Estado recebeu o equivalente a 8,7 milhões de dólares de subornos dos operadores do iogo.

Estrada nega qualquer envolvimento com o jogo clandestino, dizendo-se vítima de uma campanha para o afastar do poder. Segundo estipula o Congresso filipino, o processo de impeachment deve ser aprovado por um terço dos 218 membros da câmara baixa (onde a coligação que apoia Estrada conta com 82 por cento dos votos) que, em seguida, o envia ao Senado. Neste órgão, o presidente conta com uma frágil aliança, mas não está excluída a possibilidade de uma aliança em torno de Estrada de forma a evitar uma crise política no país.

Clandestinos

Seis imigrantes ilegais, que terão morrido sufocados num camião, foram encontrados a semana passada à beira de uma estrada no sul da Itália. De acordo com a polícia italiana, as vítimas, todas do sexo masculino, eram de origem curda. Quase em simultâneo, na Grécia, foi preso um camionista que transportava 61 asiáticos ao tentar atravessar a fronteira para a Itália.

Desde o início do ano, as autoridades gregas prenderam cerca de 3 mil imigrantes e 118 contrabandistas, e apresaram 118 embarcações. A maioria destes clandestinos é proveniente da Albânia, Turquia, Iraque e Sri Lanka.

Os soldados israelitas têm ordem para disparar contra qualquer palestiniano armado, civil ou militar

Ordem para matar

Depois de ter suspendido o «processo de paz», Israel oficializa a ordem para matar. O número de mortos palestinianos ascende já a cerca de centena e meia.

A ordem foi dada no início da semana, alegadamente em resposta à nova «onda de violência» na Cisjordânia e em Gaza: protestos de palestinianos armados de pedras, reprimidos a obuses e «rockets» pelas tropas israelitas. O saldo foi de três mortos e mais de trinta feridos. Na versão de Israel, esta era a aplicação suave do uso da força, substituída agora (?!) pela ordem de atirar.

«Não tencionamos fazer um massacre», disse o coronel Noam Tivón, um dos responsáveis militares na Cisjordânia, como se até ao momento o número de vítimas fosse irrelevante. O que vai acontecer, garante, é a «intensificação» da «resposta aos palestinianos» em todos os lugares.

O anúncio da escalada repressiva segue-se à decisão de Ehud Barak de suspender a implementação do débil reatar do processo de paz, numa manifestação de desagrado face à tomada de posição da cimeira árabe no último fim-de-

-semana, no Egipto. No documento final do encontro, Israel é responsabilizado pela violência das últimas semanas, pede-se a

in vestigação internacional dos crimes de guerra cometidos pelos soldados israelitas, e apela-se à presença de tropas da ONU na Cisio

pas da ONU na Cisjordânia de forma a evitar novos confrontos. O documento admite ainda a possibilidade de as nações árabes virem a cortar relações com Israel, em repúdio pelos actos «bárbaros» cometidos, embora esta decisão seja deixada ao critério de cada Estado.

Tempo de morte

s últi- A reacção de Israel não -se a se fez esperar: «À luz dos resultados [da Ariel Sharon, cimeira] temos

Ariel Sharon,
do Likud, exige
o fim dos acordos
de Camp David

resultados [da
cimeira] temos
que declarar um
"tempo morto", o
que significa uma
reavaliação do
processo diplo-

mático, face aos acontecimentos das últimas semanas», disse Barak. Em rigor, o que Barak anunciou foi a continuação do "tempo de morte". Ainda no domingo, na Faixa de Gaza, uma criança palestiniana, de 12 anos, foi morta com um tiro na cabeça.

Entretanto, em Israel, a situação está longe de ser pacífica. O chamado «governo de unidade nacional» continua sem reunir consenso. Ariel Sharon, do Likud, exige tornar-se na segunda figura do futuro governo, ficar com seis ministérios, ter direito de veto sobre as decisões governamentais e o congelamento definitivo dos acordos de Camp David entre israelitas e palestinianos. Exigências «exorbitantes», dizem os trabalhistas. Mas o que estará Barak disposto a fazer para se manter no governo, se nem o genocídio do povo palestiniano o consegue

«Esta não é a nossa guerra»

Noam Kuzar, de 19 anos, membro de uma unidade de elite do Exército, foi recentemente condenado a 29 dias de prisão. E porquê? Porque se recusou a participar numa missão nos territórios árabes ocupados para protecção de um colonato judeu.

Considerando que a zona da missão, sendo palestiniana, não faz parte do seu país, Kuzar negou-se a acompanhar o grupo que tinha como ordem expressa «primeiro, disparar; depois, perguntar». Perante os superiores que o julgaram, Kuzar foi claro: «Esta não é a minha guerra. Os territórios autónomos não são o meu país; aquilo é a Palestina.»

Sem direito a defesa e a recurso, o jovem soldado foi para a prisão.

O caso e as palavras de Kuzar, silenciados pela imprensa israelita, tornaram-se numa bandeira do movimento pacifista israelita que leva a cabo uma campanha de desobediência entre os jovens recrutas.

«Esta não é a tua guerra» tornou-se numa palavra de ordem reproduzida em milhares de panfletos que à revelia das autoridades militares chegaram às mãos dos soldados, tanto em Israel como nos territórios ocupados. Trata-se de uma campanha que preocupa os comandos militares, receosos de que o exemplo de Kuzar possa reproduzir-se. O caso é considerado particularmente grave porque Kuzar não é um

mero recruta, mas sim um elemento altamente qualificado que, pela sua preparação e competência, tinha sido colocado numa importante unidade de combate.

O destino do jovem para os próximos 30 meses está já traçado: cumprida a pena de prisão não voltará ao seu batalhão, antes será colocado num qualquer lugar longe do teatro das operações até acabar o tempo obrigatório do serviço militar. As suas actividades serão certamente vigiadas, mas quem poderá vigiar o seu exemplo?

Noam Kuzar não está sozinho. O fenómeno da insubmissão abrange já mais de seis por cento dos jovens em idade militar, dado particularmente significativo tendo em conta que Israel é uma sociedade particularmente militarizada. Tão-pouco em termos familiares Kuzar é um caso isolado. Filho de Ron Kuzar, um catedrático da Universidade de Haifa, o jovem conta com a solidariedade da família, que se orgulha da sua tomada de posição. Nem outra coisa seria de se esperar: há 28 anos, o soldado Ron Kuzar recusou-se a integrar um destacamento militar que deveria participar na invasão do Líbano, sofrendo durante muito tempo as consequências do seu acto de consciência.

A semente germinou. E continua a ger-

Basta de tortura

Espancamentos selvagens e frequentes na França e nos Estados Unidos, estupros e choques eléctricos na Índia, mutilações na Colômbia, amputações e agressões generalizadas na Arábia Saudita e no Quénia, apedrejamentos no Irão, execuções sumárias no Afeganistão... Este o panorama que se regista em mais de 150 países, onde a tortura continua a ser uma prática comum, apesar das reiteradas profissões de fé na democracia feitas pelos respectivos governantes.

A denúncia consta do relatório divulgado dia 18 em Londres pela Amnistia Internacional (AI), segundo o qual as vítimas são os prisioneiros políticos, os pobres, as minorias, os imigrantes, os criminosos comuns e os suspeitos de crimes

«As pessoas são agredidas com socos, bastões, coronhadas, chicotes, barras de ferro, bastões de beisebol, cabos eléctricos», afirma o relatório, cujos resultados se baseiam em três anos de pesquisas e levantamentos de dados.

De acordo com a AI, «outros métodos [de tortura] incluem a submersão na água, queimaduras com cigarros e o arrastamento de vítimas amarradas à traseira de um carro»

«As vítimas sofrem escoriações, hemorragias internas, fracturas ósseas, perda de dentes, rupturas em órgãos e algumas morrem», refere o documento, que aponta ainda «o estupro e o abuso sexual de prisioneiros» como práticas amplamente praticadas.

Solidariedade com Cuba

Convocado por 72 organizações representando todos os sectores da sociedade cubana, realiza-se de 10 a 14 de Novembro, em Havana, o II Encontro Mundial de Solidariedade com Cuba. Prevê-se que participem no Encontro mais de 4000 pessoas integrando delegações de 115 países — número de presenças consideravelmente superior ao verificado no I Encontro, realizado em 1994.

Na sessão de abertura do Encontro – que ocorrerá no Teatro Karl Marx – intervirão o Ministro da Economia, Carlos Lage, (A situação económica em Cuba) e Ricardo

Alarcón, Presidente da Assembleia Nacional Popular (A democracia e os direitos humanos em Cuba), a que se seguirão intervenções das delegações estrangeiras. A sessão do dia 11 iniciar-se-á com uma intervenção do Ministro das Relações Exteriores, Perez Roque, que falará sobre a política externa cubana e as relações com os EUA, após o que as Comissões reunirão no Palácio das Convenções. Nos terceiro e quarto dias os participantes no Encontro terão oportunidade de assistir a uma Gala Cultural e de se encontrarem com diversas organizações de massas cubanas. O Encontro

encerrará no dia 14 com a aprovação da Declaração Final.

Falando sobre a importância desta iniciativa, o presidente do ICAP, Sérgio Corrieri, sublinhou a sua representatividade e o facto de os participantes serem «amigos anónimos, pessoas que não são personalidades mas do sacrifício das quais depende a importante tarefa de manter viva e activa a solidariedade com Cuba».

Portugal estará representado no II Encontro por uma delegação de mais de 20 pessoas organizada pela Associação de Amizade Portugal--Cuba.

Contra a impunidade

O estudo chegou também à conclusão de que «qualquer um e em qualquer lugar pode ser vítima de tortura, independentemente de idade, sexo, etnia ou orientação política».

Este quadro verdadeiramente sombrio levou a AI a lançar uma campanha designada «Basta de tortura», visando sensibilizar os governos e a opinião pública internacional para que se ponha termo a estes atentados aos direitos humanos tolerados pelos Estados.

«Todos devem fazer algum esforço para acabar com essa prática», disse Virginia Shoppee, da Amnistia Internacional, em declarações à CNN. «Obviamente, os governos tendem a negar esses actos, mas o principal ponto da campanha é prevenir para que a tortura não aconteça», sublinhou.

Por outro lado, a luta contra a tortura deve ser também «a luta contra a impunidade», afirmou a propósito Andrés Karakenberger Larsson, presidente da secção espanhola da AI, em artigo publicado no El País na passada quinta-feira.

«Na Amnistia Internacional» - refere Larsson - «sabemos que todos os esforços servirão de pouco se os responsáveis por ordenar ou praticar torturas não responderem perante a justiça. Acabar com a tortura deve ser uma prioridade para os cidadãos, para os governos e para a comunidade internacional e uma oportunidade para demonstrar ao mundo e a nós próprios que a barbárie da tortura não nos deixa indiferentes, nem mudos, nem quietos.»



Bloqueio a Cuba

A grande burla

Afinal, as recentes medidas tomadas pelos EUA em relação a Cuba agravam ou não o bloqueio que há quatro décadas é imposto a um povo pela maior potência mundial?

A política

norte-americana

em relação a

Cuba fracassou

A resposta a esta questão foi dada nas ruas de Havana por 800 000 cubanos que apesar de todas as dificuldades conti-

nuam a afirmar a sua dignidade e a enfrentar o gigante norte-americano.

As causas do protesto e da indignação têm sido esca-

moteadas e deturpadas pelos mais diversos órgãos de comunicação, mas uma breve resenha dos factos mais relevantes, divulgada pela Embaixada de Cuba, demonstra sem margem para dúvidas que a alegada «flexibilização» do bloqueio não passa de uma mistificação. Como se pode verificar pelos dados que a seguir se divulgam, as medidas agora tomadas por Washington não só agravam o bloqueio como dificultam ainda mais as relações entre os dois países, designadamente ao entregarem parte dos fundos cubanos congelados nos EUA às organizações contra-revolucionárias cubanas sediadas em Miami.

1 - Há oito anos consecutivos que a Assembleia Geral da ONU adopta resoluções sobre a «Necessidade de pôr fim ao bloqueio económico, comercial e financeiro imposto pelos Estados Unidos contra Cuba». No ano passado, votaram a favor do fim do bloqueio 155 Estados membros, dois contra (incluindo os EUA) e oito abstiveram-se.

2 - O governo norte-americano continua a aplicar a sua política de estrangulamento económico e financeiro contra Cuba. Quase a terminar o mandato do Congresso foram aprovados dois projectos de lei que agravam as sanções contra Cuba, sendo que um deles foi curiosamente apresentado como uma «flexibilização» do

3 – O governo dos EUA não deu, nem pode dar garantias a nenhum país de que limitará a aplicação das cláusulas extraterritoriais da lei Helms-Burton laplicação de sanções a países que violem o bloqueio norte--americano], pois essa faculdade pertence ao Congresso, o qual já deixou claro que não procederá a nenhuma modifi-

4 - Nos dois últimos anos foi apresentado um importante conjunto de emendas positivas no sentido de favorecer a

venda de medicamentos e alimentos a Cuba, e de liberalizar as viagens dos EUA para Cuba. Apesar de terem recebido um amplo

apoio em ambas as Câmaras do Congresso, essas propostas não foram integradas na versão final dos projectos de lei devido à obstrução dos sectores anticubanos e dos responsáveis do Partido Republicano. O processo utilizado foi a introdução de modificações arbitrárias e emendas em projectos de lei vitais para sectores com enorme peso nos EUA, aos quais ninguém, ou só muitos poucos legisladores, se podia opor. Uma dessas emendas entrega o controlo dos fundos congelados a Cuba a grupos terroristas anticuba-

5 – No passado dia 20 de Julho a Câmara dos Representantes aprovou por 301 votos a favor uma emenda ao projecto de Lei de Atribuições do Tesouro, Serviço Postal e Institucional Governamentais, do congressista republicano James Morán, que proibia o uso de fundos desse Departamento para aplicar qualquer sanção imposta pelos EUA às vendas comerciais privadas de medicamentos, alimentos e produtos agrícolas. Outra emenda ao mesmo projecto de lei, do representante republicano Mark Sanford, aprovada com 232 votos a favor, proibia o uso de fundos do Departamento do Tesouro para aplicar aos norte-americanos a proibição de viajar e fazer gastos em Cuba. No entanto, através de diversas manobras, estas emendas não foram consideradas quando o projecto de Lei de Atribuições do Tesouro foi levado ao Comité de Conferências das duas Câmaras.

6 - A 20 de Julho, pelo segundo ano consecutivo, o Senado aprovou com 79 votos a favor a emenda dos senadores Byron Dorgan e John Ascheroft, no sentido de eliminar as sanções unilaterais respeitantes a medicamentos e alimentos como parte do projecto de Lei das Atribuições da Agricultura, mas, violando o processo legislativo, a emenda foi eliminada da versão final do projecto de lei.

7 - Finalmente, a 11 de Outubro, a Câmara dos Representantes aprovou uma proposta «autorizando» supostamente a venda de alimentos e medicamentos a Cuba, mas com tais obstáculos e travões que na prática a tornam impossível, e endurecem ainda mais o bloqueio ao converter em Lei a proibição das viagens de norte-americanos a Cuba, o que até agora era uma faculdade do presidente.

8 - Em Abril de 1999 o governo dos EUA anunciou a exclusão de medicamentos e alimentos, por razões humanitárias, das sanções unilaterais que aplica a um determinado número de países, mas essa modificação não se aplicou a Cuba.

9 - O governo dos EUA utiliza como um dos pretextos para justificar a política de bloqueio contra Cuba a nacionalização de propriedades norte-americanas em Cuba nos anos 60, apesar dessas nacionalizações terem sido realizadas em conformidade com o Direito e estabelecendo mecanismo para uma devida compensação aos proprietários, como reconheceu o próprio Supremo Tribunal dos EUA. No entanto, os EUA optaram pelo bloqueio em vez da negociação e recusaram a via do pagamento estabelecida na legislação cubana. Cuba continua na disposição de negociar com os EUA todos os problemas bilaterais pendentes, incluindo as referidas compensações.

10 – O sentimento de que a política norte-americana em relação a Cuba fracassou e deve mudar é cada vez mais generalizado, quer entre a opinião pública quer entre os próprios membros do Senado e da Câmara dos Representantes. Nos últimos 15 meses, inequívocas votações em ambas as Câmaras do Congresso demonstram que a maioria dos seus membros votou de uma forma ou de outra a favor da venda de medicamentos e alimentos a Cuba, o que implica a ideia expressa ou tácita de eliminar o bloqueio económico. E no entanto o bloqueio continua.

«Red Ken» Manoel de Lencastre não brinca em serviço

o primeiro «mayor» de Londres popular e retumbantemente eleito, sabe mais, afinal, do que os seus muitos inimigos imaginam. Estes, após a posse do novo «leader» da grande metrópole, estavam à espera de uma terrível vingança vermelha, de um banho de sangue político. «Red Ken» inauguraria o seu mandato convidando o IRA para chá e torradas, atacaria o primeiro-ministro, Blair, que o expulsou do Partido Trabalhista, em todos os quadrantes, mostraria desdém pela rainha e pela monarquia, planearia o fim do capitalismo para poder fazer tremular a bandeira leninista na Câmara dos Comuns, no Palácio de Buckingham e na própria Catedral de São Paulo.

en Livingstone,

Mas o «mayor» não fez nada do que esperavam aqueles que pretendiam destruí-lo rapidamente. Começou, simplesmente, a governar a grande cidade metropolitana e, numa demonstração de maturidade, ofereceu lugares na administração local a alguns dos seus próprios adversários. Apertou a mão à rainha. E por que não? Ken, no fim de contas, sabe que o povo da cidade de Charles Dickens o julgará por um só aspecto da sua política autárquica - o dos transportes.

Mandou cancelar a utilização de automóveis oficiais aos directores das empresas de transportes londrinas, dizendo-lhes: «Apanhem o autocarro! Vão de Metro!» Não teve problemas em recrutar o homem que supervisou o ressurgimento do Metro de New York, Robert Kiley, a quem pagará 2 milhões de libras por 4 anos de trabalho para estudar e pôr em prática planos para a modernização do velho «Tube» londrino e vitoriano. «Red Ken» prometeu ao povo de Londres um Metro mais limpo, mais eficiente, sem tabaco, mais seguro, sem esconderijos protectores de actividades um Metro de multidões indiferentes, apressadas,

criminosas. A capital britânica, enfim, possuirá um metropolitano digno de cidadãos e cidadãs, não desesperadas com os problemas letais que o capitalismo oferece, de gente parecida com turbas de fronteira, povo sem amor por aquilo que também lhe pertence. Os primeiros protestos surgiram dos grupos que se pretendem defensores dos direitos dos animais. Ken, evidentemente, deseja acabar com os «pombinhos» de Trafalgar Square. O seu plano consiste em fazer regenerar a histórica praça onde a estátua de Nelson aponta aos ingleses famosas vitórias navais. Mas estima-se que vegetem em Trafalgar Square mais de

40 000 ratos. O «mayor»,

naturalmente, deseja limpar e

civilizar o enorme espaço que

orgulha todos os que amam Londres. Mas não vai acabar com os ratos deixando que lá fiquem os «pombinhos», eternos portadores de doenças e vírus de todas as espécies. Trafalgar Square, queiram ou não os «amigos» dos animais, voltará a ser o lugar de Nelson, o mais implacável mas o mais genial de todos os almirantes do Império. Para director dos serviços de táxis, de autocarros e da navegação no Tamisa, Ken convidou e nomeou um dos seus aliados políticos, Peter Hendy. Este, portador de instruções claras, lançou-se ao trabalho: obrigou as companhias que funcionam naqueles sectores a tornarem-se eficientes oferecendo mais e melhores frequências e trabalhando para atrair mais passageiros. Oportunamente, o «mayor» londrino atacará o negro centro onde se situam os principais problemas do sector dos transportes: o dos comboios, cuja privatização continua a dar lugar a



nefastos e espectaculares acidentes e a protestos do povo que exige o retorno da antiga companhia nacionalizada, a «British Rail», o do trânsito em toda a Londres e o dos serviços de bombeiros.

Até ao momento em que escrevemos, Ken Livingstone apenas cometeu um erro - o de pretender mandar apear as estátuas de dois generais do Império. Charles Napier (1782-1853) e Henry Havelock (1795-1857) podem ser figuras desconhecidas na Inglaterra moderna, generais de uma época perdida a que a capital da Grã--Bretanha pouco ou nada deve. Mas Ken esqueceu que a Inglaterra imperial ressuscita sempre quando pretendem diminuí-la ou reduzir-lhe o valor histórico. O espírito imperial não está dissipado. Este país sonha, ainda, com a reconquista do mundo e permanece apaixonado pelos factos apaixonantes que deram lugar à construção do Império. Daí, portanto, os protestos.

Os generais do Império que estiveram na primeira guerra da Birmânia e na primeira do Afeganistão defenderam a presença colonial na Índia durante o grande motim e construíram o império do Raj, imponentes, a cavalo, permanecerão. «Red Ken», imperialmente, esquecê-los-á.

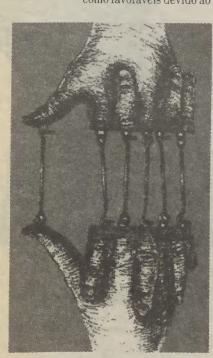
Marcha Europeia contra a Pobreza e a Violência

Teinfa mi

de Lencastre Um repórter fantasma em Belgrado

«revolução» na Jugoslávia foi descaradamente, a soberania da Jugosuma série espantosa de acontecimentos planeada e arquitectada pelos serviços secretos e conspirativos do imperialismo a que o mundo assistiu, atónito, pela TV nos cafés, em casa contorcendo-se nas poltronas, um pouco em toda a parte. Tudo foi impecavelmente preparado. Já na véspera, «The Times» anunciava em título único da primeira página: «Revolução em Belgrado!»

> As coisas funcionaram assim: grupos de agitadores ao serviço de sectores políticos contrários a Milosevic e claramente organizados pelos círculos estrangeiros dedicados à fragmentação da Jugoslávia partiram de povoações relativamente perto de Belgrado anunciando a marcha sobre o parlamento da capital. Faziam-se transportar em autocarros. Outros iam a pé ou de bicicleta. Sabia-se que esta agitação, aproveitando condições tidas como favoráveis devido ao resultado das elei-



ções, atrairia a multidão habitual que apoiava os partidos anti-Milosevic. A concentração popular, poderosamente influenciada pelas rádios e televisões do Ocidente, agigantou-se, como era fácil prever, e o assalto ao parlamento foi o que se viu. Nas TV britânicas, concentraram-se os habituais panditas e «experts» da revolução em casa alheia.

Por exemplo: o coronel Edward Gowan, antigo adido militar da embaixada britânica em Belgrado, explicava: «Agora, os "revolucionários" vão dirigir-se aos quartéis onde se concentram tropas fiéis ao ditador Milosevic.» E indicava as ruas das localidades onde se encontravam essas unidades assim como os melhores trajectos para lá se chegar. Depois, prosseguia: «As unidades de tanques estão concentradas nestas e naquelas posições. Se os revolucionários se colocarem nestes ou naqueles lugares, poderão dificultar a saída dos carros de combate.» O assalto ao parlamento e o fogo posto às instalações do mesmo não foi realizado pela massa de povo com aspirações democráticas que se concentrava diante do edifício. Foi realizado, isso sim, por conhecidos agitadores que tinham sido antecipadamente recrutados pelos serviços secretos dos países imperialistas nos meios mais sórdidos de Belgrado. Tentaram, como todo o mundo viu, incitar a multidão a uma invasão em massa do edifício do parlamento, mas não o conseguiram.

Os amigos da Jugoslávia

Mais tarde, a libertação de espiões britânicos e de outros países, que haviam violado,

lávia, confirmou as tarefas e os desígnios dos «revolucionários» de Belgrado. E Tony Blair, à porta do N.º 10 de Downing Street, fazia esta espantosa declaração: «Os amigos da Jugoslávia rejubilam com os acontecimentos de Belgrado. A partir de agora, todos juntos, trabalharemos para a reconstrução do país e para a construção de uma paz democrática e justa nos Balcãs.» Quem são, afinal, os amigos da Jugoslávia? Xavier Solana e George Robertson, antigo e actual secretário-geral da NATO, devem contar-se entre os melhores. Bill Clinton, Tony Blair, a cândida senhora Madeleine Albright e o chefe do Foreign Office, Robin Cook, os governantes dos países membros da NATO e, entre eles os inefáveis Guterres e Gama, contam-se entre os mais consequentes. Foi o amor pela democracia que levou estes hipócritas servidores dos interesses do capitalismo a bombardear a Jugoslávia, a reduzi-la a escombros, a humilhá-la diante do mundo inteiro durante 352 dias de horríveis bombardeamentos aéreos Onde está Milosevic? Onde se escondeu? Fugiu. Fugiu para Moscovo, para a China, para a Bielorrússia. Todo o Ocidente, de ânimo incendiado pelas declarações demagógicas dos comentadores, estava a espera de assistir à prisão de Milosevic, à captura dos milhões de que se havia apoderado, segundo esses analistas, à sua aparição diante do Tribunal de Haia. Esperavam, também, o banho de sangue que resultaria de uma intervenção do exército jugoslavo contra o seu próprio povo, o que daria lugar à entrada da NATO na Sérvia e na sua capital. Tal, porém, não aconteceria nem poderia

Avante! Temas

O povo jugoslavo, legitimamente, espera não ficar para trás na corrida ao desenvolvimento económico e à prosperidade. Trata-se de aspirações naturais. Mas aqueles que lhe têm travado essa corrida são os mesmos que ocuparam o Kosovo a favor da Mafia albanesa e bombardearam Belgrado, implacavelmente. São esses paladinos julgamento de Slobodan Milosevic enquanto prometem às massas jugoslavas todas as aliciantes liberdades próprias do capitalismo. Mas, se o Tribunal de Haia quisesse rodear-se da respeitabilidade que não tem e ser um verdadeiro centro de justiça contra criminosos de guerra sem circunscrever-se, apenas, à situação que resultou da desintegração da Jugoslávia, não deveria começar por julgar os autores dos múltiplos crimes praticados no Vietname? Já sabemos que os termos de referência desse tribunal apenas comportam os «crimes» dos sérvios. Oue juizes são esses, afinal, que cerram os olhos a todos os outros múltiplos crimes do imperialismo? Para já, não fica mal sugerir que os juízes da Haia chamem a prestar declarações os políticos da NATO. Para depois, os políticos e generais israelitas que andam a matar crianças, impunemente, diante da Humanidade inteira..

marcha europeia



26-10-2000



2000

A Marcha Europeia em numeros

Trinta mil foram os participantes. A Plataforma organizadora esperava 12 mil participantes oriundos da Bélgica e oito mil do resto da Europa. As expectativas foram largamente ultrapassadas. Três mil e oitocentos metros (3,8 km) foram percorridos com

partida e regresso ao Parque do Centenário e passagem pela zona dos lobbies europeus e de alguns organismos da União Europeia. Duas mil foram as razões que uniram os participantes, com prioridade para o fim da violência e da pobreza, das discriminações

e da desigualdade entre sexos. Mais de mil foram as organizações representadas na Marcha Europeia, desde partidos políticos, a sindicatos e confederações sindicais, passando por associações de mulheres.

Cento e quatro pessoas foram de Portugal participar na Marcha Europeia de Bruxelas, em representação do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), da CGTP--Intersdindical e diversos sindicatos afectos, da Organização das Mulheres Comunistas (OMC) e da União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR).

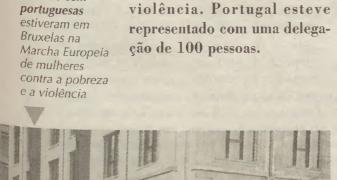
Vinte e cinco países estiveram em Bruxelas. Aos quinze da União Europeia juntaram--se a Suíça, Roménia, Palestina, Turquia, Curdistão, Tunísia, Filipinas, Congo, Iraque e



As mulheres portuguesas juntaram as suas razões às das 30 mil participantes na

Regina Marques, do MDM (primeira à Mais de cem esquerda), e Irene Santos Silva, da CGTP IN (segunda à esquerda). representantes portuguesas na

plataforma



meiras a chegar ao Parque do Cinquentenário, local da concentração da Marcha Europeia. Fazia frio, estavam cansadas de uma viagem de mais de dois mil quilómetros de autocarro, mas a vontade de juntar a sua luta à de milhares de outras mulheres sobrepunha-se.

ulheres de todos

. União Europeia

e de outros do resto da Euro-

pa, da Africa e da Asia estive-

ram em Bruxelas, no dia 14 de

Outubro, numa impressionante

manifestação de solidariedade

e de luta contra a pobreza e a

os países da

Sete homens e 97 mulheres foram de Portugal desfilar pelo fim das discriminações entre sexos, pela igualdade de direitos, pelo desenvolvimento e pela paz. Enquanto esperavam pelo início da Marcha cantavam e atraíam a atenção dos que entretanto chegavam. Foram muitos os que trautearam a Grândola Vila Morena e fizeram questão de vir saudar a presença portuguesa com demonstrações de solidariedade.

Dois momentos marcaram esta espera; o encontro com mulheres portuguesas que trabalham em França e estavam presentes na delegação da CGT e o encontro de Portugal e Galiza. Vieram os abraços e as cantigas. De repente, no topo do Parque do Centenário fez-se silêncio para ouvir portuguesas e galegas, lado a ado, cantarem a Grândola. Na mesma língua gritaram juntas: «Fascismo nunca mais! 25 de Abril sempre!»

Dez horas e pouco e inicia-se a marcha ao longo de quase quatro quilómetros por algumas ruas de Bruxelas, capital da Bélgica e sede da União Europeia. À cabeça, segurando o pano da Plataforma Europeia organizadora da Marcha, Regina Marques, do Movimento Democrático de Mulheres (MDM), e Irene Santos Silva da CGTP-Intersindical, mareavam a presença portuguesa. Uma presença que «se notou e colocado na cauda e Regina Marques, do de a continuar.»

esconder a emoção.

juntaram-se em Bruxelas

Pelas ruas de Bruxelas cantou-se e exigiu-se o fim da violência e da pobreza, a efectiva igualdade de oportunidades, o direito ao trabalho digno e com direitos, à interrupção voluntária da gravidez e à igualdade entre sexos. Palavras de ordem iguais às ouvidas em Lisboa, no dia 7 de Outubro, às quais se juntou outra, espontânea e unânime: «Agora e sempre, Portugal está presente!»

Em defesa dos direitos da mulher

Em Bruxelas, estiveram 30 mil manifestantes de diferentes nacionalidades e de diferentes organizações (ver caixa). De Portugal fizeram-se representar o MDM, a CGTP e diversos sindicatos afectos, a Organização das Mulheres Comunistas (OMC) e a União de Mulheres Alternativa e Resposta (UMAR).

Organizações que unanimemente reconheceram «a importância destas reuniões porque temos propostas iguais no que toca aos direitos das mulheres», como referiu Maria José Ganhão, da UMAR, confessando que «não estava à espera de tanta

gente. A nossa participação foi óptima». Sem dúvida. Na Plataforma Europeia da Marcha Mundial das Mulheres contra a Violência e a Pobreza, Portugal assume-se como um parceiro entre pares com voz activa. Entre iguais, o nosso país não é das mulheres. Temos a responsabilidade

A delegação portuguesa foi das pri- não passou despercebida» como referia Movimento Democrático de Mulheres e depois a representante da CGTP, sem porta-voz da delegação portuguesa, foi uma das oito mulheres que foram recebidas pela Comissária Europeia, responsável pelas áreas de política social e igualdade.

À representante da Plataforma Portuguesa coube dizer a Anna Diamantopoulo que as mulheres portuguesas estão em desacordo com o texto da Carta dos Direitos Fundamentais que aborda a interrupção voluntária da gravidez (IVG), utilizando a expressão «direito à vida». «O mesmo argumento que foi utilizado em Portugal para impedir a aprovação da lei da IVG», diz Regina Marques

Perante a Comissária Diamantopoulo, a representante francesa defendeu o direito ao emprego, a italiana o direito à igualdade de oportunidades, a romena chamou a atenção para a situação vivida pelas mulheres dos países do leste europeu, a belga exigiu o fim da violência e da miséria, a alemã resgatou os direitos da função social que é a maternidade, e a sueca os direitos das mulheres lésbicas.

«A política europeia e mundial não está a favor das mulheres e a Comissária percebeu claramente que nós vamos ser uma força contra o actual estado de coisas, contra o caminho e a ordem que o mundo está a tomar», disse Regina Marques, lançando um apelo: «Portugal esteve representado de Norte a Sul do país. Mostrámos a nossa força para as lutas futuras e a nossa solidariedade. Agora é essencial que cada uma leve para as suas regiões e sectores a nossa mensagem, que é a da luta pelos direitos

Por que lutamos

Objectivos iguais uniram as mulheres portuguesas na Mar- o trabalho. Os salários não passam do mínimo nacional e a lei ventivamente. O patronato não acolhe as sugestões e orientacha de Lisboa e na de Bruxelas. Porém, em cada região do país e em cada sector de actividade económica há questões que as afectam de um

modo particular.

Mulheres Comunistas (OMC) da DORAlentejo, relembra a «grande iniciativa de Grândola que, no dia 8 de Março deste ano, juntou muitos milhares de mulheres do Alentejo e não só». Uma marcha contra a violência e a pobreza que, na planície alentejana, é sentida de um modo muito particular: «a desertificação pesa sobretudo sobre as mulheres que vêem partir os companheiros e os filhos».

Para a mulher alentejana, a permanência na terra que é a sua, significa assumir tarefas tradicionalmente masculinas como a pastorícia e «sofrer a precariedade de emprego que representa o trabalho sazonal, pago ao dia, na apanha do tomate ou da azeitona». As de todas omam-se estas.

Mas o país real encerra muitas outras realidades. No distrito de Viana do Castelo, a indústria têxtil absorve grandes quantidades de mão-de-obra feminina, em empregos mal pagos, onde as discriminações resultam em violência. «Há empresas em que as mulheres ficam fechadas até terminarem

das 40 horas é sistematicamente violada», refere Cristina Silva da União de Sindicatos de Viana do Castelo.

Eulália Miranda, da Organização das «quase todos os dias vimos empresas despedirem mulheres com o argumento de que faliram e depois voltam a contratar as trabalhadoras para novas empresas que apenas mudam de nome, dado que os patrões são os mesmos e inclusive continuam a laborar nas mesmas instalações. A diferença é que as trasalário, a novas condições de trabalho e os anos que trabalharam na empresa "falida" não são tidos em conta».

> A política neoliberal do governo PS é apontada unanimemente como aquela que maiores retrocessos trouxe no domínio laboral, nos direitos sociais e, sobretudo, nos direitos das mulheres. No distrito de Castelo Branco, «os salários são muito baixos e, em regra são as mulheres que os ganham. São também elas que estão em grande desproporção sujeitas ao contrato a termo», diz Jesus Amorim, da União de Sindicatos do distrito, considerando que «a precariedade de mulheres para a pobreza».

As indústrias eléctricas empregam uma percentagem elevada de mão-de-obra feminina e Rosa Peças, da Federação nocturno». dos Sindicatos das Indústrias Eléctricas (FSIEP), destaca «os contratos ao dia e à hora e o aluguer de mão-de-obra que atingem muito em particular o sexo feminino. A estabilidade profissional é algo que neste sector deixou de se sentir».

Um sector que regista um elevado índice de doenças profissionais, «porque a medicina do trabalho não funciona pre-

ções dos médicos», acusa Ana Sousa, do Sindicato das Indústrias Eléctricas do Sul e Ilhas (SIESI), mostrando a deformação Recorde-se que Viana do Castelo é o distrito do país com o que lhe afecta a mão direita. «Tenho uma tendinite chamada maior número de falências fraudulentas e, refere Cristina Silva, síndroma do túnel cárpico» contraída devido às muitas hora diárias que são gastas a fazer sempre a mesma tarefa, o mesmo

Na hotelaria e alimentação a majoria dos activos são do sexo feminino, mas os cargos de chefia são ocupados por homens. «A discriminação é efectiva. Há trabalho igual, mas balhadoras têm de se sujeitar a um novo contrato, a um novo categorias diferentes. As mulheres são salsicheiras, os homens são desmanchadores salsicheiros. Fazem exactamente a mesma coisa mas eles recebem mais 15 contos de salário», explica com alguma ironia Célia Colaço, do Sindicato das Indústrias

Nos refeitórios e cantinas quase todas são mulheres «mas o chefe é regra geral um homem», comenta Maria das Dores Gomes, da Federação dos Sindicatos da Hotelaria, um sector em que «os ritmos de trabalho são exagerados, dada a redução dos quadros de pessoal que tem vindo a sofrer. Por outro lado, os horários e a laboração contínua dificultam a conjuemprego é uma forma de exercer violência e empurrar as gação da vida familiar e profissional. Muitas mulheres grávidas acabam por abandonar o posto de trabalho dada a dificuldade de conciliar a sua vida com, por exemplo, o trabalho

> Uma realidade que afecta igualmente as trabalhadoras do comércio e serviços. «Nas grandes superfícies comerciais os horários nunca são certos e cada dia tem um novo horário», diz Emília Marques da Federação Portuguesa dos Sindicatos do Comércio, Escritórios e Serviços, acrescentando que «neste sector, 70 por cento dos contratados a prazo são mulheres».

Comunicação Francisco Silva

anta coisa sobre a sociedade do conhecimento, designação que alguns preferem à de sociedade da informação. O saber fazer, o seu evoluir, a inovação este, um lema dos anos noventa, agora já percebido como passado -, entrançado com o crescer do conhecimento científico, daí, nessa época, a C&T, na moda dos media e, assim, na moda de «todos»... tinham razão. E terão razão, a manterem a sua opinião. Porque nunca como então, agora, a C&T, desempenhou um papel tão importante e, ao mesmo tempo, tão visível a tanta gente. Tanta gente, mas talvez não se incluindo nesta tanta gente grande parte das equipas de gestão de topo das empresas dos países economicamente mais desenvolvidos. Ou, pelo menos,

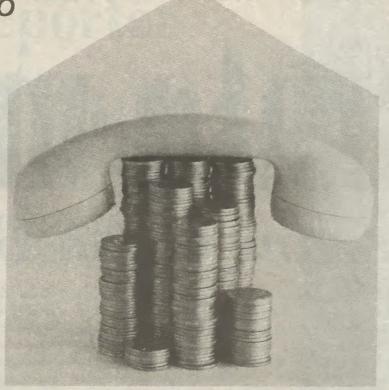


Imagem comercial e modernaça

muitos dos gestores procuram separar da sua imagem de criadores de valores de capitalização bolsista, de que são responsáveis, a preocupação por tais assuntos.

E porquê?

Talvez (raios!, outra vez o dubitativo!) porque as actividades de C&T, nomeadamente as englobáveis na Investigação e Desenvolvimento (I&D), começaram a cheirar demasiado a custos e não a investimentos num futuro melhor e pleno de valor para todos nós.

No caso concreto das operadoras de telecomunicações europeias e norte-americanas, das empresas surgidas da evolução das «companhias dos telefones», a situação, então, parece ser particularmente instrutiva. E é-o não apenas na medida em que estes conglomerados têm vocação para ser actores principais da(s) sociedade(s) da informação, mas também por terem sido, as suas raízes, instrumentos relevantes do capitalismo monopolista de estado, na sua versão fordista.

Vejamos, então. Até aos anos noventa, as funções das operadoras de telecomunicações eram desempenhadas, na Europa, em conjunto com as funções regulatórias (p. ex., a gestão do espectro de frequências) no seio das Administrações Públicas, através dos PTT, ou CTT, no caso português. A excepção importante era, em Espanha, a Telefónica. Nos EUA, era a empresa ATT, a maior empresa da Terra, assim

Na Europa, os PTT para além das funções regulatórias e de operadoras, desempenharam um papel fundamental no apoio aos fabricantes de equipamentos de telecomunicações dos seus países. Fabricantes campeões nacionais que se transformaram nas grandes empresas transnacionais actuais (p. ex., ALCATEL, ERICSSON, PHILIPS, SIEMENS). O caso da Espanha - a Telefónica era uma empresa privada não pesava neste cenário. A ATT, nos EUA, era um caso diferente, este de integração vertical directa do fabrico e das operações de telecomunicações sendo a estrutura de regulação separada. À ATT pertenciam os Laboratórios Bell, «a jóia da coroa», uma das maiores estruturas de I&D que jamais existiu, onde inclusivamente uma parte dos trabalhos realizados era investigação científica.

Mas chegou a tempo do desmantelamento da ATT. A sua estrutura monopolista estava a causar dificuldades tanto aos utilizadores mas, sobretudo, aos potenciais concorrentes. Foram criadas empresas regionais, uma de longa distância e, mais tarde, separou-se a parte do fabrico de equipamentos e sistemas. Quem ficou no ar? Os Laboratórios Bell, ou BELLCORE. Aos trambolhões, enjeitados, até procuraram um lugar agarrado ao Estado. Pudera, as novas companhias - MCI, Sprint - eram comerciais, não tinham I&D, etc. As companhias telefónicas regionais não se podiam dar ao luxo de manter o BELLCORE, se queriam criar valor de capitalização bolsista.

Na Europa, foram procurados resultados semelhantes: autonomização das operadoras e respectiva privatização, em simultâneo com a liberalização dos mercados, onde entraram os «alternativos», frequentemente pertencentes ao antigo PTT do lado de lá da fronteira.

As «novas» companhias, privatizadas, uma vez na bolsa, sentiram-se suplantadas por companhias «novas» como a enorme Vodafone (em Portugal, possui a Telecel), a Cable & Wireless, a MCI Worldcom ou a Sprint.

Conclusão, o problema eram, entre outros, os custos de I&D, vá de tentar acabar com eles. Os líderes da Bolsa não os têm, dizem os gestores. De facto, não observaram bem. Os líderes bolsistas baniram o termo I&D, mas têm actividades equivalentes, por vezes empregando recursos enormes. Chamam-lhes outras coisas, como desenvolvimento de produtos, e procuram, com discrição, mantê-las pouco visíveis. Viram o truque? Simples, mas difícil de ser imitado para quem tem imagem de «companhia dos telefones»!

3

4

8

9

10

12

1 2 3 4 5 6 7 8 9 10 11 12 13 14 15

Pontos Cardeais

Embargos

O Senado dos EUA aprovou esta semana uma lei que levanta parcialmente as sanções económicas contra Cuba, em vigor há quatro anos. Tratou-se de uma cedência às pressões dos agricultores dos EUA, que há muito cobiçam a abertura de um novo mercado para os seus produtos - mercado que, ainda por cima, está mesmo ali ao pé de «casa». Vai daí, a nova lei autoriza a exportação para Cuba de produtos agrícolas e medicamentos de custos reduzidos. Só que a mesma lei continua a proibir quaisquer viagens para Cuba – sejam elas turísticas ou comerciais - e acrescenta a interdição de financiamento das exportações para Cuba por parte do Governo dos EUA ou dos bancos norte-americanos.

Ou seja: em teoria, a nova lei consente algum comércio com Cuba e, na prática, proíbe-o.

Ah, grande democracia americana!

Trabalho

Segundo um relatório recente do Instituto de Política Económica dos EUA, um norte-americano trabalha, em média, mais 350 horas por ano que um europeu e mais 70 horas que um japonês, concluindo que «a prosperidade do país é real, mas devido à duplicação do trabalho». E o relatório prossegue com outros dados igualmente esclarecedores. Os pobres trabalham ainda mais, nomeadamente as mães

solteiras, que a isso são forçadas devido aos cortes nos orçamentos sociais, enquanto as célebres «classes médias» as tais que são apresentadas como a espinha dorsal do sistema e do seu sucesso - trabalham de uma forma cada vez mais dura para compensar o forte aumento dos gastos com a saúde e educação e para pagar as dívidas.

E viva a prosperidade... dos capitalistas.

O general Wiranto,

Baladas

ex-chefe do Estado--Maior do Exército indonésio e responsável directo pelos massacres de Timor-Leste perpetrados pelas tropas indonésias e as milícias por si arregimentadas e armadas, decidiu gravar um disco com «canções românticas» e «baladas sentimentais» no mais puro estilo pimba dos festivais da Eurovisão. Até aqui, estaríamos apenas perante uma imbecilidade chocante. Só que Wiranto foi muito mais longe: declarou que este seu gesto «artístico» se destina a angariar fundos para «apoiar os 800 mil refugiados» que vivem espalhados pelo imenso arquipélago indonésio (entre eles 150 mil timorenses) e que são vítimas, precisamente... do próprio Wiranto e da clique criminosa de que foi dirigente! É claro que a nata da «alta sociedade» corrupta e criminosa de Jacarta se reuniu à volta deste «humanitário» de pacotilha, apoiando-o em tão meritória «causa».

Um vómito.

Damas

Pr.: [6]: 15-17-18-20-27-36

DCCIXXIV - 26 DE OUTUBRO DE 2000

PROPOSIÇÃO N.º 2000D40

F., - 1919

TPalavras Cruzadas

HORIZONTAIS: 1 - As nossas pessoas; jarro de vinho; engomar. 2 - Levantar as abas de; caleira; rubor das faces. 3 - Peça de artilharia semelhante a um morteiro de tubo comprido; vento norte; antes de Cristo (abrev.). 4 - Relativo ao calor ou às termas; milímetro (abrev.); completa. 5 - Forquilha para separar a palha do grão; desfrutar. 6 - Dirigir-se; que dura um ano; altar cristão. 7 - Prep. indicativa de carência ou ausência; atravancar; discurso em público. 8 - Nome vulgar extensivo a alguns pássaros comuns em Portugal, como a sombria, a escrevedeira; osso par da face, que forma o esqueleto das maçãs-do-rosto; grito aflitivo. 9 - Missiva; sinistro. 10 - Amarrar; palavra havaiana que designa lavas ásperas e escoriáceas; planta equatorial, americana, do grupo das Marantáceas, cujo rizoma fornece uma apreciável fécula alimentícia. 11 - Pedra de amolar; remediar; elemento de formação de palavras, de origem grega, que exprime ideia de nariz. 12 - Que não tem bons instintos; delonga; momice. 13 – Peça teatral de carácter burlesco; chão; sozinhos.

VERTICAIS: 1 - Sódio (s.q.); estalido de vidro; leito. 2 - Instrumento musical de sopro, de madeira, em forma e tubo cónico, com palheta dupla e chaves; resguardo. 3 – Espada curta de um só fio; intuito (fig.); perversa. 4 – Aguardente obtida da destilação de melaço depois de fermentado; aturdir. 5 - Estandarte; autocarro. 6 - Partícula afir-

mativa no dialecto provençal; prevenido; avenida (abrev.). 7 - Trabalhar; ferro pontiagudo que remata as lanças. 8 - Para barlavento; chama; contr. da prep. a mais o art. o (pl.). 9 - Deserto; bronquite. 10 - Prep. indicativa de várias relações, como lugar, tempo, modo, etc.; conversar; outra coisa. 11 - Vazia; triturar. 12 – Amostra; órgãos excretor que tem a seu cargo a função da formação da urina. 13 – Atmosfera; dinheiro; povo bárbaro da Ásia, que capitaneado por Átila, invadiu a Europa nos meados do séc. V; 14 - Protelara; apanho. 15 - Escavar; o m. que oura; ósmio (s.q.).

sos. 9 - Ermo; catarro. 10 - Em; falar; al. 11 - Oca; ralar. 12 - Mostra; rim. 13 - Ar; ouro; hunos. 14 - Adiara; tomo. 15 - Ocar; oira; Os. VERTICAIS: 1 - Na; tris; cama. 2 - Oboé; recetto, 3 - Sabre; mira, ma. 4 - Rum; atroar, 5 - Signa; bus. 6 - Oc; cauto; Av. 7 - Laborar; faim. 8 - Aló; flama;

oro. 8 - Cia; malar; ai. 9 - Carta; fatal. 10 - Atar; aa; araruta. 11 - M6; obviar; rino. 12 - Mau; mora; momo. 13 - Farsa; solo; s6s.

HOBIXONTAIS: 1 - Nos; zola; gomar. 2 - Abar; cale; cor. 3 - Obus; bóreas; aC. 4 - Térmico; mm; toda. 5 - Carfo; fruir. 6 - Ir; anual; ara. 7 - Sem; atracair; SOFRCYO:

Xadrez

DCCIXXIV - 26 DE OUTUBRO DE 2000 PROPOSICÃO N.º 2000X40 Por: Henri Rinck

«L'Echiquier», 1935 Pr.: [3]: Ca7 - Rf6 - Ra8 Br.: [3]: Cb8 - Bh1 - Rb7



Brancas jogam e ganham

SOLUÇÃO DO N.º 2000X40 [H.R.] 1. Cç5+, Rb8; 2. Cd7+, Rç8; 3. C:f6, Rb8; 4. Cd7+, Rç8; 5. Cç5, Rb8;

* * *

Brancas jogam e ganham SOLUÇÃO DO N.º 2000D40 [C.F.]

1. 46-41, (20x40); 2. 38-32, (36x29);

A. de M. M.

A. de M. M.

Dança Rogério Feitor

A dançar no quotidiano

os dias 10, 11, 13 e 14 de Outubro uma das mais importantes companhias de dança belga esteve presente no Centro Cultural de Belém juntamente com a sua criadora e mentora Anne Teresa de Keersmaeker. Nos dois primeiros dias apresentaram o espectáculo Drumming e nos outros dois a obra In Real Time.

Para *Drumming* Anne inspirou-se na obra homónima de um dos grandes compositores norte-americanos de música minimalista: Steve Reich. A peça musical é consti-

mento, o espectador envolvia-se em diversos microcosmos, tantos quanto os intervenientes da peça, ao mesmo tempo que participava ele mesmo no macrocosmos dos artistas, colectividade absurda de actores, bailarinos e músicos. Uma descrição feliz do espectáculo seria a de se considerar vários planetas nas suas órbitas que, ao mesmo tempo que se isolavam na sua trajectória única, formavam o todo que é o sistema solar. Neste caso, obviamente, o sol centrava-se na figura da coreógrafa Anne Teresa que também participava no espectáculo, acertan-



tuída por quatro partes, sendo a primeira composta para tambores, a segunda para marimbas e vozes femininas, a terceira para xilofones, assobio e flautim e a quarta parte para todos os instrumentos já citados tocarem em conjunto. Seguindo as curvas desta música descobriam-se os corpos etéreos dos bailarinos. Anne Teresa conseguiu criar um só ritmo sobre o palco, cruzando bailarinos a andar com outros que corriam (dançavam), fazendo com que as pernas, os braços, enfim, todo o corpo do bailarino actuasse com uma acutilância extrema relativamente ao ritmo de Steve Reich. A arquitectura sonora é desmontada, nota por nota, ritmo por ritmo, para que um gesto de braço, o leve descair de uma mão recomponha toda a estrutura rítmica da peça fazendo com que o espectáculo de uma maneira completa e única: a mescla dos sentidos.

Improvisação

O segundo espectáculo a ser apresentado, In Real Time, apesar de inserido no contexto mais simplista da improvisação, tornava, por isso mesmo, a sua realização bastante mais elaborada, de tal maneira que cruzava actores de teatro, músicos de jazz e bailarinos tornando una a trilogia música-palavra-gesto. De duração bastante longa, cerca de três horas, Anne Teresa libertava-se imediatamente dessa limitação temporal transmitindo-a ao público através de vários ecrãs espalhados pelo palco a indicar o tempo que já tinha decorrido do espectáculo (foi só pena que Anne não se tenha deixado levar pela espiral dos relógios de Fritz Lang e tenha colocado na televisão uns quaisquer números digitais invés do carrossel dos ponteiros). A peça, percursora de várias experiências já executadas anteriormente por Anne Teresa, buscava a espiral existente em cada indivíduo, objecto comum na natureza (basta seguir o fumo do cigarro para encontrar essa tal espiral). Seguindo a linha deste pensado pormenor aqui e ali e, por vezes, deixando-se levar pela própria melodia do espectáculo e participando, também ela, na dança dos instrumentos que são os corpos.

A Dança

Neste último espectáculo os intervenientes dividiam-se em três grupos: a companhia de Dança ROSAS, o grupo de teatro STAN e o agrupamento de Jazz AKA MOON. A questão é incontornável: que elo comum nestas três formações para que a sua reunião tenha sido possível? A resposta descobre-se no próprio historial das companhias. Anne Teresa, em 1995, criou um projecto educacional para formar bailarinos, os seus bailarinos, que, sendo uma escola de dança não deixava de dar uma especial atenção à música, literatura e teatro. STAN, o grupo de teatro, foi fundado por quatros finalistas do conservatório belga, que, vendo que não obteriam espaço próprio nas companhias já existentes, decidiram fundar eles mesmo a sua companhia. AKA MOON, músicos Jazz, que primam pela improvisação nos seus espectáculos, encontraram a sua ligação mística à terra aquando da sua actuação no Sul da India com um dos mais famosos músicos indianos. Como se pode ver todos eles buscaram e conseguiram o seu lugar próprio no mundo cultural belga ou mesmo mundial, não deixando, nos seus pessoais caminhos, de questionar permanentemente o mundo, a sociedade em que vivem. IN REAL TIME não foi só um espectáculo de dança: foi principalmente uma busca, uma busca por uma sociedade melhor onde o indivíduo possa harmonizar com o colectivo, uma busca por uma sociedade melhor onde sentimento nenhum possa ser repelido ou censurado, um mundo onde não exista hipocrisia política ou que o denominado socialismo que está à frente de vários países não seja uma simples gestão ao servico dos grandes grupos económicos. Um mundo que não impeça a Dança no Quotidiano.

Cartoon

Monginho



Pontos Naturais Mário Castrim

Reflexos

Esplanada

ouvir a água

as árvores

distante o vento num moinho

subitamente a sensação de saber o caminho

Mar

Já não se vai de caravela à Índia. Hoje, de vela, só até Cacilhas.

Mas as ilhas? As ilhas por achar? Certo. Ainda temos o assomo. Só falta agora resolvermos como.

Memória

Recorro à memória para saber que a História é sempre o que vai ser.

Servi-la eis a maneira tranquila de eu, no rio que flui, ser igual ao que fui.

Eles, nós

Falam? Brigam. Calam? Digam!

Enbalam? Fustigam. Badalam? Intrigam.

Sós, ramos furtivos.

Nós, continuamos vivos.

Mudar? modar

Mudar? Não do avesso. A morte era o preço a pagar.

Mudar? Então de olhos não mas do modo de olhar.

Sabedoria

Sabemos dia a dia, pois um dia de todos os mais dias é diferente A uniformidade é aparente e sempre desarmónica a harmonia.

A História, viajante nunca ausente, a quem, se não a nós, mais se confia? Ela sabe que, à noite, quando esfria, conta apenas com o nosso sangue quente.

Toda a leviandade é perigosa. Toda a conformidade rigorosa pode matar à fonte a caminhada.

Saber estar, comunicar, ouvir ter sempre para dar uma flor a abrir com a ponte levadiça bem guardada.

Sábado, 28

07.00 Infantil/Juvenil

12.00 Jet 7 13.00 Jornal da Tarde 14.00 Top +

15.15 Regresso à Escola (de Alan Metter, EUA/1986, com Rodney Dangerfield, Sally Kellerman, Burt Young,

RTP 1

Robert Downey Jr.





Mais um filme de Orson Welles

O Quarto Mandamento

(Quinta-feira, 26, na RTP1) De novo Orson Welles a fazer quase tudo. Produzido por ele, este Quarto Mandamento (The Magnificent Ambersons) tem a sua assinatura na realização e no argumento. Mas, desta vez, o protagonista não é Welles, mas sim um actor de primeiro plano na filmografia do mestre americano - Joseph Cotton. O filme, realizado em 1942, é a segunda longa metragem do autor, seguindo ao célebre Mundo a seus pés que elevou Welles aos píncaros. O que veio a servir-lhe de pouco na sua carreira, pois logo aqui as coisas lhe correram mal com os produtores que obrigariam à modificação de toda a sequência final, para que o modelo e «os valores» de Hollywood não fossem abalados pelo génio irreverente do então jovem realizador. O resultado, como muitas vezes aconteceu na Meca do cinema apesar das insuportáveis pressões, é uma obra-prima da cinematografia. A não perder.

Império da Paixão

(Sábado, 28, RTP2) Este Império da Paixão, assinado pelo japonês Nagisa Oshima, segue-se a um outro Império, também da sua autoria e cuja fama talvez tenha ficado a dever-se incursão - demasiado explícita para olhos pudicos e puritanos - no erotismo. Recordamos aqui O Império dos Sentidos que tantas agruras trouxe a Oshima, enredado na batalha contra a censura. Apesar de navegar nas mesmas águas do erotismo, este filme de amor e de morte, mais subtil e menos explícito, não deixa de construir-se numa atmosfera carregada e sombria, contando uma história afinal tão velha quanto os sentimentos da paixão. A paixão de dois seres díspares - o jovem Toyoji e a mulher vinte anos mais velha levam-nos ao assassinato do marido desta, um condutor de riquexó.

Na Pista da Pantera

Os fantasmas aparecem depois...

(Domingo, 29, RTP1) Este é o sexto filme da série da Pantera Cor-de--Rosa e, se mais houvesse, mais anotaríamos aqui. Desde que fossem assinados pelo realizador Blake Edwards e protagonizados pelo impagável Peter Sellers. Apesar de se notar o desgaste de todos história, realizador e actor -, a Pantera continua a divertir-nos, desta vez com o famoso diamante a ser de novo roubado e com o famoso Inspector Clouseau a partir aos tropeções na senda do criminoso e à descoberta da jóia. Aqui vamos encontrar ainda outros actores repetentes na série, como David Niven e Capucine, por entre imagens repescadas de filmes anteriores, numa história ágil e bem contada, repleta de situações cómicas.

Cul de Sac (O Beco)

(Segunda-feira, 30, na RTP1) Este é o primeiro filme de Polanski rodado no «ocidente», após a sua estreia polaca em longas metragens com A Faca na Agua. Apresentado aqui como comédia - só se fosse de humor negro -

esta é uma história sombria e desesperada, bem ao jeito do autor. Cul de Sac - literalmente O Beco - foi rodado em Inglaterra e veio a ser galardoado com o Grande Prémio no Festival de Berlim e com a Prémio da Crítica no Festival de Veneza. Passando sobre o facto de, então, tais prémios serem muito sensíveis à pressão da guerra fria que mandava para a primeira fila obras de menor qualidade desde que assinadas por fugitivos do Leste, pode, a esta distância, avaliar-se a qualidade do então prometedor Polkanski neste apurado filme a preto e branco rodado em 1966 e onde brilha um inusitado Donald Pleasence num papel a que a sua carreira de actor de aventuras pouco nos habituara.

Do Céu Caiu uma Estrela (Quarta-feira, 1, na RTP1)

Este foi um filme inúmeras vezes refeito por realizadores que não esqueceram o mestre que foi



Peter Sellers, «inspector»



Frank Capra. Apesar de ser há muito um dos filmes de referência deste autor, há quem diga que é o seu melhor, Do Céu Caiu uma Estrela não obteve imediato sucesso na América, virada então para sonhos mais palpáveis certamente. Contado ao jeito de conto de Natal, este filme, protagonizado por um James Stwart que aqui deixaria a sua imagem de marca e a promessa de muitos e bons desempenhos pela vida fora às mão dos melhores realizadores, fica na prateleira das melhores obras da história da cinematografia americana. E o telespectador, que provavelmente já o viu passar na TV, não perderá a oportunidade de o recordar ou, se o não viu, de fazer um primeiro encontro com este filme cheio de boas intenções e da melhor arte.



Sobem aqui várias «estrelas» ao céu...

Quinta, 26

07.00 Infantil/Juvenil 09.45 Praça da Alegria 12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário? 13.00 Jornal da Tarde

14.00 Regiões 14.20 Marcas da Paixão

15.30 Guia Dia a Dia 17.00 Roseira Brava

18.00 Tarde Juvenil 19.00 Quebra Cabeças 19.40 Regiões

20.00 Telejornal 21.10 Concurso: Quem Quer

Ser Milionário? 21.45 Cruzamentos

22.30 Histórias da Noite

23.45 Força de Operações

Cotton, Ann Baxter, Agnes Moorhead. Ver Destaque)

Mandamento» (de Orson Welles, EUA/1942, com Tim Holt, Joseph

07.00 Hora Viva 09.45 Espaço Infantil-Juvenil

14.00 O Mundo de Cá

17.30 Brigada Submarina

18.30 Informação Religiosa 19.00 Onda Curta

20.30 Viver no Campo 21.00 Animais e Plantas da

24.00 «Elas» (de Luís Galvão

Teles, Port-Fr-Lux-Bélg-Suiça/1997, com Miou-Miou, Marthe Keller, Carmen Maura

Marisa Berenson, Guesch Patti

01.40 Gente da Cidade

Presidente (Documentário)

02.10 Os Homens do

SIC

08.00 Buéréré

10.00 SIC 10 Horas

16.00 Fátima Lopes

18.00 Malhação

21.30 Laços de

02.00 Último Jornal

Guerra do Século»

VIVI

08.30 Animação

11.30 Dinheiro à Vista

14.00 O Direito de Nascer

12.10 «Big Brother» 13.00 TVI Jornal

15.00 «Big Brother»

19.00 «Big Brother»

19.15 Dinheiro à Vista

20.00 Jornal Nacional

21.35 Jardins Proibidos 22.45 As Pupilas do Sr.

Doutor 23.35 A Bola é Nossa 01.05 Última Edição

02.00 Seinfeld

21.00 «Big Brother» 21.30 «Big Brother» (Directo)

15.15 Batatoon

02.30 Noites Longas - «A

13.00 Primeiro Jornal

14.00 História de Amor

15.00 Ponto de Encontro

19.00 Uga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 A Febre do Dinheiro

21.30 Laços de Família/Aquarela do Brasil 23.00 «Águas Profundas» (de Jim Wilson, EUA/1996, com Harvey Keitel, Cameron Diaz, Billy Zane) 01.00 Sai de Baixo

23.20 24 Horas

Especiais 00.45 «O Quarto

RTP 2

15.00 Zapping

16.00 Euronews

19.30 Jack and Jill

Europa 22.00 Acontece

22.30 Jornal 2

23.00 Duas Vozes

Sexta, 27

ARTP 1

07.00 Infantil/Juvenil 09.45 Praça da Alegria 12.25 Concurso: Quem Quer

17.00 Roseira Brava 18.00 Tarde Juvenil 19.00 Quebra Cabeças 19.30 Regiões

20.00 Telejornal

21.35 Milionários à Força

Ser Milionário?
13.00 Jornal da Tarde
14.00 Regiões
14.20 Marcas da Paixão
15.30 Guia Dia a Dia

18.00 Ajuste de Contas 18.50 Futebol 21.00 Telejornal

21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário? 22.00 Santa Casa 24.00 24 Horas 23.15 Lei Marcial



«Brit Com» (ao sábado, RTP2) renova-se, mas «Sim Senhor Ministro» continua

Maria de Medeiros é hoje a convidada de Maria Elisa em «Duas Vozes» 22.15 «Em Carne Viva» (de 00.15 Máquinas 00.45 **24 Horas** 01.00 «A Paixão de Darkly Pedro Almodovar, Esp.-França/1997, com Javier Bardem, Francesca Neri, Liberto Rabal, Angela Molina. Drama)

24.00 24 Horas 00.30 Big Bang 01.30 «Wishmaster – O Senhor dos Desejos» (de Robert Kurtzman, EUA/1997, com Andrew Divoff, Tammy Lauren. *Terror*)

RTP 2

07.00 Hora Viva 09.45 Espaço Infantil-Juvenil 12.25 Horizontes da Memória

13.10 Serviçoes de Informação 14.00 Rota do Oriente

16.00 Euronews 17.30 Brigada Submarina 18.30 Informação Religiosa 19.00 Andamentos

19.30 Jack and Jill 20.30 Viver no Campo 21.00 Animais e Plantas da Europa 22.00 Acontece

22.30 Jornal 2 23.00 A Outra Face da Lua 00.30 «Histórias Extraordinárias» (de Fellini/Malle/Vadim, Fr.-It./1968, com Jane Fonda, Peter Fonda,

Alain Delon, Brigette Bardot, Terence Stamp. Fantástico) 02.40 Xingu, os Corpos e os Espíritos (Documentário)

VSIC 08.00 Buéréré 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.00 História de Amor

15.45 Fátima Lopes 18.00 Malhação

19.00 Uga Uga

Noon» (de Philip Ridley, R.Unido-Bélg.-Alem./1995, com Brendan Fraser, Ashley Judd. Drama, Fantástico) 02.50 «Um Homem Influente» (de Alan Rudolph, EUA/1999, com Bruce Willis, Albert Finney., Barbara Hershey. *Comédia*)

RTP 2

07.00 Euronews 09.00 Universidade Aberta 12.00 Iniciativa

14.00 Parlamento 15.00 **Desporto** 19.00 «**Valdez**» (de Edwin Sherin,

EUA/1971, com Burt Lancaster, Susan Clark. «Western») 21.00 Dinheiro Vivo

21.30 Jornal África 22.00 Horizontes da memória 22.30 Jornal 2

23.00 O Lugar da História 24.00 Brit Com («Sim, Sr. Ministro» «Perfect World»; «Bruiser») 01.30 «O Império da Paixão»

(de Nagisa Oshima, Japão/1978, com Kazuko Yoshiyuki, Tatsuya Fuji, Takamura. Ver Destaque)
03.15 Prazeres

VSIC

07.30 Zip Zap 11.30 Uma Aventura 12.00 Lisboa-Macau – Missão Impossível 13.00 Primeiro Jornal 14.00 A Bicicleta Azul (Parte I) (mini-série) 18.00 Malhação

19.00 Uga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 Bravo Bravissimo 22.30 Herman Sic



«Uma Aventura» prossegue: aos fins-de-semana, sábado e domingo de manhã, na SIC

20.00 Jornal da Noite 21.00 A Febre do Dinheiro 21.30 Laços de Família / 21.30 Laços de Familia / Aquarela do Brasil 22.30 Sexappeal 23.30 Jogo Limpo 02.00 «Três Irmãos» (de Gillies MacKinnon, 1996, com Iain Robertson, Joseph McFadden. *Drama*) 04.20 Ültimo Jornal

TVI 08.30 Animação 10.00 Cerimónias Religiosas de Fátima 13.00 TVI Jornal 14.00 O Direito de Nascer 15.00 «Big Brother» 15.15 Batatoon 18.00 Asas nos Pés 19.00 «Big Brother» 19.15 Dinheiro à Vista 20.00 Jornal Nacional 21.00 «Big Brother» 21.30 «Big Brother» (Directo) 21.35 Jardins Proibidos 22.45 «Uma Amante de Sonho» (de Nicholas Kazan, EUA/1994, com James Spader, Bess Armstrong, Drama) 00.45 Última Edição 01.35 Seinfeld

02.15 O Rei do Bairro

00.40 «Testemunha Autista» (de Bruce Beresford, EUA/1994, com Richard Dreyfuss, Linda Hamilton, John Lithgow. Drama) 02.00 Último Jornal

TVI

08.30 Animação 11.40 Top Rock 13.00 TVI Jornal 13.30 Contra-Ataque 14.30 4". A Fundo 14.45 Caras Lindas 16.00 «Diferentes» (de Peter Hyams, EUA/1979, com Harrison Ford, Lesley-Anne Down, Christhoper Plummer. Drama) 18.00 «Incríveis Aventuras» (de Kenneth Johnson, EUA/1999, com Geoff Hansen, Robin Riker. Fantástico. Juvenil) 20.00 Jornal Nacional 20.50 Jardins Proibidos 22,10 Bora Lá Marina 22.50 Lux 22.50 Aux 23.50 «O Palco da Vida» (de Jack Bender, EUA/2000, com Andrew Kavovit, Malcom McDowell, Roma Maffia, Drama)

01.45 Invader (de Mark Rosman,

EUA, com Sean Young, Ben Cross, Daniel Baldwin. Ficção

Cient(fica)

Domingo, 29

RTP 1

07.00 Infantil/Juvenil 13.00 Jornal da Tarde 14.00 Made in Portugal 15.15 «Na Pista da Pantera» (de Blake Edwards, EUA/1982, Peter Sellers, David Niven, Herbert Lom, Joanna Lumley.

Ver Destaque)
17.15 Casa da Saudade
18.15 Ajuste de Contas
20.00 Telejornal
21.10 Domingo Desportivo

Segunda, 30

RTP1

07.00 Programação Infantil-Javenil 09.45 Praça da Alegria 2.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário?

14.00 Regiões 14.30 Marcas da Paixão 15.30 Guia Dia a Dia 17.00 Roseira Brava 18.00 Tarde Juvenil

19.00 Quebra Cabeças

13.00 Jornal da Tarde

Terça, 31 RTP 1

07.00 Programação Infantil-

09.45 Praça da Alegria 12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário? 13.00 Jornal da Tarde 14.00 Regiões 14.30 Marcas da Paixão

15.30 Guia Dia a Dia 17.00 Roseira Brava 18.00 Tarde Juvenil 19.40 Regiões (Local)

Quarta, 1

RTP1 07.00 Programação Infantil-

09.45 Praça da Alegria 12.25 Concurso: Quem Quer Ser Milionário? 13.00 Jornal da Tarde

13.50 Regiões (Nacional) 14.20 Marcas da Paixão 15.15 Guia Dia a Dia 16.45 Roseira Brava 18.00 Tarde Juvenil

20.00 Telejornal



Na noite de quarta, «Tosca», de Puccini (cartaz que anunciou a estreia, em Roma, em Janeiro de 1900)

22.30 João Nicolan Breyner 24.00 24 Horas 00.15 Liga dos Campeões: 01.00 «Sua Majestade, Mrs. Brown» (de John Madden, R.Unido/1997, com Judi Deneh, Billy Connoly, Geoffrey Palmer. Drama Histórico)

RTP 2

07.00 Euronews 09.30 Programa Religioso 10.30 Missa 12.00 A Outra Face da Lua 13.30 Andamentos 14.00 Desporto 18.30 As Origens do Homem 19.30 Série (não designada) 20.30 Onda Curta

(«A Promessa», de Stephen Friendship, R.Unido/1999, e «Salto Mortal», de David Mackenzie, R.Unido-Escócia/1999. Curtas Metragens) 21.00 Bombordo

21.30 Artes e Letras: «John dos Passos» 22.30 Jornal 2 23.00 Travessa do Cotovelo 00.15 Artes e Letras - «Balas sobre a Broadway»

VSIC

07.30 Zip Zap 11.30 Uma Aventura 12.00 BBC Vida Selvagem 13.00 Primeiro Jornal 14.00 Big Show 16.45 A Bicicleta Azul (Parte II) 19.00 Futebol: Benfica-

19.00 Futebot: Bennica-Campomaiorense 20.50 Jornal da Noite 21.45 Mundo VIP 22.30 O Cçavo e a Rosa 23.30 «O Ultimo dos Moicanos» (Longa Metragem. Acção)

Acção) 02.00 Último Jornal 02.30 «Comando a Abater» (Longa Metragem, Acção) 04.30 A Imortal

A Imortal

VIVI 08.30 Animação 10.45 Espaço Religioso 11.15 Missa 13.00 TVI Jornal 13.30 I 12

14.00 «A Face da Traição» ((de Sam Pilslbury, EUA/1996, com Lindsay Wagner, Debrah Farentino, John Terry, Drama)

16.00 «Back Time» (longa 18.00 Roberto Leal

20.00 Jornal Nacional 20.50 «Big Brother» 22.00 «Big Brother» (directo) 22.05 Jardins Proihlos 23.20 «O Santo» (de Philllip Noyce, EUA/1997, com Val Kilmer, Elisabeth Shue.

Aventura) 01.20 «Violador à Solta»

(Longa Metragem)



antes de Francisco de Holanda, que a sonhou assim...): segunda-feira, em «Horizontes da Memória» 20.00 Telejornal 21.05 Concurso: Quem Quer

Ser Milionário? 21.35 O Conde D'Abranhos

22,40 Grande Repórter

22.40 Grande Reporter
24.00 24 Horas
00.25 Serviço de Urgência
01.25 «Halloween - A
Maldição de Michael Myers»
(de Jo Chappelle, EUA/1995,
com Donald Pleasence, Paul
Rudd, Marianne Hagan. Terror)

02.15 24 Horas 02.40 «Cul de Sac - O Beco»

02.40 «Chi de Sac - O Deco» (de Roman Polanski, R.Unido/1966, com Donald Pleasence, Françoise Dorléac, Lionel Stander. Ver Destaque)

ARTP 2

07.00 Hora Viva 10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews) 12.30 Horizontes da

13.00 Serviços de Informação 14.00 Mundo de Cá 15.00 Parlamento

16.00 Euronews 17.30 Brigada Submarina 18.30 Informação Religiosa 19.00 Rotações

19.30 Roswell 20.30 Viver no Campo 21.00 Animais e Plantas da

Enropa 22.00 Acontecc

22.30 Jornal 2
23.30 Os Sopranos
24.00 Artes de Palco –
Opera: «Tosca», de Puccini,
(prod. La Scala de Milão, dir.
Ricardo Mutti)

02.15 Andamentos 02,00 «If I Can't do It»

VSIC

08.00 Buéréré 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.00 História de Amor

15.45 Fátima Lopes 18.00 Malhação 19.00 Uga-Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 A Febre do Dinheiro 21.30 Laços de Família

22.30 Roda dos Milhões 00.40 Şai de Baixo 01.20 Último Jornal

01.40 «O Espião Americano» (de Keith Gordon, EUA/1996, com Nick Nolte, Sheryl Lee, Alan Arkin. «Thriller»)

VTVI

08.30 Animação

12.10 «Big Brother» 13.00 TVI Jornal 14.00 Dinbeiro à Vista 14.30 O Direito de Nascer 15.00 «Big Brother»

15 15 Batatoon 19.00 Dinheiro à Vista

19.30 «Big Brother» 20.00 Jornal Nacional 21.00 «Big Brother» 21.30 «Big Brother» (Directo)

21.35 Jardins Proibidos 22.45 Ficheiros Secretos VII

23.45 Causa Justa 00.45 Última Edição 01.35 Seinfeld 02.15 Profiler

19.40 Regiões (Local) 20.00 Telejornal 21.00 Futebol: Porto-Alverca 23.00 Concurso: Quem Quer Ser Milionário? 23.40 Agora É que São Eles 01.00 Jogo Falado

07.00 Hora Viva 10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12,00; Eurone 12.45 Horizontes da Memória 13.10 Serviços de Informação 14.00 Avenida Brasil 15.00 O Lugar da História 16.00 Euronews 16.30 Informação Gestual 17.30 Brigada Submarina

VRTP2

18.30 Informação Religiosa 19.00 Bombordo

19.30 Roswell 20.30 Viver no Campo 21.00 Animais e Plantas da Europa 22.00 Acontece

22.30 Acontece
22.30 Jornal 2
23.00 «Underground – Era
uma Vez um País» (de Emir
Kusturica, Alem.-Fr.Hung./1995, com Miki
Manojlovic, Lazar
Ristovski.Comédia)
0.150 «Touching Fuil»

01.50 «Touching Evil»

02.20 Rotações 02.50 Farewell to Life (Documentário)

VSIC

08.00 Buéréré 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.00 História de Amor 15.45 Fátima Lopes 18.00 Malhação 19.00 Uga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 A Febre do Dinheiro 21.30 Laços de Fanulia 23.30 Sai de Baixo 00.10 Último Jornal 02.00 «Agente Jovem, Ordem para Matar» (de William Dear, EUA/1991, com Richard Grieco, Linda Hunt, Gabriele Anwar, «Thriller») 04.30 Toda a Verdade

08.30 Animação 12.10 «Big Brother» 13.00 TVI Jornal 14.00 Dinheiro à Vista 14.30 O Direito de Nascer 15.00 «Big Brother» 15.15 Batatoon 19.00 Dinheiro à Vista 19.30 «Big Brother» 20.00 Jornal Nacional 21.00 «Big Brother» 21.30 «Big Brother» em directo 23,30 Os Homens do Presidente 00.30 Seinfeld

01.20 Última Edição

A Redacção não se responsabiliza por alterações de horários ou conteúdos da programação realizados pelos operadores de televisão após o fecho desta edicão

21.05 Concurso: Quem Quer Ser Milionário? 21.35 «Perseguição Diabólica» (de Andrew Davis, EUA/1996, com Keanu Reeves, Morgan Freeman, Rachel Weisz. «Thriller») 23.30 24 Horas

24.00 Força de Operações Especiais 01.00 «Do Céu Cain uma Estrela» (de Frank Capra, EUA/1946, com James Stewart, Donna Reed, Lionel Barrymore.

VRTP2

07.00 Hora Viva 10.00 Espaço Infantil-Juvenil (às 12.00: Euronews) 12.45 Horizontes da Memória 13.10 Serviços de Informação 14.00 Avenida Brasil 5.00 Desporto (Hóquei em Patins) 16.30 Informação Gestual 17.30 Brigada Submarina 18.30 Informação Religiosa 19.00 **2001** 19.30 Roswell 20.30 Viver no Campo 21.10 Animais e Plantas da Europa 22.00 Acontece 22.30 Jornal 2

23.00 Zapping
24.00 Sinais do Tempo
01.00 Segredos dos Homens

02.00 Na Casa de meu Pai

(Documentário)

01.30 2001

VISIC 08.00 Buéréré 10.00 SIC 10 Horas 13.00 Primeiro Jornal 14.00 História de Amor 15.45 Fátima Lopes 18.00 Malhação 19.00 Mamação 19.00 Uga Uga 20.00 Jornal da Noite 21.00 A Febre do Dinheiro 21.30 Laços de Família / Aquarela do Brasil 30 Şai de Baixo 00.20 Último Jornal 00.30 «Confusão a Dois» (de David Beaird, EUA/1988, com George Newbern, Leslie Hope, Kimberly Foster. *Comédia*) 03.30 No Fim do Mundo

VTVI

08.30 Animação 11.30 Dinheiro à Vista 12.10 «Big Brother» 13.0. TVI Jornal 14.1 - «Um Professor dos Diabos» (de James Frawley, EUA/1998, com Harland Williams, Katey Sagal Comédia9 Comédia9
16.00 «Mr Bean – Um
Autênico Desastre» (de Mel
Smith, EUA/1997, com Rowan
Atkinson, Pamela Reed, Burt
Reynolds. Comédia)
18.00 «A Máscura» (de
Charles Busen! EHA/1994, com Charles Russel, EUA/1994, com Jim Carey, Amy Yasbeck,

Cameron Diaz. Comédia) 20.00 Jornal Nacional 21.00 «Big Brother» 21.30 «Big Brother» (Directo) 21.35 Tic Tac Milionário 23.35 Seinfeld 00.15 Última Edição 00.55 «Testemunha em Perigo» (de Jean Bodon, EUA/1993, com Frederic

Forrest, Meg Foster. Drama)

Visto Correia da Fonseca Visitas ao país pobre

apenas na televisão portuguesa posterior ao derrube do fascismo, não tenho a menor ideia de que tenha sido seu frequente pendor vir falar-nos da pobreza e das suas mansas ou crispadas tragédias. Por isso me surpreende ter julgado notar em dias recentes algumas incursões dos telenoticiários nesse território: nos telenoticiários apenas, pois há certos assuntos que convém tratar sempre com grandes cuidados de conta, peso e medida. Esta regra tem, contudo, excepções. A maior de todas elas é a de que não há grande inconveniente em falar mais longamente de misérias desde que elas ocorram em lugares distantes: até calha bem porque o



telespectador, e mais ainda a telespectadora, aprecia como ver-se com desgraças longínquas, até de verter alguma eventual lagriminha, e por outro lado fica em condições de apreciar a vantagem de viver num país onde as desgraças são apesar de tudo menores, ao menos por enquanto. È o caso das grandes fomes em África com as consequentes imagens de grandes planos de crianças semicobertas de moscas: aquilo dá credibilidade à estação, talvez até audiências, e por outro lado recorda que isso das independências africanas foi um grandessíssimo erro telecomandado da Moscovo Bolchevista. Como é sabido, tudo quanto sirva para bombardear a revolução de Abril tem enorme interesse jornalístico e, com esse sagrado objectivo, até às mais infames imposturas se revestem de um carácter superiormente patriótico. Como vinha dizendo, porém, tenho julgado notar recentemente um maior número de referências. porventura de denúncias, quanto a cusos de pobreza em Portugal. Não s i, nem em rigor tenho de saber, o motivo desta inflexão. Se é que ela existe e é mais do que a segregação da obstinada esperança que, talvez com por desrazoada teimosia, mantendo quanto a uma televisão asseada e útil num futuro que ao menos por enquanto está longe de se anunciar óptimo. Admito, porém, que este fenómeno pode resultar do aroma a eleições antecipadas que por aí anda no ar e também à

insuportável traquinice que o governo cometeu ao entender-se em matéria de reforma fiscal com os comunistas, esses sujeitos que nunca mais se emendam nem atendem aos bons conselhos. É claro que governo capaz de se entender com os comunistas é governo que logo deve ser responsabilizado, implicitamente já que expressamente pode ser chato, por todas as misérias, doenças, inundação e tremores de terra que sobre o país desabem, para que lhe fique de emenda e saiba que não pode continuar a pôr o pé em ramo vermelho. Mas não posso afirmar-me convencido de que por isso é que algumas estações, se não todas, descobriram haver em Portugal gente pobre a respirar angústias.

Descobriram-no agora, não ao longo das décadas anteriores. Mas não há-de ter sido por nada,

Explicar o resto

Convém acentuar, já agora, que estas visitas ao país dos pobres não têm nada a ver com uma informação regular e clara acerca de um país onde a pobreza é dominante, sendo mesmo a maior entre todos os países da Europa. Menos ainda têm a ver com aquelas reportagens pitorescas e barulhentas em que um punhado de cidadãos indignados, justificadamente ou não, por qualquer questão pontual gritam

atabalhoadamente para as câmaras as suas razões ou o que julgam sê--las. Isso é outra coisa, cai bem, tem um ar muito democrático e até talvez de audiências. Porém, esta é a matéria suficientemente importante para que deva ser explicada sem omissão do fundamental e decisivo. O caso é que mesmo notícias frequentes acerca das extremas dificuldades em que vive a maioria dos portugueses, frequência que aliás não existe de modo a que sequer se aproxime à dimensão da realidade, seria afinal pouca coisa se não quisesse explicar por que é que é assim e não de outra maneira. Não esqueçamos: este é um país onde carros de muitos milhares de contos são conduzidos por gestores de empresas com ordenados em atraso e, se não assim, pagando salários baixos a trabalhadores a prazo ou contra recibo verde. É a terra de onde partem doentes para se fazerem operar rapidamente em clínicas da Grã-Bretanha ou dos States (coitados deles, é claro, pois bem melhor lhes seria continuarem a ir de férias para as Antilhas ou para os Mares do Sul) enquanto milhares de nomes apodrecem em intermináveis listas de espera para cirurgia. E por detrás destes e de muitos outros fenómenos de superfície há causas, há lógicas. Há crimes. Causas que os cidadãos têm o direito de saber. Que os media, e a TV mais que todos, têm o dever de divulgar.

A talhe de foice • Anabela Fino

Sintonias

«Não me parece que a comunidade internacional acredite que uma reforma fiscal feita com o PCP esteja à altura das necessidades.» As palavras são de Cavaco Silva, o «professor» que esta semana aconselhou os assessores económicos do Governo a voltarem aos bancos da Universidade, tal a incompetência que a ser ver demonstram na gestão das contas do Estado. A reflexão, se assim se pode chamar ao que soou quase como uma ameaça, veio a propósito da reforma fiscal, uma das vertentes por que passa a revitalização da economia portuguesa, na ilustre, ainda que pouco original, opinião do mestre. Que é preciso uma «redução fiscal significativa» que garanta «competitividade fiscal» ao País, diz. Mas de forma nenhuma com os comunistas, que apesar de algumas «afirmações correctas», não estão sintonizados com «as orientações presentes na União Europeia».

Voilà! O homem descobriu a pólvora. Resta agora saber se não acendeu um rastilho, ao deixar claro que as reformas em Portugal devem ser feitas - e não o são já? - para satisfazer necessidades europeias e não para satisfazer interesses nacionais. Passando em claro o implícito elogio - a comunidade internacional atenta, vigilante e temerosa das incursões dos comunistas portugueses nos caminhos da economia -, atente-se na recuperação do «monstro despesista», que segundo Cavaco consome o País e a que já não é possível «dominar sem dor», e na singular solução que apresenta para lhe fazer frente: cortes nas despesas públicas e redução drástica de impostos. É o que se chama divisão de tarefas ou, como diz o ditado, dar a uns os figos para que a outros rebente a boca. Os figos são para o capital, os amargos de boca para os portugueses. Convenhamos que é preciso ser burro para não ter ainda aprendido esta lição, tantas vezes repetida. Manda no entanto a mais elementar justiça que se diga que Cavaco é injusto ao não reconhecer o denodado esforço com que o Governo se tem empenhado na aprendizagem. Ainda esta semana veio a público uma série de notícias que comprovam o empenho, como é o caso da isenção dos sócios privados da Petrocontrol do pagamento de impostos sobre mais-valias da ordem dos 105 milhões de contos, o que significa um perdão fiscal de qualquer coisa como 33 milhões de contos; ou ainda a entrega da EDP aos privados, por dez réis de mel coado; ou o anúncio da venda, para Dezembro, da última fatia que o Estado ainda detém na Portugal Telecom; ou a total privatização da Cimpor no início de 2001; ou os salários em atraso nas missões diplomáticas; ou as dívidas dos hospitais aos fornecedores, ou...

Será pouco para Cavaco, o mestre exigente, mas não deixa de revelar boa vontade. Tanta que não se percebe porque não hão-de os social-democratas aprovar o próximo Orçamento de Estado, o das «vacas magras» que se anuncia. A menos que, como na fábula, Cavaco esteja à espera que a vaca tussa para depois, solícito, o PSD vir oferecer o xarope. Em sintonia com a União Europeia e a contento da comunidade internacional, pois claro, muito apreciadores destas mezinhas.

Contra a precariedade e desemprego na Educação

Professores desfilam amanhã

Professores e educadores concentram-se amanhã, sexta-feira, no Parque Eduardo VII, junto ao Pavilhão Carlos Lopes, a partir das 15 horas, donde partem em manifestação para o Ministério da Educação.

Esta é mais uma acção que irá fechar uma autêntica semana de luta e denúncia da situação que atinge milhares de professores e educadores contratados e desempregados. Na terça-feira à tarde, o protesto assumiu a forma de uma encenação em plena Rua Augusta. Aí, com a ajuda do actor Francisco Brás, os transeuntes puderam assistir ao «Mercado de Escravos», em que participou um grupo de docentes «à venda por pouco dinheiro». Esta alegoria tem infelizmente uma expressão real no dia-a-dia de muitos professores que são mantidos durante anos com contratos anuais. Para o Ministério da Educação a situação é vantajosa já que paga-lhes bastante menos do

que se estivessem vinculados, e obriga-os a aceitar qualquer lugar sob a ameaça do desemprego.

Entretanto, a Federação dos Professores (FENOPOF) promoveu ontem, quarta-feira, uma conferência de imprensa, junto ao Ministério da Educação, para denunciar o atraso do Ministério da Educação no que respeita aos projectos de revisão da legislação sobre quadros e concursos e de complemento de formação para os não bacharéis.

A Federação acusa o Ministério de protelar a apresentação de um projecto sobre concursos e colocações de professores, do qual depende a vinculação dos contratados e a estabilização do corpo docente das escolas. Entre outros diplomas aguardados pelo sector, destaca-se ainda a regulamentação de aspectos do Estatuto da Carreira Docente, designadamente os incentivos à fixação em escolas e zonas desfavorecidas e isoladas; bem como

um documento sobre a reorganização curricular nos ensinos básico e secundário.

A FENPROF pretende ainda negociar novas condições que permitam a aposenta-

ção voluntária de todos os educadores e professores com 30 anos de serviço docente.

Mais protestos

Hoje, pelas 15 horas, realiza-se o plenário geral na Lanalgo, cujos trabalhadores insistem na anulação da venda do imóvel sede da empresa que foi vendido ao desbarato pelas Finanças. Esta exigência já foi colocada às mais altas entidades do País por uma delegação de trabalhadores que na passada semana foi recebida na Presidência da República e no gabinete do Primeiro-Minis-

tro. Nas audiências, os representantes dos trabalhadores, apoiados pelo Sindicato do Comércio e Escritórios, alertaram para a situação de desespero em que se encontram os 109 trabalhadores na sequência do processo de falência e venda do edifíciosede.

O Ministério continua a protelar o projecto sobre concursos e colocações

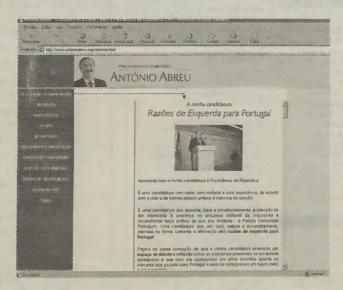
Na terça-feira terminou uma greve de dois dias dos enfermeiros do centro de saúde de Montemor--o-Novo, em luta por melhores condições de traba-

lho. Devido à falta de quadros, estes trabalhadores são obrigados de forma ilegal a prestar horas extraordinárias, vendo-se privados do direito ao descanso. Para tentar melhorar a situação, já requereram a aplicação do regime de horário acrescido de trabalho, que permitiria «prestar mais e melhores cuidados ao utentes», refere uma nota do Sindicato dos Enfermeiros Portugueses. No entanto, nem a Administração Regional de Saúde nem o Ministério da tutela deram resposta positiva ao pedido. A greve teve uma adesão que rondou os 100 por cento.

Açores

CDU confirma deputado

O camarada Paulo Valadão viu confirmado o seu mandato de deputado pelo círculo das Flores nas eleições regionais dos Açores. Na passada semana, encerrada já a edição do nosso jornal, a Assembleia Geral de Apuramento de Votos validava três boletins, considerados nulos, e atribuía-os ao PP, retirando assim o mandato à CDU nas Flores. O Tribunal Constitucional, porém, decidiu anteontem anular tal decisão e manter desse modo a eleição de Paulo Valadão. Confirma-se a constituição de um grupo parlamentar comunista na Assembleia Regional dos Açores.



Candidato do PCP com página na Internet

A candidatura de António Abreu à Presidência da República já pode ser consultada na Internet através do endereço www.antonioabreu.org. Na página estão disponíveis a declaração do candidato, intitulada «Razões de Esquerda para Portugal», a sua biografia, bem como referências sobre os mandatários

O site inclui ainda uma agenda de iniciativas de campanha, os discursos proferidos, recortes de imprensa e disponibiliza ainda imagens com elevada resolução das sessões já realizadas. Os visitantes podem ainda subscrever a candidatura, enviar as suas sugestões e opiniões, bem como solicitar o envio regular de informação por e-mail.

Nestlé manipula trabalhadores

Uma singular campanha publicitária da Nestlé foi lançada na passada sexta-feira, dia 20, e já inundou os principais órgãos de comunicação nacional. Tudo estaria bem se os criativos não tivesse ido ao ponto de envolver os próprios trabalhadores da empresa nesta grande operação.

De facto, no dia do lançamento, como a própria empresa descreve na sua página na Internet, «do director-geral ao operário, dos quadros superiores aos colaboradores de base», todos tiveram de participar numa «acção de contacto com o consumidor», considerada «inédita ao nível das grandes empresas instaladas em Portugal».

Esta «inovação», de que a Nestlé tanto parece orgulhar--se, começou com uma concentração de 413 trabalhadores da empresa, incluindo das regiões autónomas, na sede em Linda-a-Velha (278) e na fábrica em Perafita (135). Dali partiram em equipas de cinco elementos para 95 hipermercados e supermercados localizados na Grande Lisboa (63) e no Grande Porto (32) para uma grande jornada de contacto com os consumidores. Objectivo: «saber as suas opiniões, registar sugestões, enfim ou vir o que pensam da Empresa, das suas marcas e dos seus produtos».

Ora, esta aparência de prazer e bem-estar interno que a Nestlé pretende fazer passar para o exterior, não condiz com a frieza com que despediu os trabalhadores da Rajá, da Tofa ou da Longa Vida, como recordam as estruturas da CGTP-IN na empresa. Não condiz ainda com as centenas de horas que não são pagas, incluindo sábados e domingos, com a falta de actualização das categorias profissionais, de diuturnidades, ou os magros aumentos salariais. Também aqueles que são contratados por três dias, ou os que a prazo são discriminados no subsídio de turno, cujo valor é inferior ao dos efectivos não terão muitas razões para estarem alegres e satisfeitos, nem para lhes apetecer Nestlé.

Por fim, as estruturas sindicais consideram que esta campanha «constitui uma manipulação e na prática, a tentativa de imposição de uma polivalência, sem regras, nem limites» e exigem que a multinacional cumpra as leis do trabalho.

